



**A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NA CIDADE DE MANAUS**  
**E OS IMPACTOS SOBRE AS MULHERES**



INSTITUTO EQÜIT

**A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NA CIDADE DE MANAUS  
E OS IMPACTOS SOBRE AS MULHERES**

*Realização*

Instituto Equit – Gênero, Economia e Cidadania Global

*Fotografias de capa*

Foto superior: Juan Carlos Muñoz / Grupo Keystone

Foto inferior: André Papi / Letra e Imagem

*Edição / Revisão:*

Affonso Thomaz

Lucia Santalices

*Projeto gráfico e diagramação*



letraeimagem@letraeimagem.com.br

*Patrocínio*



Para maiores informações, consulte:

Instituto EQUIT – Gênero, Economia e Cidadania Global

Rua da Lapa 180 – 908/909

Rio de Janeiro, Brasil

[www.equit.org.br](http://www.equit.org.br)

À Equipe do Instituto EQÜIT, especialmente a Maria Eugenia, que coordenou com competência o trabalho de campo em Manaus, e às/aos autoras/es colaboradoras/es, em particular à prof. Edna Castro, pelo estudo de caso.

A Socorro Papoula, Coordenadora da AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras) no Estado do Amazonas, e a Francy Junior e Irmã Iriete da CARITAS – Manaus, companheiras de luta das mulheres dos bairros menos privilegiados da cidade, que nos guiaram para conhecer essa realidade. E em particular a “Seu” Camilo, ardoroso defensor das políticas públicas de qualidade para o conjunto da população de Manaus.

Ao Vereador Praciano, incansável na batalha para revelar à população manauara as manobras das elites políticas da cidade e da Empresa Suez que ganharam com a privatização.

A Sinval Carlos pelo carinhoso apoio logístico em nossas estadias em Manaus.

À Fundação Böll pelo patrocínio, mas não só, e sim pelo apoio permanente que oferece aos movimentos sociais brasileiros que lutam por justiça ambiental e por equidade.

Às companheiras de WIDE – Women in Development Europe –, especialmente a Nerea Craviotto, e também a Claudia Torrelli e Gonzalo Berrón e às/os companheiras/os da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos – e da ASC – Aliança Social Continental –, que facilitaram a apresentação deste estudo de caso no “Tribunal às empresas Transnacionais” em maio de 2006, em Viena, Áustria, em ocasião da Cúpula de Presidentes da América Latina, Caribe e União Européia.

Às/aos companheiros/as da Rede Vida e da Frente Nacional pelo Saneamento.

A D. Val, Maria Regina, Lucimar, e a todas as mulheres que nos receberam, nos atenderam, e nos mostraram seu duro, mas esperançoso cotidiano, com aquela hospitalidade que caracteriza o povo do Norte brasileiro.

A todos eles e elas, nosso agradecimento, e também este livro, como resultado do trabalho conjunto.

## **SOBRE OS AUTORES**

GRACIELA S. RODRIGUEZ – Coordenadora Global da IGTN (Rede Internacional de Gênero e Comércio) e do Instituto EQÜIT – Gênero, Economia e Cidadania Global. Rio de Janeiro, Brasil. Membro da Coordenação Executiva e do GT Gênero da REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos).

LUIS FERNANDO NOVOA GARZON – Sociólogo, membro da ATTAC e da Red Vida (Vigilancia Interamericana en Defensa del Agua). REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos). l.novoa@uol.com.br

EDNA CASTRO – Socióloga – UFPA/NAEA. edna@amazon.com.br

MARIA EUGENIA BERTARELLI – Doutorada em história na UFF e membro do Instituto Eqüit.

JULIANA MITOSO BELLOTA – Jornalista e moradora da cidade de Manaus.

## SUMÁRIO

ACESSO À ÁGUA COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL, 7

Graciela S. Rodriguez

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NO BRASIL: CENÁRIOS E SIGNIFICADOS, 15

Luis Fernando Nova Garzon

GRUPO SUEZ EM MANAUS, PRIVATIZAÇÃO DOS  
SERVIÇOS DE ÁGUA E IMPACTOS SOBRE AS MULHERES, 23

Edna Castro

UM ESTUDO DE CAMPO NA PERIFERIA DE MANAUS:  
A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E O IMPACTO SOBRE AS MULHERES, 77

Maria Eugenia Bertarelli

MANAUS INVESTIGA O DESTINO DOS RECURSOS PÚBLICOS  
UTILIZADOS NA PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, 83

Juliana Mítozo Bellota





**ACESSO À ÁGUA COMO DIREITO  
HUMANO FUNDAMENTAL**

GRACIELA S. RODRIGUEZ

“El collage de la depredación humana..... algún acuerdo en tu alma tendrás”

♫ *Música de Luis Alberto Spinetta*



## **BENS NATURAIS E COMÉRCIO**

Um dos elementos estratégicos centrais da atual divisão internacional do trabalho no mundo globalizado é, sem dúvida, o aproveitamento em larga escala dos bens ou recursos naturais com fins lucrativos. O modelo exportador de bens provenientes da agricultura e da natureza (produtos florestais, pesca, minerais, etc.), apoiado na exploração “flexibilizada” da mão-de-obra barata, são os dois pés fundamentais de sustentação dos investimentos estrangeiros na América Latina e em vastas regiões do mundo. A dinâmica de mercantilização de todos os bens naturais e da própria vida está alcançando níveis até agora impensáveis e muitas vezes dramáticos. A facilidade de acesso ou disponibilidade, e a freqüentemente escassa regulamentação nacional nos países menos desenvolvidos, para o aproveitamento destas “vantagens comparativas” (tanto recursos naturais, quanto força de trabalho barata) permitem que as mesmas se tornem fortes atrativos para os investidores, em particular para as poderosas empresas transnacionais.

Ao mesmo tempo, os acordos comerciais em negociação na OMC (Organização Mundial do Comércio) e as orientações macroeconômicas emanadas do FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial continuam impulsionando aos países endividados para o aprofundamento das políticas de privatização e de facilitação do fluxo de investimentos sobre esses bens naturais. Desta forma, as pressões exercidas pelos países poderosos através destes organismos internacionais, que expressam na realidade as visões e interesses de suas próprias corporações, vêm impactando e reduzindo o espaço de autonomia e soberania dos países periféricos para a definição de políticas públicas de desenvolvimento.

Entre os recursos naturais potencialmente lucrativos, a água se converte cada dia mais em objeto de interesse estratégico das corporações transnacionais, pois se especula que sua mercantilização será um dos negócios mais vantajosos dos próximos anos.

## **NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS DE SERVIÇOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL**

Desde o ponto de vista dos mercados em expansão, o interesse mundial despertado recentemente pela água está relacionado a pressões para ampliar o lugar deste recurso no universo de mercadorias. Justamente por ser um bem extremamente necessário e escasso, a distribuição de água vem chamando a atenção e a cobiça das grandes empresas multinacionais do setor.

Atualmente, a ONU calcula que existam quase 3 bilhões de pessoas sem acesso à água limpa e aos serviços sanitários, o que provoca diariamente a morte de milhares de pessoas por doenças infecciosas ou relacionadas com a falta de água potável.

Na década de 90 as agências internacionais começaram a difundir idéias e conceitos relativos à “crise mundial da água” e a fixar metas de garantia de “água para todos” até 2020. Para o alcance deste objetivo, dizia-se que era imprescindível promover o investimento privado no setor, para garantir a eficiência na gestão da água que o Estado era incapaz de manter, e sua mercantilização, para impedir o gasto excessivo. Assim, a água foi se convertendo num tema central das negociações dentro das Nações Unidas e para as agências multilaterais. Ao mesmo tempo, o GATS (Acordo Geral do Comércio de Serviços) incorporado às negociações comerciais desde a criação da OMC (Organização Mundial do Comércio), continuou aumentando sua importância, incluindo os serviços ambientais e entre eles os serviços de distribuição de água e saneamento.

“Apesar de desde o início da OMC o GATS ter sido considerado, especialmente pelos negociadores dos países desenvolvidos, como um acordo de ‘baixo para cima’, na medida em que os países não seriam obrigados a se comprometer com um determinado tipo de abertura no setor de serviços, na prática, a situação é mais complexa e bastante menos flexível do que aparenta.”<sup>1</sup> De fato, o GATS permite à OMC questionar os países que mantenham regulamentações, nos diversos níveis de governo, distorsivas ao comércio e prejudiciais à iniciativa privada.

Já no capítulo 1 do GATS se declara que “somente se encontram excluídos de sua cobertura aqueles setores cujos serviços não são oferecidos a partir de uma base comercial ou que não encontrem competição de outros prestadores”. Evidentemente esta cláusula acaba incluindo praticamente todos os serviços, posto que na maioria dos países, inclusive para os serviços públicos essenciais (como saúde, educação, água, energia, etc.) encontramos a coexistência de entidades públicas e privadas na prestação desses serviços. Esta situação então caracteriza a possibilidade de ampla inclusão de diversos serviços nas definições do GATS, que de fato só exclui atividades tais como segurança pública, exército e administração da justiça, ou seja, atividades exercidas, até agora, de forma monopólica pelos Estados sem competidores no mercado.

Como desdobramento da intensificação desses interesses de mercado e do avanço das negociações comerciais, os países têm sido pressionados para elaborar novos marcos regulatórios que facilitem a liberalização de serviços, entre eles, de distribuição de água.

---

<sup>1</sup> Barbosa, Alexandre e Jakobsen, Kjeld. “OMC, Negociações de Serviços e os Riscos de Aprofundamento da Abertura para o Brasil”. Observatório Social. São Paulo. Brasil. 2006 (mimeo).

## IMPACTOS DE GÊNERO

Sabemos que a liberalização dos serviços, em particular dos serviços públicos, acarretou um forte impacto sobre a vida das mulheres. Não só porque as mulheres são a maioria da força de trabalho empregada no setor de prestação de serviços, mas também porque essa privatização dos serviços, em especial dos públicos, vem afetando a vida cotidiana sobre cuja gestão as mulheres ainda mantêm um papel principal. Diversos estudos acadêmicos enfatizam os efeitos específicos das políticas econômicas nas mulheres em virtude dos papéis que as sociedades lhes destinam. Tais investigações têm mostrado que são as características do trabalho não pago exercido majormente pela mulher na esfera do cuidado, no âmbito doméstico, que delimitam sua inserção nas atividades de mercado. As relações de gênero incluem relações de poder e de subordinação entre homens e mulheres, que se expressam nos diferentes peso e importância determinados às esferas pública e privada da vida.<sup>2</sup>

Em um recente estudo realizado no Brasil, no qual o trabalho doméstico feminino foi calculado a partir de investigações sobre o tempo gasto nas tarefas domésticas, concluiu-se que elas significam 12,76% do PIB (Produto Interno Bruto) do país, ou seja, um valor próximo ao produzido pela Agricultura, e que obviamente não está incluído na remuneração das mulheres.<sup>3</sup> Neste sentido, o trabalho doméstico feminino invisível isto é, que não é registrado nem contabilizado nas contas nacionais, tem uma importância econômica até agora não explicitada.

Por este motivo, dizemos que as privatizações afetaram particularmente às mulheres, dado seu duplo papel, tanto nos âmbitos produtivo quanto reprodutivo da vida. Assim, as políticas de ajuste estrutural e a liberalização comercial promotoras das diversas formas que assume o Estado “mínimo” com o avanço da entrega da prestação dos serviços públicos à iniciativa privada, não só penalizou especialmente às mulheres como também aprofundou as desigualdades de gênero.

O caso da privatização dos serviços de distribuição de água potável pode ser emblemático neste sentido. Nas diversas situações onde analisamos essa privatização, justificada sempre pela melhoria do serviço, encontramos que para a maioria das mulheres o resultado continua sendo o trabalho de carregar a água para dentro de casa, e a gestão cotidiana da escassez, em penosas condições que aumentam finalmente a carga de trabalho doméstico.

Desde esta perspectiva, podemos assegurar que a liberalização comercial não tem sido neutra em termos de equidade de gênero.

---

<sup>2</sup> Ventura, Vivianne. *Os Impactos dos Acordos de Comércio na Equidade de Gênero: O Estado do Debate na América Latina*. LATN. Brasil. 2005.

<sup>3</sup> Pereira de Melo, Hildete et all. “Os afazeres domésticos contam” UFF – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. Brasil. 2005.

## A ÁGUA NA REGIÃO AMAZÔNICA BRASILEIRA

O Brasil contém cerca de 20% de toda a água doce do planeta, situação que o coloca numa posição enormemente vantajosa com relação a outras regiões do mundo, pois concentra também o maior manancial desse recurso na América do Sul, sendo que deste total, aproximadamente 70% encontram-se na Amazônia.

Também na Amazônia se concentra 63,6% do potencial hidroelétrico brasileiro. Muitos dos seus rios apresentam alto potencial para gerar energia, destacando-se os rios Xingú, Tocantins, Araguaia, Trombetas e Tapajós, que atravessam vários Estados.

As conseqüências da construção de grandes represas na Amazônia têm sido amplamente analisadas, enfatizando-se os impactos sobre o deslocamento da população, e especificamente dos trabalhadores, e sobre as mudanças nas condições de vida das famílias camponesas, além do surgimento de conflitos, violência e pobreza no entorno dessas construções. Em contrapartida, os grupos locais, muitos deles de cultura milenar, presentes nas áreas urbanas e rurais e nas etnias indígenas, vêm resistindo aos interesses de mercado em represar os rios para fins de geração de energia e criticando a matriz energética que se pretende impôr.

Na maior parte das comunidades rurais e também nas áreas urbanas da Amazônia, a propriedade e a gestão coletiva dos recursos de água têm sido a chave do uso desse recurso sem grandes conflitos, questão que não deve ser atribuída somente a sua abundância. A Amazônia foi ocupada através dos rios e “igarapés”. Os rios foram os canais mais importantes de entrada e ocupação territorial pelos diferentes grupos de habitantes ao longo da história amazônica. “Os ‘igarapés’, pequenos rios que capilarizam a distribuição geográfica da água, marcam a toponímia regional, definem os modelos de ocupação de terra, de uso dos seus recursos, de formulação de uma economia agro-extrativa. A cultura regional está impregnada dessa relação com a água. Ela está interiorizada como elemento de identidade com o território, com as dimensões da vida e de sua reprodução, e afirmada através da política em quanto capacidade de articular valores e estratégias, e a condição de sujeitos de direitos.”<sup>4</sup>

## PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NA CIDADE DE MANAUS

Dentro deste contexto regional é que se implementa o processo de privatização da empresa distribuidora da água e de saneamento na cidade de Manaus, capital de um Estado localizado no coração da Amazônia brasileira.

---

<sup>4</sup> Castro, Edna. “As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental. Rio Xingu”. Amazônia – Brasil. Inst. EQÛIT. Rio de Janeiro. 2005.

Desde o início chama a atenção o interesse em privatizar e controlar a distribuição da água numa região com uma das mais importantes bacias hidrográficas de água potável do mundo. Por este motivo, entre outros, definimos a realização de um estudo de caso que nos permitisse compreender os impactos desse processo privatizador na região, e sua relação com as estratégias da corporação transnacional de origem francesa, a Suez, uma das maiores empresas do setor de água do mundo.

O processo começa em 1999 com o desmembramento da Empresa Estadual COSAMA (Compania de Saneamento do Estado do Amazonas) em duas partes, surgindo em seu lugar uma empresa municipal para atender à capital do Estado, assumindo a parte mais importante do consumo e que será motivo da privatização, enquanto o Estado mantém a empresa que atenderá à parte menos lucrativa do interior, com menor população e, por tanto, menor número de consumidores. Em seguida seria criada uma Lei Municipal (Lei 513/1999) para consolidar a concessão privada. A reestruturação buscava fazer os serviços de distribuição e saneamento atrativos para a iniciativa privada. Desta maneira, a MANAUS SANEAMENTO surgiu sem dívidas e centrada na cidade mais lucrativa do Estado, pois com a maior capacidade de consumo e pagamento. Rapidamente, em julho de 2000, é realizada a venda ao grupo Suez, e a empresa assumirá o nome fantasia de “*Águas do Amazonas*”.

O estudo de caso que realizamos buscou também compreender os impactos de gênero do processo de privatização nesta cidade, e em particular de que forma as estratégias da empresa Suez para expandir sua actuação na cidade estão afetando às mulheres, responsáveis pela gestão cotidiana da água.

Verificamos, através desta investigação, que o processo de privatização trouxe uma série de impactos negativos para a população da periferia da cidade.

As mulheres, responsáveis pelas tarefas domésticas, e conseqüentemente pela gestão da água disponível nos domicílios, se viram particularmente envolvidas nesta problemática. De fato, são elas que ocupam grande parte de seus cotidianos para conseguir a água que será utilizada para dar banho aos filhos, fazer a comida, prover a higiene pessoal da família, lavar a roupa e a casa, etc. A privatização alcançou cotidianamente e de forma direta a estas mulheres que, além do mais, como mostra este estudo, fizeram parte de fato da estratégia da Suez, que acabou responsabilizando à própria população pelo investimento de capital que ela não realizou, o que foi possível por todo este trabalho invisível e não remunerado das mulheres dos bairros da periferia.

## **A ÁGUA COMO DIREITO À VIDA, À EQÜIDADE E AO DESENVOLVIMENTO**

Finalmente, como resultado de diversos estudos que realizamos para visibilizar os impactos da privatização da água sobre a vida e o cotidiano das mulheres vivendo na pobreza, chegamos à mesma constatação.

“Tanto em regiões com escassez de água, quanto na abundância da mesma, para as mulheres e para as meninas, a falta de acesso ao serviço é a mesma, e é a mesma “lata d’água” equilibrando-se sobre suas cabeças, muitas vezes em longas distâncias”<sup>5</sup>, sacrificando, desta forma, seu tempo de trabalho remunerado, seu estudo ou simplesmente seu tempo de descanso.

A crescente liberalização e as privatizações dos serviços de distribuição da água agravaram as situações de pobreza, não só na Amazônia como em outras regiões da América Latina. E justamente um dos motivos é este aumento do trabalho doméstico, aumentando ainda mais as responsabilidades das mulheres.

Por tudo isso dizemos: a água é **um direito humano e não uma mercadoria, e seu acesso deve ser garantido a todos os seres humanos como parte de seu direito à vida. Ao mesmo tempo, o direito à água facilita o trabalho cotidiano das mulheres, permitindo assim avanços nos processos tendentes à equidade de gênero na sociedade.**

Por outro lado, o acesso à água faz parte do direito indissociável ao desenvolvimento e à soberania alimentar para todos os povos e habitantes do planeta.

Reafirmamos ainda que a água deve ficar fora dos acordos de comércio e da OMC e, por isso, continuamos denunciando as estratégias de mercantilização, liberalização e privatização da água e da própria vida.

---

<sup>5</sup> “As mulheres em defesa da água como direito humano fundamental”. Cartilha publicada pelo Comitê de Mulheres da ASC (Aliança Social Continental). 2004. Ed. Graciela Rodriguez. Inst. EQUÍT. Rio de Janeiro. Brasil.



A detailed topographic map of the Amazon region in Brazil, showing terrain contours, rivers, and various geographical features. The map is overlaid with a grid and contains several text elements. The most prominent is the title 'PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NO BRASIL: CENÁRIOS E SIGNIFICADOS' in large, bold, black capital letters. Below it, the author's name 'LUIS FERNANDO NOVOA GARZON' is written in a smaller, black serif font. The map includes labels for various locations such as Manaus, Santarém, and Tucuruí, and features like the Rio Amazonas and Rio Negro. A legend on the right side of the map provides a key for different symbols and patterns used throughout the map.

# PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA NO BRASIL: CENÁRIOS E SIGNIFICADOS

LUIS FERNANDO NOVOA GARZON



## INTRODUÇÃO

Em um contexto de interconexão dos mercados e de harmonização de processos políticos decisórios em escala global, os “bens naturais” do continente passam a ser vistos como estoques, mercados de *commodities* ou de futuros, a serem regulados diretamente pelos conglomerados transnacionais. A “governança global” seria, neste sentido, o que proporciona capacidade de expansão das fronteiras dos negócios oligopolizados. Essa é a razão para o ataque das transnacionais, com o suporte das Instituições Financeiras Internacionais, dos Governos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e de alguns países intermediários, à propriedade e gestão pública da água.

Os que defendem a mercantilização da água querem abolir povos, nações e suas respectivas vocações em função de previsíveis faixas de consumo a comprar modos de vida correspondentes. Querem esboroar os vínculos entre pessoas, e entre elas e seu espaço, em função de vínculos individuais e monetários com empresas concessionárias. Combatem o usufruto coletivo da água e as manifestações simbólicas que advêm desse compartilhamento como “fator de desperdício”. Colonizam a vida cotidiana impondo o que consideram padrões “adequados” de clientelização e de “consumo racional”.

O “mercado da água” é cobiçado não apenas pelas suas possibilidades extrativas, mas pela inserção privilegiada que confere aos que estiverem nele posicionados, nos setores de infra-estrutura (energético, imobiliário, de transportes), de produção de matérias-primas (agropecuária e aqüicultura de camarões e peixes), de bens de consumo final (águas minerais, bebidas de uso “recreativo” e alimentos industrializados) e de turismo e lazer (hotéis, *resorts*, balneários e clubes). A disponibilidade de informação relevante sobre bacias hidrográficas e províncias hidrogeológicas e a criação de marcos efetivos para a gestão integrada das águas são variáveis determinantes na definição do perfil produtivo e tecnológico dos nossos países, e, portanto, do modelo de desenvolvimento que neles vigora ou pode vigorar.

As iniciativas de privatização dos setores de água e saneamento na América Latina pretendiam, não apenas agregar uma nova área de rentabilidade, mas capturar formas possíveis de socialização e domesticar espaços de reconhecimento coletivo. As elites latino-americanas, ao permitirem, acobertarem ou estimularem essas iniciativas, revelaram o tamanho do menosprezo que sentem pelo destino dos nossos povos. Essa é a razão elementar para a inviabilização das coalizões políticas nucleadas nos partidos organicamente vinculados aos capitais do México até o Uruguai. A partir de 1999, em um contexto de maior oscilação dos fluxos de capital, de variação descendente dos níveis de crescimento e ascendente dos níveis de concentração de riqueza, novos arranjos políticos surgem na tentativa de reciclar o combalido regime de dominação em vigor.

O fracasso das privatizações da água é a evidência mais clara do fracasso das políticas neoliberais na América Latina. Vivemos no setor da água uma típica situação de terra arrasada: desorganização regulatória, desmonte dos aparatos públicos, escandalosos processos de indenização movidos pelas transnacionais.

## COMO PULSARÁ O BRASIL?

Água não é um simples “recurso”, mas esteio de uma coletividade e de seus recursos. Espelho d’água que dá testemunho de como vivemos e de como podemos viver. A liberalização e a privatização da água, do saneamento e dos serviços ambientais significariam uma violação do nosso direito à autodeterminação, direito de decidir que país e que mundo queremos. O destino das águas do Brasil influenciará fortemente o destino das águas do mundo. Fomos presenteados com a mais extensa faixa de terras contínuas em clima quente e úmido e, ao mesmo tempo, com um relevo suavizado por lenta e contínua erosão. Nesta enormidade recôndita, acumulou-se parte significativa da água doce do planeta. Como pulsará e drenará o coração da América do Sul?

No Brasil, durante a década de 1990, os setores econômicos internos beneficiados pelas políticas neoliberais, as transnacionais e seus porta-vozes no Ministério da Fazenda, desencadearam uma ofensiva articulada para aprofundar a liberalização e a privatização do setor, com a determinação de regras que atraíam e resguardavam os investimentos. Água para o moinho dos que se enriqueceram com a ruína do país, para o fatiamento da nação em *plantations* e plataformas de montagem de baixo valor agregado ou água para fazer confluir biomas, pessoas, economias solidárias e sustentáveis, em profusão? Água para multiplicar privilégios e carências, motivo de segregação adicional na nossa sociedade apartada, ou água como fator de socialização e identificação, condição da cidadania e convite ao seu exercício pleno? Água como cenário para paraísos artificiais da indústria do lazer e do turismo, concebidos para atender a padrões de consumo ostentatórios, ou água como depositária de nossa memória coletiva, cúmplice de nosso reaprendizado como novos sujeitos históricos?

## A SEDE DELES E A NOSSA

Privatizar ou desregular a água significa amortecer as nervuras sociais de uma coletividade, significa minar a capacidade de planejar as políticas públicas com foco na universalidade dos direitos e no controle social. A privatização da água, para as Instituições financeiras e grandes investidores, é um efeito-demonstração da maleabilidade institucional do país. Portas escancaradas para o ingresso de investimentos privados, com suas dinâmicas verticais e incondicionais.

Defendemos o controle soberano dos complexos hídricos pelos povos e países vizinhos, ou seja, que conformam sua identidade em uma dada territorialidade, que por sua vez é definida pela forma de captação, distribuição e usos da água. Planejamentos territoriais voltados para a otimização de fluxos de capital devem

ser impedidos ou restringidos por efeito de legislação nacional, cláusulas contratuais, regimes de financiamento e acordos de integração. Em se tratando de recursos naturais contínuos e trans-fronteiriços, cabe acelerar a construção de uma institucionalidade que confirme, na escala regional, os princípios da universalidade, da equidade, do controle público e da participação, que forem definidos na escala nacional.

Inconcebível que prerrogativas e aspirações de uma coletividade sejam transferidas a grupos econômicos particulares, em geral ramificações de corporações transnacionais. A água, e todos os serviços e setores essenciais que a utilizam (saneamento ambiental, irrigação, sistemas hidroelétricos e hidrovíarios) não devem ser incluídos em acordos comerciais, acordos de proteção de investidores, acordos de conversão de dívida e condicionalidades de financiamento.

## **SANEAMENTO PARA A CIDADANIA, NÃO PARA O RETORNO FINANCEIRO**

Os investidores privados consideram prioritária a conclusão de um marco regulatório “consistente” para água e saneamento, bem como a sua inclusão em listas de ofertas nas negociações comerciais. Não se trata de mais um pleito de abertura setorial, mas de uma exigência de comprovação dos compromissos do Governo Brasileiro com a liberalização e privatização. A flexibilização de serviços considerados essenciais é considerada pelos mercados como um sinal de boas vindas para investimentos de toda ordem. O temor dos setores privatistas é que o marco regulatório do saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem e lixo) dificulte concessões e parcerias privadas. O projeto que cria a Lei Nacional de Saneamento Ambiental (LNSA) preconiza a universalização dos serviços e a sua gestão participativa. Exatamente por isso, o *lobby* privatista tem procurado desfigurar o projeto no decorrer de sua tramitação. São mutilações e lacunas concebidas com a intenção de fragilizar o setor público.

A suplementação de recursos através de PPPs (Parcerias Público-Privadas) agravaria ainda mais esse cenário, pois o Estado teria que proporcionar lastro público aos empreendimentos privados e ainda fornecer garantias de retorno financeiro em serviços cruciais para o desenvolvimento e para a ampliação da cidadania.

O desafio inadiável é revitalizar financeira, técnica e administrativamente, os sistemas públicos de água e saneamento, através de políticas tecnológicas ativas, políticas preferenciais de crédito, da centralização de fundos públicos, de instrumentos de transparência e espaços de controle social coerentes com o que se propõem a ser. Os Conselhos Municipais e os comitês de bacia precisam ser multiplicados e qualificados no decorrer de um contínuo processo de mobilização e formação cidadã.

Especificamente reivindicamos: a) a atribuição de poder deliberativo aos conselhos populares instituídos pela LNSA, b) a adoção de vinculações orçamentárias e tributárias que garantam recursos públicos para a execução plena das metas de universalização e qualificação, c) a implementação de programas de revitalização das companhias estaduais e operadores municipais e de respaldo financeiro aos consórcios públicos, d) a Proibição de PPPs em serviços essenciais como o saneamento ambiental, e) e a inadmissibilidade de inclusão da água e saneamento em acordos comerciais.

## **ÁGUA PARA QUE TE QUERO: OS MODELOS POR TRÁS DOS USOS**

Os serviços de água não podem ser considerados como mera infra-estrutura, da mesma forma que a infra-estrutura não pode ser considerada mero suporte de corredores de exportação. Nossas águas estão alavancando um modelo econômico injusto e predatório. A pecuária, a soja, a cana, o algodão, a laranja e o eucalipto não cessam de ocupar novas áreas de mananciais e respectivos domínios vegetais, de substituir culturas de alimentos e de precarizar mão-de-obra. Desequilibram o ciclo hidrológico ao sangrar rios, lagos e aquíferos, de acordo com as possibilidades de absorção de sua produção pelo mercado externo. A demanda mundial por *commodities* primárias está determinando a feição do nosso território e o uso, nem um pouco múltiplo, da água. Grandes obras hidráulicas estão sendo financiadas e construídas para otimizar a concentração fundiária e o modelo primário-exportador.

Excedentes de energia hidroelétrica não podem ser gerados em detrimento de bacias hidrográficas, biomas, comunidades tradicionais e núcleos populacionais, apenas para viabilizar negócios de alto custo ambiental e social, como o setor de eletro-intensivos. As barragens e represas restringem o acesso e o uso da água, constituindo um fator amplificador de apropriação privada e de concentração de poder, com profundo impacto remodelador na economia local-regional. Os projetos de transposição, represamento e adequação viária dos rios expressam iniciativas de grupos econômicos e políticos incapazes de conceber as bacias como um todo, de compreender seus limites, compromettimentos e potencialidades, de zelar pelo destino do conjunto das populações que se servem delas.

Depredação ambiental, exclusão social e desmantelamento do Estado são as “vantagens comparativas” que tornam competitivo o agronegócio brasileiro. Temos que inverter esse processo de fragmentação, exercendo o controle social dos projetos de infra-estrutura, tais como os elencados pela IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana) ou pelo PPA (Plano Plurianual), impondo-lhes parâmetros de integração sócio-ambiental e de conglomeração econômica regional e nacional.

## ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA REGIÃO

As águas subterrâneas constituem a face oculta e primordial do ciclo hidrológico. Infiltradas e armazenadas no subsolo, propiciam a estabilidade necessária aos fluxos hídricos superficiais, além de oferecerem fontes adicionais de abastecimento. O conhecimento preciso das intercomunicações das águas subterrâneas e a prescrição de práticas compatíveis com sua circularidade são vitais para que haja gestão sistêmica e integrada das águas como um todo. Mesmo assim, as águas subterrâneas continuam sem a devida classificação no bojo da legislação nacional de recursos hídricos. Esta indefinição, jurídica e jurisdicional, concorre para seu uso inadequado e irresponsável, acarretando bombeamentos excessivos, rebaixamentos dos lençóis freáticos e contaminação por detritos industriais e agrícolas. Vazio institucional este, muito convidativo à intromissão de instituições financeiras internacionais, governos de países centrais e de transnacionais, no processo de pesquisa e de regulamentação das nossas reservas hídricas subterrâneas.

É o caso de um dos maiores aquíferos do mundo situado entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai: o Aquífero Guarani. Em 1999 iniciaram-se os planos para sua “proteção” por meio de “cooperação internacional”. Surgia o “Projeto de Proteção Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani” (PSAG), viabilizado com recursos do Fundo Ambiental Global (GEF), implementado pelo Banco Mundial e pela OEA, com contrapartidas dos quatro países. O PSAG, com execução prevista entre 2003 e 2007, pretende proporcionar o mapeamento, classificação e zoneamento do Aquífero e, ao mesmo tempo, fornecer um marco institucional para sua exploração. Em síntese: consolidar conhecimento técnico e desenvolver uma base de gestão do Aquífero Guarani.

Entretanto, o Brasil e seus vizinhos do Mercosul é que deveriam se incumbir soberanamente dessas tarefas. Não podemos sujeitar nossas potencialidades de desenvolvimento e de integração a organismos multilaterais e a suas humilhantes condicionalidades. Devemos nos contrapor à gerência do Projeto, monitorando-o, devassando seus critérios e procedimentos, socializando seus resultados provisórios, cotejando as expectativas dos executores e patrocinadores com as expectativas dos setores sociais organizados, das universidades, da comunidade científica e da opinião pública em geral. A gestão do Aquífero Guarani será paradigmática para a gestão de águas subterrâneas no mundo inteiro. Temos que estar suficientemente instrumentados e articulados para, até 2007, recusar o marco de gestão encomendado pelas transnacionais ao Banco Mundial e oferecer um marco público e democrático, concebido pelos governos do Mercosul, a partir de espaços de diálogo com os movimentos sociais e demais atores da sociedade civil.

## A ESPECIALIDADE DAS ÁGUAS MINERAIS

Não são apenas volumosas nossas reservas hídricas subterrâneas. Cada bolsão líquido tem propriedades físico-químicas *sui generis*. A interposição de águas e jazidas minerais no subsolo cria uma gama variada de águas minerais com características únicas e de grande poder terapêutico. O efeito medicamentoso das águas minerais é incontestável: a absorção de seus substratos pelo organismo humano é mais eficiente que pela via sintética. Esta hidroterapia tradicional já teve status científico no Brasil, conformando uma especialidade médica chamada crenologia.

A concentração mais notável das águas minerais no Brasil se dá no Circuito das Águas, região fronteira entre Minas e São Paulo. Em paralelo aos centros de tratamento, surgiram ali espaços de turismo e de lazer, que constituem, até hoje, a principal fonte de renda das cidades da região. Indiferentes a isso, transnacionais como a Nestlé e a Coca-Cola, encaram as águas minerais como matéria-prima a ser extraída e padronizada. Nossas personalíssimas águas minerais estão sendo desmineralizadas, em escala industrial, e transformadas em produtos finais de transnacionais, com autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral. Temos que impedir o saque e a desnaturação de nossos bens. Deter esta sabotagem ao meio ambiente, às nossas culturas e mercados locais. As águas minerais são águas subterrâneas especiais e devem ser reguladas nos marcos da Política Nacional de Recursos Hídricos, de forma que sua outorga e concessão estejam condicionadas à manutenção de seu papel ambiental, sócio-econômico, cultural e histórico.

## CONCLUSÃO

Se a água é condição e possibilidade de qualquer atividade humana, privatizá-la, ou seja, enquadrar seus usos possíveis a partir de seu valor econômico, significaria restringir todo agir humano ao cálculo e à instrumentalidade. Frente ao assalto às fontes de reconhecimento e confluência dos povos, sublevações em legítima defesa alastram-se a partir das províncias equatorianas, peruanas, argentinas e de toda Bolívia. A memória das milenares civilizações agrícolas indígenas vem tornando inefetivos os acordos vende-pátria.

As transnacionais, na tentativa de retirar a água do controle informal das comunidades remanescentes, ultrapassaram os limites da opressão colonial e neocolonial. Não lhes interessa mais tributos ou servidão, mas o hemisfério inteiro funcionalizado. Declaram guerra aos poderes sociais e comunitários, criminalizados no mesmo momento que irrompem. “Estrangeiros” todos os que insistam em sua natividade. Focos de “terrorismo

ou de narcoterrorismo” a serem reprimidos preventivamente. A localização das bases norte-americanas e das zonas militarizadas à força de convênios bilaterais demonstra que o cerco financeiro-econômico desdobra-se em cerco militar. A segurança que os investimentos estrangeiros pleiteiam é mais que jurídica. Nestes termos, não há o que negociar. Ou continuamos permitindo ilimitada anexação ou passamos a defender nosso vir a ser, como povos-nações em construção.

Nacionalizar os bens naturais e depois geri-los em processos alternativos de integração são pré-condições para novos protagonismos históricos no continente. Nacionalização que signifique o engendramento de mecanismos de gestão integrada, de requisitos e atribuições públicas e de espaços de cidadania deliberativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Jose Esteban. *Governance, citizenship and environmental health in developing countries: challenges facing the implementation of integrated water resources management*, paper. Newcastle: Newcastle University, 2006.
- CORRALES, M. *Gobernabilidad de los servicios de agua potable y saneamiento en America Latina*. Santiago: ECLAC, 2005 ([http://www.eclac.cl/DNRI/proyectos/samtac/actividades\\_nacionales/venezuela/I/Gobernabilidad.pdf](http://www.eclac.cl/DNRI/proyectos/samtac/actividades_nacionales/venezuela/I/Gobernabilidad.pdf))
- GROSSE, Robert, Carlos Santos, Javier Taks, Stefan Thimmel (compiladores). *Las Canillas Abiertas de América Latina II*. Montevideo: Edición Casa Bertold Brecha, 2006
- SÓLON, Pablo. *Los cruces de caminos entre el agua y el libre comercio*. La Paz: Impreso da Fundación Sólon, 2005.
- World Development Movement e ISP. *Espejismo en el agua: el fracaso de inversiones privadas en servicios de agua en países en desarrollo*. Londres, 2006.



**GRUPO SUEZ EM MANAUS, PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E IMPACTOS SOBRE AS MULHERES**

EDNA CASTRO



## INTRODUÇÃO

No correr da década de 1990, predominou no Brasil uma orientação do Governo Federal, endossada por vários Estados, no sentido de privatizar empresas públicas, em particular nos setores de telecomunicação, energia, transporte e bancos estaduais. No Estado do Amazonas este processo levou à privatização da Cosama (Companhia de Sanemamento do Estado do Amazonas), responsável pelos serviços de água e esgotamento sanitário no Estado, incluindo a sua capital.

Para viabilizar a venda foi criada a empresa Manaus Saneamento, reunindo o acervo patrimonial que atendia às demandas da cidade de Manaus e representava a principal parte do acervo da Cosama. O Grupo Suez, de origem francesa, maior empresa mundial do setor de água, comprou a concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário da cidade de Manaus que passou a se chamar Águas do Amazonas, assinando um contrato de concessão por trinta anos, renovável por mais quinze. Apesar de ter se tornado uma questão polêmica, conflituosa e altamente contestada por vários segmentos da sociedade brasileira, por que reconhecem no processo de privatização de empresas públicas recomendações das agências econômicas internacionais (Fundo Monetário Internacional/FMI, Banco Mundial e Organização Mundial de Comércio/OMC, entre outras) não coincidentes com os interesses da sociedade, vários fatores contribuíram para a privatização das estatais. Sob pressão da sociedade civil alguns processos desta natureza foram sustados, mas a privatização concretizou-se em tantos mais.

Entre as pressões que favorecem a privatização localizam-se os interesses econômicos – nacionais e internacionais –, as alianças políticas entre segmentos da sociedade que buscam beneficiar-se em esfera local com as negociações, e as redes político-partidárias de corrupção instaladas na estrutura do Estado brasileiro; Paralelamente a este quadro temeroso alardeava-se uma intensa propaganda que ressaltava o descrédito que pesava sobre os serviços públicos, sobretudo associado à idéia de negligência e ineficácia, reforçada de forma explícita pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/98 – 1999/2002). De forma a justificar este processo de venda de empresas públicas, transitava o discurso da modernização do Estado calcado na racionalidade e na eficiência da empresa privada. A questão público-privado foi intermediada pela reforma administrativa, na qual a privatização aparecia como a face moderna do Estado, sendo uma questão meramente técnica e logística, desprovida de interesses e projetos políticos.

No caso de Manaus, urgia solucionar um problema crônico da cidade: prover água, de melhor qualidade, a toda população. A iniciativa da privatização incluía também a determinação de modernizar os serviços e abrir faixas da administração a grupos privados que se instalariam na capital. Os procedimentos adotados pelo Governo do Estado do Amazonas foram motivo de crítica por parte da sociedade civil e dos partidos de oposição, que enxergavam na desvalorização da Cosama a prevalência de interesses político-partidários

para fins de venda e, num segundo momento, falta de transparência no uso dos recursos arrecadados com a privatização. Manifestações contrárias por parte de diversos segmentos aconteceram com maior ou menor intensidade, notadamente por parte de trabalhadores da Cosama que temiam a perda do emprego, o que de fato veio a ocorrer.

A Prefeitura de Manaus pouco se manifestou no processo de privatização da Cosama, delegando ao Governo Estadual sua condução. No entanto, em 2005, depois de uma Audiência Pública, foi instalada pela Câmara Municipal uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar o cumprimento do Contrato de Concessão por parte da empresa Águas do Amazonas, no referente aos investimentos em serviços de captação e distribuição de água e de esgotamento sanitário, que deveriam ter sido implantados conforme o cronograma acordado.

O resultado da pesquisa aqui apresentada traz a público situações díspares: de um lado, a negação dos direitos essenciais de moradores da cidade de Manaus e de outro, a impunidade do Grupo Suez face ao desrespeito às metas estabelecidas no Contrato de Concessão. Este trabalho mostra o cotidiano de mulheres, crianças e jovens nos bairros pobres da cidade que, para se abastecer de água, criam estratégias familiares, espaços solidários entre grupos e um mercado informal de venda de água.

A metodologia utilizada levou em conta a documentação institucional e a produzida por grupos de pesquisa na área de socioeconomia sobre a cidade de Manaus; o levantamento de processos jurídicos impetrados contra as empresas Cosama, Águas do Amazonas e contra a Agência Reguladora dos Serviços do Estado do Amazonas (ARSAM); entrevistas com lideranças dos principais bairros atingidos pela falta de água nas Zonas Norte e Leste; entrevistas<sup>1</sup> com lideranças do movimento de mulheres sobre os impactos da gestão da água no trabalho e na saúde das mulheres; entrevistas com vereadores e autoridades públicas sobre as condições de privatização dos serviços de água e sua relação com as políticas públicas; e, finalmente, estudos sobre situações semelhantes particularmente referentes ao tema dos serviços públicos e sua relação com a OMC, o FMI e com os interesses de financiamento de grandes obras de infra-estrutura por parte do Banco Mundial.

O trabalho de campo realizado em Manaus contou com a colaboração de inúmeras pessoas e instituições aos quais gostaria de registrar o agradecimento. Inicialmente, aos moradores dos bairros visitados, que nos cederam as entrevistas, às lideranças de bairros nas Zonas Norte e Leste, reunidos em várias estruturas organizacionais como o Fórum de Políticas Públicas e o Comitê de Cidadania, em particular pessoas como o Sr. Camilo – presidente do Fórum de Políticas Públicas – e Dona Valdeiza de Souza Ramos; ao movimento

---

<sup>1</sup> As entrevistas com lideranças foram feitas nos bairros de Compensa, Jorge Teixeira, Mauzinho II, Santa Inês, Zumbi do Palmares, Nova Floresta, Horizonte, Val Paraiso, Mauá e Tancredo Neves, e com lideranças do movimento de mulheres nas organizações MUSA e AMA (Articulação de Mulheres do Amazonas).

de mulheres, às organizações AMA (Articulação de Mulheres do Amazonas) e à MUSA (Mulher e Saúde), à CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), à Cáritas, como também ao apoio recebido do Vereador Francisco Praciano, que nos forneceu material fundamental à análise da discussão que antecedeu ao processo de privatização da Cosama. Contamos ainda com a colaboração de pesquisadores e técnicos do governo que concederam informações úteis para elucidar passos e localizar documentação importante. Agradecemos a todos que colaboraram com informações e, em especial, à equipe técnica formada por Maria Eugenia Bertarelli e Socorro Papoula – no apoio à logística de pesquisa e aplicação de entrevistas em Manaus –, e por Marcos Paiva, em Belém, que ajudou no processamento de informações. Finalmente, queremos registrar que este trabalho foi uma demanda do Instituto Eqüit, de sua coordenadora Graciela Rodriguez, tendo contado ainda com a adesão da Fundação Heinrich Böll, que gentilmente colaborou com recursos, apoiando o trabalho desenvolvido pelo Comitê das Mulheres da ASC (Aliança Social Continental) e pelo Instituto Eqüit – Gênero, Economia e Cidadania Global – no debate político necessário contra o avanço da Área de Livre Comércio nas Américas e a liberalização dos serviços por parte das grandes corporações, reforçando assim a luta das mulheres por direitos e autodeterminação.

## **PRIVATIZAÇÃO E CONFLITOS EM TORNO DA ÁGUA EM MANAUS**

### **PRIVATIZAÇÃO E POLÍTICAS DE AJUSTAMENTO: DIRETRIZES DO FMI, BANCO MUNDIAL E OMC NA REGULAÇÃO DA ÁGUA COMO BEM ECONÔMICO.**

Do ponto de vista da dinâmica dos mercados em expansão, o interesse mundial despertado recentemente pela água está relacionado a pressões empresariais para ampliar a mercantilização deste recurso. Na última década do século passado, a água começou a ser considerada pelas agências internacionais – FMI (Fundo Monetário Internacional), o GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) e a OMC (Organização Mundial de Comércio) – como um tema central para negociações nas arenas econômicas.

Como desdobramento da intensificação desses interesses de mercado, os países têm sido pressionados a construir um novo marco regulatório que libere o comércio de serviços públicos em geral. Não é por acaso que o debate internacional tem colocado em confronto, de um lado, a agenda dos Estados e de suas políticas de ajustamento às decisões de cúpula e, de outro, as organizações da sociedade civil, abrigadas em fóruns alternativos de caráter global em defesa de maior autonomia em relação ao mercado e às agências internacionais. Por isso a urgência na análise dos efeitos da liberalização dos mercados e dos acordos internacionais de

comércio sobre a privatização dos serviços públicos. A abertura ao capital nacional e internacional dos serviços de água e esgotamento sanitário amplia a participação de empresas multinacionais, conforme a tendência verificada nessa fase de globalização, sobre mais esse recurso natural abundante na Amazônia.

Dos encontros de Cúpula dos países mais ricos e agências internacionais têm saído diretrizes visando preservar os mercados futuros do *setor água* – conforme a nomeação que lhe dão nessas esferas – para empresas de grande porte, originárias da França, do Canadá, da Holanda e dos Estados Unidos. O que está em jogo é o domínio dos serviços de água, impulsionado por uma lógica que vê a água como mercadoria submetida à regulação pelo mercado, por isso é ambíguo o entendimento de que não é a água que está em discussão, mas os serviços de tratamento e distribuição. No entanto, países como o Chile têm legislação que assegura a propriedade privada de mananciais aquáticos<sup>2</sup> e a Índia teve seus mananciais amplamente apropriados pela agroindústria de forma nem sempre direta.<sup>3</sup> E não é por acaso que está em curso uma revisão, na esfera do debate internacional, do direito de acesso à água.

Efetivamente, é necessário um balanço da estrutura de mercado e da rede de instituições que se articulam em nível mundial para manter poder e privilégios econômicos. A análise da questão da água nos permite visualizar a geografia institucional e a hierarquia empresarial presentes nestas estruturas. As corporações Vivendi e Suez são as maiores do mundo, estando a primeira entre as 51 maiores empresas, e a Suez no 99º lugar do mesmo ranking das 500 maiores fortunas do mundo. Juntas, controlam e captam 40% das cotas existentes do mercado de água. Outras grandes corporações da Água são a Bouygues/Saur, a U.S. Water e a Severn. A base de clientes dessas empresas regula um mercado em torno de 50 milhões de consumidores de seus serviços.<sup>4</sup>

O Grupo Suez & Vivendi-Violia está presente no mercado de serviços de água em cidades e municípios do Brasil, com várias concessionárias nas áreas urbanas, entre elas: Águas de Limeira (Limeira – SP), Águas de Guariroba (Campo Grande – MS); na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Cabo Frio, São Pedro d’Aldeia, Iguaba, Búzios e Arraial do Cabo; e Águas do Amazonas (Manaus – AM). A maior concentração de empresas privatizadas do setor de água e saneamento encontra-se no sudeste, mas sua presença estende-se por todas as regiões.

O Brasil, ao longo da década de 90, assumiu posições favoráveis à liberalização dos serviços e à privatização de empresas estatais. A análise de conjuntura mostrava que esse papel do Brasil no cenário internacional

---

<sup>2</sup> Veja o trabalho de Tavares, M. em: <http://www.ewbrip.org.br>; [www.planetaportoalegre.net](http://www.planetaportoalegre.net); [www.world-psi.org](http://www.world-psi.org); [www.psiru.org](http://www.psiru.org); [www.terceiromundo.org.br](http://www.terceiromundo.org.br); <http://www.irn.org>.

<sup>3</sup> SHIVA, Vandana – *La Guerre de l’eau. Privatisation, pollution et profit*. Cambridge-Paris, 2003.

<sup>4</sup> Fortune’s Global 500 citado Markus Krajewski – GATS? O que está em jogo? BROT – [www.brot-fuer-die-welt.de](http://www.brot-fuer-die-welt.de) – distribuído no Fórum Boell de Cancun, setembro de 2003.

favorecia às empresas transnacionais norte-americanas e européias, que dominam o comércio internacional de prestação de serviços,<sup>5</sup> pois poderiam tirar vantagens da posição de barganha, por taxas e isenções mercantis, assumida pelo Brasil frente ao GATS (Acordo Geral de Comércio e Serviços). Os países da União Européia não se perfilavam nessa direção, mantendo-se cautelosos na liberalização de seus serviços públicos ao mercado.

Os compromissos plenos do GATS relativos ao tratamento nacional requerem que os mesmos subsídios do governo concedidos aos fornecedores locais sejam disponibilizados para os fornecedores estrangeiros. Sobre as demandas econômicas, o Brasil chegou a se posicionar favoravelmente à eliminação de estudos prévios em qualquer setor de serviços consignados. Onde quer que o setor público ofereça um destes serviços, o Brasil tende a permitir a competição do mercado nacional com as empresas privadas estrangeiras. Com esses preceitos, o Brasil não teria limites em seus compromissos com o GATS e, desta forma, não poderia fazer distinções para encorajar um tipo de investimento que de fato beneficie as economias locais, como as subsidiárias tendem a fazer quando comparadas a meras filiais de uma empresa estrangeira.

No entanto, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003) houve alterações na postura do Ministério das Relações Exteriores quanto à questão dos serviços, tendo sido rejeitado o controle internacional da água no III Fórum Mundial da Água, em Kyoto, junto a outros países em desenvolvimento. O Ministério defendeu posição contrária ao texto final da convenção, que visava criar mecanismos internacionais de controle da água. Igualmente, ministros de diversos países da América Latina consideraram que esse controle internacional sobre a água colocava um problema de soberania sobre os recursos naturais. Contrariando assim as nações desenvolvidas, que sustentam os interesses de grandes corporações do setor, defenderam eles, em Kyoto, a criação de uma espécie de conselho mundial que cobraria dos países pobres investimentos em suprimento de água e saneamento, além de boas práticas na gestão dos recursos hídricos. A questão permanece polêmica e de primeira grandeza na agenda do mercado e, igualmente, na das organizações da sociedade civil.

---

<sup>5</sup> As empresas norte-americanas dominam as exportações mundiais de serviços. Ao controlar 18,8 % do mercado mundial de serviços, os Estados Unidos exportam mais de duas vezes e meia que a Grã-Bretanha, seu concorrente mais próximo. Já a América Latina responde por 4% das exportações mundiais de serviços e a África apenas por 2,2%. Apenas cinco nações desenvolvidas detêm 53% das exportações mundiais de seguros; 73% de exportações culturais e recreativas e 74% de exportações de serviços financeiros e obtêm 87% de todas as receitas oriundas de taxas de *royalties* e licenças, sendo que as empresas norte-americanas recebem mais da metade do total. As estatísticas mostram que o Brasil, em 2002, importou muito mais serviços do que exportou – 11,9 bilhões de dólares em importações versus 6,8 bilhões de dólares em exportações –, uma situação que tende a piorar com as modalidades de liberalização extensiva de serviços que o próprio Brasil estaria buscando nas negociações com o GATS (GOULD: 2003).

## NEOLIBERALISMO E PRIVATIZAÇÕES DE EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL

O Governo José Sarney (1985-1989) iniciou a implantação de políticas neoliberais e procedeu à privatização das estatais, repassando ao setor privado serviços que até então estiveram no domínio da gestão pública, considerados setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse período expandiu-se o pensamento neoliberal entre empresários e cresceu a expectativa no renovado modelo regulatório liberal com base no mercado livre de qualquer participação do Estado ou normatização da sociedade civil. No correr do mandato de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foram privatizadas empresas do setor produtivo na esteira das teses neoliberais sobre o Estado mínimo e a necessidade de uma reforma ampla do Estado.

Mas foi no Governo de Fernando Henrique Cardoso que houve uma radicalização deste processo. Empresariado e governo seguiram uma ortodoxia neoliberal promovendo mais privatizações de empresas de serviços e exploração de recursos naturais. A partir do seu primeiro mandato (1995-1998), foram privatizadas empresas estatais federais e estaduais, bem como as prestadoras de serviços públicos fundamentais, onde se incluem as de água e saneamento. Apresentavam-se algumas em situação de solvência, mas a maioria esmagadora das empresas privatizadas foram aquelas que estavam em melhores condições de saúde financeira, como a Telebrás, a Embratel e a Companhia Vale do Rio Doce. A tendência foi diversificar as empresas públicas em oferta no mercado: água, esgotamento sanitário, energia, telecomunicação, ferrovia, rodovias, portos e bancos. Com a política de ceder espaço ao mercado como regulador da vida econômica do país, Fernando Henrique Cardoso implementou o Programa Nacional de Desestatização (PND), como uma estratégia neoliberal com a função de implementar decisões agendadas no Consenso de Washington sobre a condução da relação do Estado com a economia e ajustes orientados por agências internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Vale ressaltar que o referido governo inseriu no PND as empresas encarregadas de serviços públicos que, na versão original, não estavam arroladas.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) foi a estrutura financeira âncora em todo o processo de privatização, em particular nos dois governos de Fernando Henrique. Conforme Chaves (2003), o BNDES funcionou como *braço financeiro do processo de privatização, seja como acionista de 76 estatais, seja por ter sido a instituição responsável pela gestão do Plano Nacional de Desestatização (PND) e balanço da situação das empresas e de encaminhamento ao processo de privatização*.<sup>6</sup> Ainda segundo a autora,<sup>7</sup> foram privati-

---

<sup>6</sup> CHAVES, Andréa. Privatização e Novas Estruturas de Mercado: Rede Celpa em Questão. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2003.

<sup>7</sup> Op. cit.

zadas 115 empresas, das quais 87 eram do âmbito federal e 28 do estadual, em setores variados. Por ordem de grandeza, o resultado foi o seguinte: 27 da petroquímica, 24 das telecomunicações, 4 de siderurgia, 7 do setor ferroviário, 3 de energia, 2 de mineração, e uma série de outras distribuídas por ramos produtivos ou de serviços.

Com a Lei de Concessões (Lei no. 8.987) que regulamenta o Art. 175 da Constituição e define normas de concessão dos serviços públicos, o Estado liberou o processo de privatização, tornando-o mais ágil para facilitar o livre jogo de mercado – concorrência e competitividade – aberto ao capital estrangeiro. Justamente a partir daí aumenta a concorrência do capital estrangeiro com o nacional dentro do próprio país e surgem novas formas de associação entre capitais com a formação de grupos econômicos mistos. O interesse redobrou com a estabilização da moeda e participação crescente de capital estrangeiro nos leilões das empresas privatizadas. O caso da telecomunicação é exemplar quanto à tensão verificada no mercado que se aquece pela concorrência entre empresas dos Estados Unidos, Portugal, Espanha, França e Itália, para citar os principais concorrentes.

A ineficiência financeira das empresas estatais não justifica a privatização. Muitas contraíram dívidas de empréstimos externos efetuados pelo Estado, os quais foram pulverizados na sua máquina administrativa para outros fins. Mário Pochmann (2001) constata que em dez anos de PND, do total da receita apurada das vendas de empresas via privatização, 86,4% foram gastos com o processo de venda, *“gastos em moedas podres, empréstimos oficiais e juros subsidiados, saneamento e planos de demissão voluntária (apud CHAVES: 2003)*. Diz ainda que de 1991 a 1997 cerca de

”95% do valor das empresas estatais, em diversos leilões, foram pagos com títulos desvalorizados, ou seja, com o valor já aviltado, além de facilidades concedidas a grupos privados e internacionais e garantindo a sobrevivência do real tornou-se uma simples entrega do patrimônio nacional, privatizando empresas fundamentais para o sistema econômico e para a soberania do Brasil;” (POCHMANN, apud: CHAVES: 2003).<sup>8</sup>

Pelos dados do BNDES, as 115 empresas totalizaram a arrecadação do montante de US\$ 69 bilhões (CHAVES: 2003) e, com a venda dessas empresas, foi transferido para o setor privado, para o pagamento de dívidas, cerca de US\$ 16 bilhões. Esse dado, porém, segundo a mesma fonte, deve ser ponderado em função das incertezas que pairam sobre a legitimidade das informações divulgadas pelo próprio BNDES justamente pelo caráter polêmico desse processo de privatização de empresas estatais.

---

<sup>8</sup> Mário Pochmann, 2001.

## **PRIVATIZAÇÃO DA COSAMA E CRIAÇÃO DA SUBSIDIÁRIA DO GRUPO SUEZ NO AMAZONAS**

A primeira autorização para privatizar os serviços de água e esgoto em Manaus veio do poder municipal – que tem a competência para atender essa necessidade urbana – na administração do Prefeito Eduardo Braga, atualmente (2006) Governador. O Município autorizou o Estado a negociar a Concessão dos serviços de água e esgoto em Manaus (Lei 513 de 1999), ao mesmo tempo em que lhe delegou a função de fiscalização da concessão através de sua agência reguladora.

A estratégia de criar uma outra empresa, a Manaus Saneamento, que seria negociada, visava que ficassem com ela todos os ativos. Os passivos, as dívidas que não seriam incluídas no rol de negociação, permaneceriam com o Estado do Amazonas. A Cosama continuaria com a função de atender todos os demais municípios do estado, exceto Manaus. Esse foi, inclusive, um dos argumentos para justificar a privatização: liberar a Cosama para atender melhor as demandas dos outros municípios, contando já com investimentos advindos da privatização.

A Agência Reguladora de Serviços Concedidos do Estado do Amazonas (ARSAM) foi criada com as funções de regular e fiscalizar os serviços de água, esgotamento, luz e transporte intermunicipal, ficando o transporte coletivo urbano sob a jurisdição municipal. A formalização da ação da Agência é objeto de uma lei que tramita no Congresso Nacional, segundo a qual a agência estadual é a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, pelo Planejamento, pela escolha de áreas de acesso para abrir estradas, ruas, selecionar áreas de tratamento da água e de esgoto, enfim, pela realização e execução do Plano Diretor Urbano. No cerne da questão está o conflito entre esferas de poder municipal e estadual, pois com a criação da Águas do Amazonas, a partir de um desmembramento da Cosama, como uma empresa que atende somente o município de Manaus, surge a discussão sobre a competência legal da ARSAM, uma vez que a concessionária não é fiscalizada pela instância municipal e foge aos domínios estaduais.

Após concluído o processo de privatização, a ARSAM abandonou sua responsabilidade pública e passou a não fiscalizar a concessão. Os jornais da cidade e as pessoas entrevistadas na pesquisa, ao tratarem do assunto, convergem na sensação de que tanto o Governador quanto o Prefeito afastaram-se de suas responsabilidades, ficando claro que o contrato celebrado entre o Estado e a empresa Águas do Amazonas foi um instrumento para justificar a privatização e a entrada de dinheiro para a máquina administrativa e não para resolver de fato o problema de água para toda a cidade. Nenhum indicador que conste nas cláusulas contratuais foi cumprido pela empresa.

O Grupo Suez, através da empresa Águas do Amazonas, conforme vasto noticiário de jornais e declarações junto à Comissão Parlamentar de Inquérito (Poder Legislativo do Município de Manaus), para justificar o não cumprimento do Contrato de Concessão, afirma não ter consciência exata do que havia comprado, alegando



não ter sido facultado pelo Estado todas as informações. Mas os documentos consultados por ocasião da pesquisa revelam que durante o processo foi reservada uma sala onde estavam todos os dados da empresa disponibilizados para consulta, tais como informações contábeis, faturamento, estatísticas de venda, consumo, relação de clientes, cobranças de contas da empresa, investimentos e dados sobre os ativos. Além disso, estava previsto visitas técnicas de campo para conhecer a situação das instalações e equipamentos, facilitando seu acesso a interessados em concorrer à referida concessão. A posição que sustenta a Águas do Amazonas de ter sido enganada e não ter clareza do que comprou é difícil de ser sustentada quando se trata de um grupo altamente capacitado sob o ponto de vista de gestão, de tecnologia e de mercado, e que, por sinal, é bastante exitosa nesse mundo empresarial globalizado, com seus 100 milhões de usuários na área de água e saneamento. Não justifica sua alegação de ter comprado “gato por lebre”, como manifestaram vereadores na CPI da Câmara dos Vereadores de Manaus. Certamente o montante de investimento necessário para implantar um sistema de água completo é alto, mas desde que o Grupo Suez assinou o Contrato para realizar esses gastos, eles passam a ser obrigatórios.

Os recursos obtidos na privatização se destinavam, segundo declaração do Governo, a investimentos no interior do Estado. Mas o que teria melhorado no atendimento de água potável e esgotos em outros municípios do Estado depois da privatização? Em que os recursos foram efetivamente empregados? Segundo o Vereador Praciano, esses investimentos não ocorreram, pois dos R\$ 183 milhões acordados, R\$ 102 milhões foram para pagar dívidas do Estado com a empresa Paranapanema, e não ficou clara a aplicação do restante. Ao contrário, o governo passou a concessão dos serviços de água para os próprios municípios, retirando do estado a sua responsabilidade. Já havia 15 municípios (do total de 60) no programa de municipalização da água. Em Manacapuru, município vizinho, o próprio prefeito é o gestor dos serviços, e não o Estado do Amazonas. Portanto, embora o investimento nos municípios do interior tivesse sido o argumento de venda, municipalizaram os serviços de água e esgoto ao invés de investir.

Ações impetradas contra a empresa objetivavam sustar o aumento de 31,50% na tarifa de água, o terceiro aumento consecutivo, sem a mesma ter nesse período ampliado sua rede de atendimento. Julgada procedente, as cobranças de tarifas majoradas foram suspensas por um período de três meses. Outra ação judicial pleiteava anulação do contrato, devido a seu descumprimento. Aqui se percebe um dos impactos da privatização dos serviços de água, qual seja, o enfraquecimento das instâncias de poder local que tradicionalmente se ocupavam do suprimento deste serviço. Por outro lado, a população hesita em realizar suas reclamações sobre o não cumprimento do contrato pela empresa, uma vez que a Agência Estadual de Regulação mantém-se inoperante.

O discurso do Estado do Amazonas para justificar a privatização era da mesma matriz do governo federal: necessidade de pagar as dívidas públicas com o valor arrecadado, reduzir os custos operacionais a cargo do estado para prestação desses serviços, a eficiência e qualidade no atendimento ao público. Isso, porém, nas diversas situações, não ocorreu. O Estado repassou um patrimônio público ao setor privado e o valor recebido não se reverteu

em benefícios sociais: 1) o estado desembolsava altas somas para preparar as empresas para venda; 2) o repasse do dinheiro recebido a terceiros, alegando dívidas públicas; 3) os serviços não se tornaram mais eficientes que os anteriores; e 4) o Estado acabou por financiar a compra de suas próprias empresas através do BNDES.

## EXPANSÃO URBANA E DESIGUALDADE SOCIAL EM MANAUS

### EXPANSÃO URBANA E ADENSAMENTO DE MANAUS

O Estado do Amazonas vem diversificando seu perfil produtivo, porém muitos municípios permanecem com a base agroextrativa da agricultura a pesca, a extração da madeira e de produtos minerais, além do turismo e outros setores econômicos com menor expressão. A Microrregião de Manaus, a que mais cresce no Estado do Amazonas, passou de 419.583 habitantes, em 1970, para 1.593.710 habitantes em 2000, representando um crescimento urbano significativo da capital sobre os demais municípios. As áreas rurais tiveram um decréscimo de população nesse período (Tabela 1).

TABELA 1

<b>Estado do Amazonas - Evolução da População - 1970-2000</b>							
<b>Microrregião de Manaus</b>							
Anos	Total	Urbana			Rural		
		total	homens	mulheres	total	homens	mulheres
1970	419.583	292.003	138.434	153.569	127.580	67.460	60.120
1980	745.435	634.485	308.732	325.753	110.950	58.758	52.192
1991	1.165.352	1.062.796	519.543	543.253	102.556	55.252	47.304
1996	1.328.995	1.218.694	592.531	626.163	110.301	59.343	50.958
2000	1.593.710	1.475.368	719.994	755.374	118.342	63.099	55.243
Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Amazonas - 1970 a 2000 (SIDRA)							

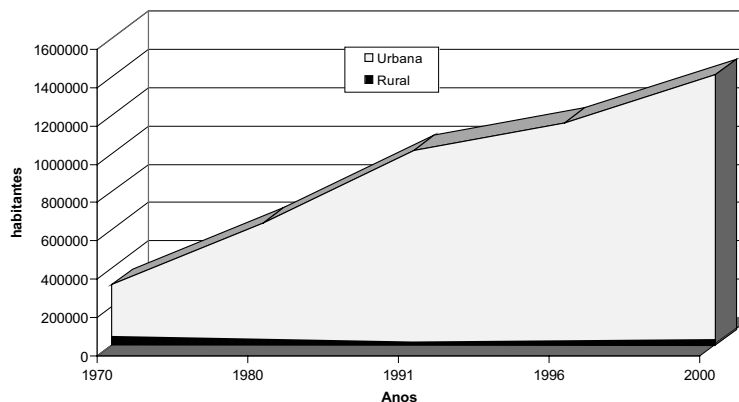
As atividades industriais e de comércio em Manaus continuam fortes e influenciam a dinâmica migratória. Manaus hoje está com, aproximadamente, dois milhões de habitantes, embora os dados da Tabela 2 mostrem um aumento de 311.622 habitantes em 1970 para 1.792.814 habitantes em 2005, havendo paralelamente,

como já mencionado, um aumento enorme da população urbana e um decrescimento da população rural. Esse aumento exponencial revela um município praticamente urbano, tendo, em 2005, apenas 12.175 habitantes na área rural, para 1.792.814 habitantes na cidade de Manaus. Essa particularidade da relação rural-urbano e o crescimento populacional, vista na apresentação do Gráfico 1, é bastante elucidativa da necessidades da ação de governo na definição de uma agenda bem focalizada nas políticas urbanas para o município.

TABELA 2

<b>A Evolução da População do Estado do Amazonas - 1970-2005</b>							
<b>Município de</b>		<b>Manaus</b>					
<b>Anos</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>			<b>Rural</b>		
		<b>total</b>	<b>homens</b>	<b>mulheres</b>	<b>total</b>	<b>homens</b>	<b>mulheres</b>
1970	311.622	283.673	134.298	149.375	27.949	15.289	12.660
1980	633.383	611.843	297.414	314.429	21.540	11.796	9.744
1991	1.011.501	1.006.585	491.273	515.312	4.916	2.618	2.298
1996	1.157.357	1.150.193	558.074	592.119	7.164	3.852	3.312
2000	1.405.835	1.396.768	680.508	716.260	9.067	4.936	4.131
2005*	1.792.814	1.780.640	871.987	908.652	12.175	6.730	5.445
<b>Participação Relativa (%)</b>							
1970	<b>100,00</b>	91,03	43,10	47,93	8,97	4,91	4,06
1980	<b>100,00</b>	96,60	46,96	49,64	3,40	1,86	1,54
1991	<b>100,00</b>	99,51	48,57	50,95	0,49	0,26	0,23
1996	<b>100,00</b>	99,38	48,22	51,16	0,62	0,33	0,29
2000	<b>100,00</b>	99,36	48,41	50,95	0,64	0,35	0,29
2005	<b>100,00</b>	99,32	48,64	50,68	0,68	0,38	0,30
<b>Números Índices: 1970 = 100</b>							
<b>1970</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
1980	203,25	215,69	221,46	210,50	77,07	77,15	76,97
1991	324,59	354,84	365,81	344,98	17,59	17,12	18,15
1996	371,40	405,46	415,55	396,40	25,63	25,19	26,16
2000	451,13	492,39	506,71	479,50	32,44	32,28	32,63
2005	575,32	627,71	649,29	608,30	43,56	44,02	43,01
<b>Taxas de Crescimento Anual (%)</b>							
1970/80	7,35	7,99	8,28	7,73	-2,57	-2,56	-2,58
1980/91	4,35	4,63	4,67	4,59	-12,57	-12,79	-12,31
1991/96	2,73	2,70	2,58	2,82	7,82	8,03	7,58
1996/00	4,98	4,98	5,08	4,87	6,07	6,40	5,68
<b>Área Territorial (Km<sup>2</sup>)</b>							
Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Amazonas - 1970 a 2000 (SIDRA)							nov/05
* - Valores Estimados pela taxa de crescimento médio anual do período 1996/2000							

## GRÁFICO 1

Estado do Amazonas - Evolução da População - 1970-2000  
Município de Manaus

Fonte: IBGE - Censos Demográficos do Amazonas - 1970 a 2000 (SIDRA)

A dinâmica migratória responde pela situação de crescimento dos bairros de Manaus. A Zona Franca teve um papel, num primeiro momento, de atração de população de níveis sociais diferentes. As indústrias do setor eletroeletrônico contrataram um quadro funcional e investiram na qualificação de segmentos ocupacionais definindo um certo perfil de trabalhadores. Mas outras levas de migrantes se seguiriam, verificando fortes fluxos na década de 1990. Manaus permanece um município de recepção de migrantes vindos de vários estados da Amazônia e do Brasil, são trabalhadores sem emprego e sem renda, muitas vezes com trajetória em garimpos, canteiros de obras de grandes projetos e de estradas, na pequena produção, de territórios ocupados pela pecuária e soja. O contingente de paraenses, amapaenses, maranhenses e cearenses é alto nos bairros do Leste e do Norte, ocupando espaços novos do entorno da cidade. Os bairros da periferia de Manaus são o retrato dessa dinâmica, conforme é largamente demonstrado neste trabalho. Manaus continua a crescer com altas taxas demográficas (Tabela 2) e revela, assim, a contradição entre a riqueza e opulência do setor industrial, composto de grandes empresas de eletroeletrônica de liderança mundial, e a pobreza que se alastra pelas Zonas Norte e Leste da cidade. Os bairros populares apresentam precariedade em todos os serviços urbanos como água, esgoto, segurança, transporte, educação, saúde e habitação.

A Fundação Getúlio Vargas, em 2003, publicou 32 indicadores que mediam a qualidade de vida das capitais. Entre eles, telefones por habitante, índice de alfabetização, mortalidade infantil, renda *per capita*: Manaus

encontrava-se no 24º lugar no ranking das capitais. Com o processo de reestruturação produtiva verificado nas empresas do Distrito Industrial houve dispensa de mão-de-obra que pesou sobre a taxa de empregos, sobretudo porque o lucro das empresas não representa reinvestimentos capazes de contrabalançar a geração de renda na cidade, apesar da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) incentivar um processo de verticalização de alguns segmentos industriais. O ramo industrial é um segmento internacionalizado, formado por multinacionais que se destacam no setor eletroeletrônico com maior volume de produção no País. Entre as maiores empresas estão a Honda, a CCE e a Philips. Apesar da renda elevada do estado, ela está também concentrada na capital.

Justamente nas Zonas Norte e Leste localiza-se cerca de 63% da população de Manaus caracteristicamente de baixa renda, formada por trabalhadores manuais, operários da construção civil, domésticas e pequenos comerciantes do mercado informal e/ou ambulantes. No bairro de Novo Israel, das 291 pessoas que responderam a pesquisa sobre condições de vida e renda familiar, verificou-se que 110 famílias ganham até um salário mínimo, 111 até três e 70 famílias estão acima de três salários-mínimos,<sup>9</sup> o que representa estratos bem baixos na estrutura de renda de Manaus. Igual situação foi encontrada em inúmeros bairros pesquisados nessas duas Zonas onde se verificou uma queixa generalizada da população sobre carência de água paralelamente à reclamação de aumento das tarifas desse serviço.

A situação social está relacionada à economia e, portanto, precisa ser entendida articulada à estrutura de classe e à produção da pobreza. Para compreender melhor a natureza da pobreza nesses bairros de Manaus, é necessário identificar os vetores sociais e econômicos que estão nas raízes da desigualdade social. Nas trajetórias observadas nos bairros, muitos migraram deixando para trás as atividades rurais, o extrativismo da madeira, de cipós e de borracha; outros tiveram trajetórias urbanas com experiência de trabalho em atividades industriais, de comércio e em construção civil, e muitos vieram das pequenas cidades do interland. A população urbana enfrenta situações de risco social, de desemprego estrutural – sem vínculo com qualquer atividade e sem perspectivas de inserção ocupacional –, comum a jovens sem empregos e a adultos sem qualificação em condição de marginalidade do sistema produtivo.

---

<sup>9</sup> Ver o Relatório da *Pesquisa sobre o Abastecimento de Água no Bairro Novo Israel*, feito no âmbito de Pesquisa realizada pelo Centro Universitário Nilton Lins, Coordenação de Ciências Econômicas, Manaus, s/d.

## **MERCADO INFORMAL E MERCADO SOLIDÁRIO: MALABARISMOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MANAUS**

Os moradores dos bairros afetados pela carência de água em Manaus acabaram por experimentar diferentes estratégias para resolver os graves problemas de abastecimento, entre elas, o comércio informal de água, que se tornou uma realidade ineludível. Ao lado desta, se observa outras modalidades com base na ação de famílias, de instituições confessionais, de organizações não governamentais e associações de bairros. Numa breve classificação, encontramos as seguintes modalidades de abastecimento de água criadas pela população:

1) Comércio informal – Entre as formas de venda estão: o carro pipa, que vai até as casas dos moradores, e o abastecimento com mangueiras (borracha), que podem ter até mesmo 300 metros, como informaram em Santa Inês. Em geral é um fornecedor que consegue recursos para perfurar um poço próprio e equipado com bomba; a partir daí passam a atender também demandas de particulares. Podem ser pequenos comerciantes de água, visando completar a renda familiar ou passar a viver exclusivamente desse comércio.

2) Mutirão e mercado solidário – Outra forma de abastecimento é através de estratégias comunitárias, reunindo grupo de famílias para perfurar um poço de uso comum. As modalidades são variadas. Em alguns casos os moradores contam com o apoio de organizações eclesiais ou de ONGs na perfuração dos poços e compra de bombas. As famílias não têm renda para perfurar poços sozinhas pois, para obter água com qualidade, os poços têm de ser profundos; nos poços com 80 metros a água ainda não é suficientemente de boa qualidade. Em certas localidades, devido ao relevo do terreno e ao lençol freático, são necessários em torno de 110m a 150m de profundidade. Os poços da Águas do Amazonas têm cerca de 210m de profundidade.

3) Poços de água em instituições – A Prefeitura e o Estado têm construído poços em instituições públicas como escolas e postos médicos onde as pessoas se abastecem, transportando a água em seus vasilhames, que carregam na cabeça ou em carrinhos, sendo estes de madeira (mais comuns) ou de ferro, neste caso com a vantagem de poder carregar muitos vasilhames ao mesmo tempo. A grande demanda faz com que as filas que se formam nestes lugares comecem ainda de madrugada.

4) Abastecimento emergencial da Prefeitura – Trata-se ainda de pequenos sistemas de captação através de poços artesianos – águas subterrâneas – e de distribuição de água encanada que vem das caixas d'água construídas pela Prefeitura ou pelo Governo do Estado. Esse sistema é bastante questionado pela descontinuidade do fornecimento da água e a consequente necessidade de usar outras estratégias complementares, como a compra de água.

5) Pequenos Sistemas de Poços da empresa Águas do Amazonas – A empresa tem atendido aos bairros das Zonas Leste e Norte de forma irregular, irresponsável e ineficaz. A única solução apresentada à população destas regiões é perfurar poços para uso de água subterrânea, o que tem gerado muitos conflitos entre

moradores de partes altas e baixas da cidade, pois o sistema não é capaz de atendimento em relevo irregular, conforme atestam as reclamações de pouca água e de fluxo descontínuo. Problemas que só não são verificados nas áreas mais nobres da cidade.

6) Poços artesianos de pouca profundidades nos quintais – Há situações, como a do bairro Jorge Teixeira, onde foram construídos poços de 30 ou 40 metros, alguns poucos de 60 metros, nos quintais das casas. Falta estes poços estão contaminados, pois localizam-se na região correspondente a uma área da cidade densamente povoada e sem condições sanitárias mínimas, tornando-se, por conta disso, extremamente perigosos à saúde. A Prefeitura perfurou poços em época de campanha política e depois os deixou abandonados. A comunidade se mobiliza, estabelecendo uma cota por domicílio das pessoas que são abastecidas por esse sistema de pequenos poços, para fazer a manutenção dos poços.

7) Uso de cisternas – É uma prática antiga e comum que havia sido abandonada; em alguns bairros, entretanto, com a situação de abastecimento agravando-se, sobretudo com as cobranças da empresa Águas do Amazonas vinculadas ao hidrômetro e os exemplos de cobranças arbitrárias em outros bairros, os moradores estão se precavendo e preferindo reabilitar as velhas cisternas abandonadas construídas em frente de suas casas ou nos quintais. Aqueles que não as têm, já pensam em construir uma, seja em grupo de famílias ou individualmente.

Do ponto de vista de quaisquer uma dessas situações observadas, o fato é que os moradores nesses bairros administram sua própria água todos os dias. Em Santa Inês, em vista desta situação que se estende há tempos, um grupo de mulheres trabalha nessa linha de questões e discute sobre abastecimento de água, controle de qualidade, gestão e manutenção dos poços. As mulheres são as principais implicadas no provisãoamento diário da água para os serviços domésticos. Elas são, em geral, as mais prejudicadas também. Ao retornar do trabalho têm ainda que lidar com esse problema crucial, crônico e estafante, desde a captação aos gastos de cada membro da família – via de regra, objeto de conflitos familiares entre irmãos ou entre marido e mulher.

Na venda por mangueira de borracha, é necessário também uma certa organização para atender a distâncias relativamente grandes. Na entrevista abaixo, de uma moradora de Nova Floresta, notamos a presença das mulheres também no mercado informal que aprovisiona e atende às necessidades de água no bairro:

E tem aqui esse sistema de uma senhora que tem um poço e que leva a borracha pra casa. Ela consegue ter uma borracha tão grande porque ela vai comprando, acho que ela emenda a borracha. A borracha não é inteira, ela vai comprando aquele pedaço, aí emenda naquele outro, aí compra um outro pedaço, aí vai emendendo. Ela vende por camburão, ela vende por lata, ela vende por balde. Ela vive disso. Eh, aqui no bairro com poço assim pra vender água só tem duas pessoas, duas mulheres. Tem essa senhora que mora ai na Pedra Escorada, e uma outra que mora lá na Cassiterita (Dona Val, bairro de Nova Floresta)

A combinação entre tipos diferentes freqüentemente se impõe em função da deficiência de cada um deles. Encontramos pessoas que conseguem combinar o uso de seu próprio poço em casa com a água que vem da “ligação da rua” como forma de baratear custos e ter o serviço contínuo pois quando falha a água “da rua”, usa a do poço – não para beber, pois é de baixa qualidade. Ela serve para outras atividades como tomar banho, lavar roupa e lavar a casa. Ou, se utilizam água da empresa Águas do Amazonas, não podem prescindir do carro pipa ou da compra de água na “borracha” ou qualquer outra modalidade acessível em seus bairros, pois além de precário, o serviço prestado é caro. De todo modo, o certo é que não podem ficar sem água.

Segundo o relato de uma família que possui poço em casa, esta modalidade é possível abastecer de 80 a 100 famílias. Na sua rua existem seis poços, mas o seu é o mais requisitado, por ser a menor a taxa de água cobrada, apesar de serem altos os gastos de energia elétrica para movimentar a bomba. É preciso também registrar que em todas as entrevistas os moradores falam bastante da solidariedade entre si com relação à questão da água, sobretudo devido a preferência de água de qualidade para beber. É o caso de instituições da comunidade, escolas, postos médicos, postos de gasolina, frigorífico ou outra empresa que ali exista e que não se furtam de encher, ou deixar que as pessoas encham seus vasilhames. O incômodo, diz uma moradora, é sempre estar na condição de pedinte, de dever favor por estar pedindo para encher os vasilhames. Os relatos que seguem demonstram isso:

Tem muitos problemas de água aqui no Zumbi. Na minha casa, nós tomamos água da torneira depois do estudo que a Universidade fez que os poços dos bairros estavam todos contaminados; e na minha rua a água dá a noite toda, ela vai embora 8 da manhã e volta 5 da tarde, mas tem ruas que não dá água e tem muito essa coisa de pegar água pra beber, a fila é enorme nos poços, acho que 90% dos moradores dos bairros tomam água de poço... Fazemos fila aonde tem as torneiras que dão água, em colégio, nos poços das Igrejas católicas, tem alguns colégios adventista que dão também... Lá tem um colégio adventista que dá água também pro pessoal, então tem vários locais. (Luzarina, do Zumbi dos Palmares – Movimento de Mulheres de Manaus).

Sou da Zona Norte. Lá nós também estamos com um problema sériíssimo de água, que falta muita água, a água geralmente é pegada no poço, eu sou um pouco privilegiada porque em frente de casa tem um poço da comunidade, e como a gente faz parte da comunidade a gente limpa o poço de 6 em 6 meses, nós temos essa preocupação (Miraselma da Zona Norte – Movimento de Mulheres de Manaus).

Moro na Compensa, Zona Oeste da cidade. Dá água no bairro agora, mas eu morei no Jardim dos Barés, antes da cidade ser mais aparentemente evoluída, a gente carregava água até na Compensa... enchia o



tanque pra passar o final de semana, então eu descia, no que descia, subia..., agora lavar roupa a gente lavava no igarapé do Franco, que hoje é avenida Brasil. Então, eu passei toda essa dificuldade tanto na Zona Leste como na Compensa. Hoje não, depois que chegou água encanada, colocaram asfalto aí a coisa melhorou. Quanto ao poço, perto de casa tem, mas a grande maioria pega a partir das 3:00h da tarde (Flávia da Zona Oeste – Movimento de Mulheres de Manaus).

A venda de água é uma estratégia de sobrevivência, um meio de vida para muitas famílias, que atende a uma demanda real. Há, ainda, a solução de sistemas familiares de captação e distribuição de água, que sairia mais barato.

Existe, além destas formas alternativas, o comércio regular, formal, de venda de água mineral. Empresas como a Gelocrim, Iara e Santa Cláudia fazem a venda de garrações de água mineral em diferentes pontos destes bairros. Mesmo em bairros pobres as pessoas se esforçam para comprar água mineral, dada a confiabilidade da água dos poços, dispendo-se a pagarem mais, fazendo do comércio de água mineral um grande negócio em Manaus.

### **POBREZA E CARÊNCIA DE ÁGUA NAS ZONAS LESTE E NORTE**

A pobreza da cidade de Manaus convive com a riqueza e exuberância das maiores multinacionais do setor eletroeletrônico. A entrada do Pólo Industrial de Manaus (PIM) é passagem obrigatória dos ônibus que atravessam a cidade em direção às Zonas Norte e Leste – regiões de bairros pobres e de novas ocupações urbanas francamente desassistidos pelo poder público onde o serviço de distribuição de água é bastante precário e o de esgoto inexistente. São também muito deficientes os serviços de transporte, segurança, educação e saúde. O atendimento da demanda desses serviços fica por conta, em grande parte, da população com suas formas de auto-organização, de segmentos da economia informal, da ação de igrejas e de organizações não governamentais que atuam buscando promover serviços específicos, amenizar os problemas sociais e garantir alguns direitos. Conseqüentemente, tais organizações agregam capital simbólico (igrejas) e capital social (ongs) no jogo do mercado da solidariedade enquanto o poder público mantém-se ausente.

Cerca de 63% da Zona Leste, da Zona Norte e da Cidade Nova não tem água. A Zona Leste é bastante populosa, com vários bairros, conjuntos, loteamento e invasões novas. Quase a metade da cidade está tomando água sem tratamento, sem exame freqüente de laboratório e controle sanitário. O atendimento ainda depende de águas subterrâneas via poços artesianos, embora Manaus seja banhada por grandes rios de água potável. A situação é igualmente grave nos bairros de Grande Vitória, Santa Inês, Nova Floresta, Nova Vitória, Jorge Teixeira 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Etapas, João Paulo, Val Paraíso, Cidade Alta, São José, Nova Conquista, Gilberto Mestrinho,

Tancredo Neves, Novo Reino I e II, São Lucas, São José, Novo Israel, Redenção, Tancredo Neves, Zumbi dos Palmares I, II e III, Mauazinho I e Mauazinho II.

O abastecimento de água em Manaus está diretamente relacionado à posição de classe social, correspondendo também a uma geografia social, econômica, política e simbólica da presença ou ausência do poder público no espaço urbano,<sup>10</sup> de modo que há bairros onde os serviços são plenamente atendidos e satisfatórios. Entretanto, nas Zonas Leste e Norte, onde se encontra uma grande população oriunda do interior do estado com grande concentração de pobreza as condições, ao contrário, são muito difíceis e a carência dos serviços é enorme. Esta população se posiciona nas camadas mais baixas da estrutura de renda, como descreve uma moradora de Nova Floresta:

Eu vim do alugado. Em 91 eu estava morando na Compensa, e eu tinha dois filhos. Eu vim do alugado pra cá, e essas áreas tudo surgiram como invasão. Então pessoas que vêm pra invasão é porque não têm condições de morar em outro canto a não ser em invasão, porque em invasão a pessoa mora, e ela vai se estabilizando aos poucos; eu, pelo menos, cheguei aqui a minha casinha era de paléte, tudo era... de paléte que é um tipo de madeira que o pessoal joga das fábricas, joga fora e a gente junta e faz as casas... E esses outros bairros todos foram feitos assim, a pessoa que continua morando na invasão, ele não tem condições de pagar aluguel. E tem muitas pessoas desempregadas, bastantes... aqui na nossa rua dá pra contar quantos empregados, tem cinco empregados só. O resto trabalha avulso, de bico, faz alguma coisa em casa essas coisas assim... Têm muitos que moravam aqui na Nova Floresta e hoje estão na invasão de Grande Vitória, que eles não têm condições de morar mais aqui, porque tem que pagar água, luz, telefone e o imposto que já vem também pra cá o IPTU. (Dona Val – Valdeiza de Souza Ramos).

A questão da água também provoca conflitos entre moradores, como ocorreu na ocupação Grande Vitória, sobretudo entre os vizinhos que moram na parte alta com aqueles da parte baixa do bairro. Diferentemente, portanto, do centro da cidade e bairros de classe alta e classe média, onde esses problemas de declividade e relevo dos terrenos foram solucionados com tecnologia e investimentos.

Essa população da periferia da cidade não tinha perfil para pagar e ela tinha suas estratégias de abastecimento de água. Quando começavam a receber a conta era de R\$ 10,00 e de R\$ 15,00. Uma boa parte da população de Manaus não tem perfil para justificar que essa água tivesse sido privatizada. Quer dizer,

---

<sup>10</sup> É de primeira ordem a realização de um balanço sobre as áreas na cidade que estão sendo bem servidas por água, porém, neste trabalho, demos prioridade para analisar justamente os bairros com deficiência de serviços e carentes do estado de direitos e de cidadania.

há uma necessidade social, a carência e a exclusão social são tão fortes que a água aqui não poderia ser privatizada. Enquanto a necessidade de água é suprida pela população com a abertura de poços, na energia elétrica são as extensões de contas chamadas de “gatos”. Então, é muito clara a necessidade de uma política de tarifas sociais na cidade de Manaus baseada no princípio de que ninguém pode ser excluído do acesso à água potável, teria que ter uma solução paralela garantindo um contrato de tarifa zero, tarifas sociais. Certamente essa tarifa alguém teria que pagar, e não seria a Suez que iria pagar por ser da iniciativa privada e ter como objetivo principal a produção de mais valor, de lucro, mas certamente é uma função do Estado o investimento no setor para compensar essa desigualdade social gritante na cidade. (Entrevista com o Vereador Praciano – 21/10/2005).

A Secretaria de Saúde do Município, dois anos atrás (2003), fez um levantamento tendo como fonte os profissionais do Programa Médico da Família/Ministério da Saúde e as Casas de Saúde, que totalizam 160 casas espalhadas nos bairros de Manaus. O Programa Médico da Família nos informou que 63% da população de baixa renda consome água sem tratamento. Assim, em uma comunidade com um alto nível de pobreza, a saída do Estado de sua responsabilidade social através da privatização significa excluir o direito do cidadão à água, um bem que o acesso não pode ser negado sob a forma de um bem mercantilizado. Em várias comunidades há relatos sobre contatos dos moradores com a Águas do Amazonas ou com a Cosama, sempre com o mesmo objetivo: agendar a demanda de água encanada e contínua para seus bairros.

## **CONFLITOS E GESTÃO COLETIVA DA ÁGUA: AS MULHERES QUE SEGURAM O TRAMPO**

### **AUMENTO DE TARIFAS DE ÁGUA E CONFLITOS ENTRE MORADORES E EMPRESA**

Os conflitos em torno da água têm tido desdobramentos variados, como os que serão relatados a seguir. Para aqueles que estão ligados à rede de distribuição, o pagamento de taxas é motivo de insatisfação com a empresa Águas do Amazonas. Os moradores de Alta Floresta deram entrada no Ministério Público de um pedido de averiguação das taxas e dos medidores. Declaram que quando a água foi ligada em 2001 estava adequada a realidade da comunidade, entretanto a Companhia não fez uma campanha de conscientização com os moradores dizendo que haveria o uso do hidrômetro. Não disseram também, argumentam eles, que depois de 20m<sup>3</sup>, o preço do metro cúbico da água aumenta gradativamente. Isso criou uma incapacidade de pagamento

por parte dos moradores. Hoje existem pessoas devendo mais de R\$ 2.000,00 de água e não podem pagar. A situação é efetivamente de confronto com a empresa e de desconforto perante a noção de direito estabelecida no sistema jurídico.

Houve algumas mobilizações em torno da privatização da Cosama porém não expressivas. O Sindicato dos Urbanitários participou de mobilizações, sobretudo, para garantir o Plano de Demissão Voluntária, pois depois da privatização houve dispensa de trabalhadores. Por duas vezes o processo de venda da empresa foi sustado graças à iniciativas parlamentares municipais. Os jornais relatam manifestações contra os serviços e a qualidade da água nos bairros mais pobres e pleitos de moradores ao Ministério Público.

Em Grande Vitória há revolta contra a empresa Suez/Águas do Amazonas onde o hidrômetro é o motivo do conflito. Alguns moradores disseram que “quando eles colocaram um sistema novo, eles testaram, aí eles começaram a cobrar”. Mas os moradores se queixam de não terem sido avisados da instalação de hidrômetros. Na comunidade de João Paulo a empresa cobrará a taxa de R\$ 18,00 por família e avisaram que depois de um ano colocarão o hidrômetro para medir o consumo. Diz um morador: “quando eles colocarem o hidrômetro, não se iludam, não vai ser a mesma conta. Eles estão cobrando R\$18,00 só para a população se cadastrar, eles ficam com a ficha da gente e aí podem taxar mais, e se não se paga, mandam fichar na Serasa”. A tensão com a empresa não é silenciada, ao contrário, é tema de discussão. Em Nova Floresta a decisão dos moradores é não pagar a água pois consideram que há um desserviço, um desabastecimento, razão de não se sentirem comprometidos em atender o pagamento mesmo que seu nome esteja no cadastro da empresa, como diz uma liderança feminina do bairro:

Então o pessoal não paga água aqui. A maioria não paga. É uma decisão nossa. É uma decisão e também porque não tem água e não tem como uma pessoa pagar R\$ 140,00 de água sem ter tido água na sua casa. Aí ela vai deixando, acumulando, e com isso vai crescendo, vai virando uma bola de neve... com isso, as contas vão crescendo, e todo tempo não baixa a água, é subindo mais, num mês vem 140,00, no outro mês já vem 150,00, no outro mês já vem 180,00 reais. É assim, tem conta que vem até 220,00, 230,00 reais por mês, sem ter água. A nossa dificuldade é muito grande aqui de água e ainda tem esse desaforo de cobrança (Dona Val – Valdeiza de Souza Ramos).

As entrevistas identificam também o aumento das tarifas e a origem dos conflitos com a empresa Águas do Amazonas, como no caso do relato de outra liderança local:

Não é normal, porque vem conta absurda, nessa reunião que nós tivemos na Água do Amazonas, eu entreguei ao presidente, as contas de moradores. Aqui, por exemplo, tem uma de R\$ 41,00, mas nós vamos encontrar por aqui de R\$ 212,00. Tem também de R\$ 400,00 aqui, de 160,00, de 213,00 e de

R\$ 344,00. Como é que pode? Eu disse para o presidente “eu conheço a casa dessa senhora, quem sabe nós não vamos passar por lá, ela tem uma torneira e um camburão de 200 litros, como é que pode pagar R\$ 400 reais e tanto de água no mês? Isso é possível, se ela ganha um salário mínimo? Nem vendendo a casa não paga a dívida. E agora como é que vai resolver? Então o pessoal tá muito insatisfeito. Então no acordo com o Ministério Público, foi feito o seguinte: a Água do Amazonas, vai vir no bairro Nova Floresta instalar o posto pra atender caso a caso e ver se resolve. As pessoas não podem pagar, são pessoas pobres, desempregadas... está aí o problema. Não sei se vai anistiar, mas conta injusta é impossível. Uma vez veio uma senhora aqui na minha casa: “Ta vendo a minha conta de R\$ 500? ...”, 89m<sup>3</sup> de água e a caixa d’água de 1000 litros, é impossível alguém gastar isso no mês, só uma indústria. Então é um absurdo! (Sr. Camilo – Pres. do Fórum de Políticas Públicas)

Falta de direitos assegurados, violência e conflito cercam os moradores dos bairros periféricos de Manaus. A busca de legalidade os faz recorrer ora ao Estado, ora ao Ministério Público, ora à Prefeitura ou a uma das Secretarias de Estado que consideram pertinentes. A periferia de Manaus – com os conflitos de água – e o governo – ambiente das decisões políticas – seguem dinâmicas diversas e sem comunicação. Outras razões de conflito da população se dão por serem áreas sujeitas a expansão urbana com constantes invasões. Atrás das casas de vários moradores de Nova Floresta tem uma área de mata que eles consideram a reserva florestal do bairro, área verde que fica numa grande baixada, com animais e olhos d’água. Aparentemente um lugar que, por ser uma baixada e portanto não muito adequado à moradia, não se acreditava que ali pudesse haver uma invasão. Mas há dois anos um grupo de famílias se instalou no local e passou a usar as mesmas fontes de água que serviam às famílias da parte alta do bairro. O bairro de Nova Floresta nasce de uma invasão, mas todos os presentes na entrevista coletiva realizada para esta pesquisa afirmam terem comprado seus terrenos. Eles conhecem casos de pessoas que saíram de lá para uma invasão recente chamada de Nova Vitória, na parte baixa, justamente na área vizinha onde se encontram os olhos d’água. A relação entre as duas comunidades é de conflito e disputa pelo domínio das fontes de água.

Os antigos usuários da reserva formalizaram uma denúncia à Cedema (Centro de Defesa do Meio Ambiente) – órgão responsável pelo meio ambiente no município. Esse exemplo é bem elucidativo sobre a situação de conflito envolvendo moradores e a questão da gestão e uso da água em situações de bairros em expansão, conforme extrato da entrevista a seguir.

A Água do Amazonas está sabendo disso. Até agora os moradores de Nova Floresta não podem resolver nada, porque toda vez que a empresa vem aqui, a comunidade da Grande Vitória se junta e quer quebrar o pau neles, eles podem vir com polícia, com segurança, que eles botam eles pra correr de qualquer

maneira. Eles ficam com a água da Nova Floresta e o pessoal da Nova Floresta não pode fazer nada com medo deles, porque qualquer coisinha que abrir a boca eles dizem lá que vão quebrar no terço, na enxada, e eles fazem mesmo, que eles se juntam bastante. Com esse problema aí da reserva, aí dos macaquinhos dessas coisas, hoje de manhã eles se juntaram lá embaixo, ficou um monte de gente lá, se juntando lá pra subir, pra resolver, diz que, esse problema, eu digo “mas não tem problema pra resolver com eles”, eu pelo menos não tenho problema pra resolver com eles, eu quero que essa reserva continue e não são eles que vão impedir. Eles não têm o direito de pegar e desmatar tudo, pegar água da Nova Floresta toda e a gente ficar de braços cruzados. Que é um direito nosso, porque nós vamos brigar pelos nossos direitos, eu pelo menos eu vou... É muita gente. Não é pouca (Dona Val – Valdeiza de Souza Ramos).

Os moradores da nova invasão avançam sobre os recursos da reserva derrubando árvores e matando animais. Segundo informações coletadas entre os moradores de Nova Floresta, eles estariam também impedido os moradores da parte alta de descerem para pegar água nas fontes que lhes serviam. A narrativa de Dona Val surpreende pela diversidade de problemas no conflito que se interpõe entre moradores de Nova Floresta e a invasão de Nova Vitória. Esta surgiu há dois anos e com ela se espalharam os “gatos” – de luz e de água – no Prata, no Cravitas e no Pingo D’água.

### **AS MULHERES NA GUERRA DA ÁGUA NOS BAIROS POBRES DE MANAUS**

Apenas o Fórum de Políticas Públicas da Zona Leste, criado para atuar na melhoria da cidade, tem um programa de discussão de demandas de serviços de água. Há reclamações da população, mas não de forma organizada. O Ministério Público tem sido acionado mas a questão não entrou na agenda de prioridades de governo. Além desse Fórum de Políticas Públicas, atua no bairro da Zona Leste um comitê com base no movimento da Igreja Católica (CNBB) que é o Comitê Social para a Superação da Miséria e da Fome, com funcionamento há três anos, do qual, inclusive, originou-se o Fórum de Políticas Públicas da Cidade de Manaus. Paralelamente a isso, no bairro, que é formado por 12 comunidades, há um trabalho missionário de ações sociais da igreja que assistem, na medida do possível, estas comunidades.

As mulheres estão presentes nas Associações de Bairro, nos Conselhos, nos Comitês e no Fórum de Políticas Públicas da Zona Leste. Elas também se identificam em organizações feministas, embora a estrutura organizacional e de participação seja frágil. Segundo informações obtidas, o Comitê Social e o Fórum de Políticas Públicas têm liderado as mobilizações em torno da água nos bairros pobres de Manaus nas quais é intensa a participação das mulheres.

O problema da água atinge diretamente as mulheres. São elas que cuidam do funcionamento da casa, dos filhos, da comida. São, na verdade, as mulheres as que mais sofrem com a falta de água. O fato de carregar água na cabeça ou de empurrar carinhos com vasilhames por longas distâncias e todos os dias do ano tem trazido para elas problemas sérios de saúde. Dentre as principais reclamações, encontram-se a de “útero caído”, e algumas tiveram que se submeter à cirurgia devido ao esforço despendido em carregar água. As mulheres se queixam ainda de “veia quebrada”, ou “lombinho nas costas” que chamam “jabuti”, problema na coluna e “bico de papagaio”. Tudo isso são doenças acarretadas pela falta de água, dizem elas, além de várias outras doenças que são transmitidas por causa da qualidade ruim da água como malária, dengue e hepatite. Esse tema da saúde da mulher tem sido objeto de discussão no Fórum de Políticas Públicas, como se observa no trecho de entrevista abaixo:

... você vê aquelas filas enormes nos poços artesianos com as mulheres pegando água nos carrinhos pra levar pra casa! Subindo ladeira com o carrinho cheio de balde com água porque não é em todas as ruas que dá água. Mesmo tendo água encanada nas partes altas a água não sobe, então é muito difícil pra dona de casa. É muito difícil nas invasões! Aonde eu moro já está mais organizado, mas as outras que surgiram, Nova Vitória, uma parte de Nova Floresta, outras áreas aí que ainda estão só no poço artesiano, agora o mercado que surgiu de pessoas que têm dinheiro que vai lá pra dentro da invasão, cavam poço, e ficam vendendo água pra população, tem mais isso hoje... (Maria Savina, Nova Vitória, Zona Leste)

Um outro problema apontado é que a necessidade de fazer a gestão cotidiana da água impede muitas mulheres de terem uma vida regular de trabalho, pois sua disponibilidade ao trabalho remunerado fica prejudicada. As mulheres reclamam que a empresa Suez/Águas do Amazonas deveria indenizá-las pelo tempo de trabalho perdido, pois deveriam estar trabalhando em lugar de carregar água; os impactos da falta de investimentos da empresa recaem sobre as mulheres e igualmente sobre crianças e homens que cotidianamente despendem suas energias no suprimento de água.

No bairro de Santa Inês, mulheres, crianças e homens levam os vasilhames para encher d'água, às quatro horas da madrugada, para conseguirem uma boa posição na fila. O tempo despendido para conseguir a água variará de acordo com a quantidade de água oferecida na torneira e o lugar que se conseguiu na fila de espera. Na fala de uma moradora de Nova Vitória, a situação não é diferente:

... a fila é muito grande, é um sofrimento... E essa fila é todo santo dia! De madrugada... deixam lá o vasilhame e já fica na fila desde de madrugada pra pegar. Eu conheço uma senhora que ela tem problema de coluna, de tanto empurrar os carrinhos d'água. É uns carros de madeira, que eles fazem com rolimã e enche de reservatório de 10 e 20 litros (Maria Savina, Nova Vitória, Zona Leste).

Os moradores sofrem com a situação da água mas também com a burocracia do Estado e os trâmites de processos:

Por exemplo, ir no governo, falar com o governo, ir nas secretarias procurar alguma coisa, não vai todo mundo, mas na hora que chega na comunidade, a gente se reúne todas as mulheres, e vamos, dá mais mulher do que homem. São as mulheres que seguram o trampo. Mas os homens hoje em dia já estão mais voluntários também, eles já acompanham. Que teve reunião naquele dia, apareceu homem também, eles vieram pra falar que eles também sofrem, muitos que estão desempregados eles fazem o mesmo papel da mulher, então eles já estão se chegando ao movimento das mulheres da Nova Floresta... A gente reúne e decide o que fazer. Tem uma senhora ali que fica lá na Rubi, tem outra lá na Platina, que a gente sempre se reúne pra conversar, sempre querem saber o que está acontecendo, por que não está sendo resolvido, isso aquilo outro. Que a gente não tem uma sede assim, a gente se reúne um grupo aqui, um grupo ali, pra ir vendo o que a gente pode melhorar (Dona Val, Nova Floresta, Zona Leste).

## **AS MULHERES E O PROBLEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM QUATRO BAIROS DE MANAUS**

### **NOVA FLORESTA — ÁGUA E PRECARIZAÇÃO DA SAÚDE DAS MULHERES**

Quando os primeiros moradores chegaram ao bairro de Nova Floresta não havia nada por lá, nem água, nem luz. Para conseguir água eles recorriam aos olhos d'água que existiam numa área baixa do terreno, no meio de uma grande floresta, razão inclusive do nome do bairro. Como a subida era íngreme, impossível utilizar um carrinho, tinham que subir com a lata na cabeça. Visualizando o local a partir dos fundos da casa de uma moradora foi possível constatar a grande declividade do terreno e considerar um imenso esforço, em condições normais, subir ali com um balde ou lata na cabeça.

Na gestão do Prefeito Eduardo Braga foi implantado em Nova Floresta um sistema composto de um poço e uma caixa d'água, com canalização domiciliar. Mas a água era pouca. Os moradores cavavam uma cisterna em frente a suas casas, na altura da encanação, para conseguir um pouco mais de água. Dona Raimunda, moradora do bairro, conta que em 2001 seu esposo liderou um abaixo-assinado, com apoio da Igreja, e conseguiu 938 assinaturas para encaminhar o pleito de água à Prefeitura. Seu Camilo, presidente do Fórum de Políticas Públicas da Zona Leste, participou da comissão, ao lado do padre da paróquia, que foi até a empresa Águas do Amazonas para buscar uma solução para o problema. A empresa apresentou, então, um projeto e revitalizou dois poços que já existiam e fez mais dois novos. Além disso, implantou uma rede nova, pois a anterior estava inservível. Com estas transformações os moradores, desta localidade específica, tiveram o abastecimento satisfeito – o que



não ocorreu com a cobrança das tarifas. A medição passou a ser feita por um hidrômetro colocado na entrada da tubulação de cada residência. O preço da conta variava conforme os gastos. Mas os moradores foram pegos de surpresa com valores absurdos em suas contas, pois não houve campanha de conscientização da população em relação ao consumo da água. Com exceção de uma moradora (Aldenice) que afirma ter recebido o folheto, os outros dizem nunca ter recebido qualquer informação sobre a economia de água.

Era um momento de crença na melhoria dos serviços pela eficiência da empresa privada. As pessoas estavam com esperanças pois o serviço antes ofertado era muito ruim. A sociedade queria soluções. Observa-se atualmente que é alto o grau de satisfação da classe média, comparativamente ao serviço anterior. Na Zona Oeste da cidade a água é boa e o grau de satisfação alto. Mas nas Zonas Leste e Norte é uma calamidade. No entanto, nos orçamentos da Prefeitura nesses últimos cinco anos havia verbas importantes destinadas à abertura de poços nos colégios, nos hospitais, nos bairros. Em várias Secretarias havia recursos destinados à abertura de poços. E em quase todos os colégios desses bairros têm poço artesiano, porém sem exames de laboratórios sistemáticos sobre a qualidade da água.

Assim, há um descontentamento da população dos bairros periféricos de Manaus em relação ao serviço prestado pela concessionária Águas do Amazonas, e pelos serviços paliativos que a Prefeitura e o Estado têm implantado para cobrir as deficiências da empresa concessionária.

Nova Floresta foi o primeiro bairro, depois que a Água do Amazonas assinou o contrato, o primeiro bairro de pobres a ter água 24 horas. Mas assim mesmo era água de poços artesanais. Cavaram dois poços, reativaram mais dois que já estavam em funcionamento. Então ficou o bairro bem servido. Mas já há alguns problemas. Aqui nós temos água sim, mas não é constante e isso não é bom... Aqui na minha casa vem às vezes de manhã, as vezes chega 3 horas da manhã, as vezes eu fico acordado para poder encher o reservatório até 3 horas da manhã. E com uma hora ela já vai embora. Ai volta de manhã, às vezes 7 horas, ai vai embora, ai vem às vezes 4 da tarde, ai vai embora. Não é constante, então ninguém tem horário fixo... (Sr. Camilo, Presidente do Fórum de Políticas Públicas – Zona Leste).

Dos meus vizinhos aqui a maior parte não têm água em casa. O Breno não tem água, os vizinhos desse lado também não. Tudo é na mesma coisa, quando eles não chama a pipa pega lá no poço. E chega de quanto em quantos dias para eles. Pra eles também é nessa faixa que nem na minha casa, porque o dia que dá num vizinho no outro não dá, ai vai assim consecutivo, quem consegue abrir a torneira primeiro ele consegue pegar um pouco de água, agora aquele que não consegue ele fica sem água. É tudo por aqui, do outro lado da rua é a mesma coisa. E mais pra baixo da rua também. Pelo o que eu tenho conhecimento, são duas ruas, aqui na Pedras Coradas, e na Cassiterita que é dessa maneira. Agora nas outras que

são baixada elas conseguem pegar água. Mas nesse caso, não é também todo tempo com água. A regra é todo tempo sem água. Todo mês vem a conta d'água. Eu pago só a taxa... é R\$ 13,38. Se paga a taxa pra ter o direito de dizer que tem água (Dona Val – Valdeiza de Souza Ramos).

Nas reclamações dos moradores do bairro com relação à água, é marcante a presença das mulheres, que também estão à frente no Fórum de Políticas Públicas. Há mulheres com trajetórias antigas de luta pelos direitos sociais e políticos. Além disso, um bom número de mulheres trabalhadoras da indústria e do comércio em Manaus habita em bairros das Zonas Norte e Leste.

#### MAUAZINHO II – A VITRINE SOCIAL DA EMPRESA FRANCESA.

Nas proximidades do Distrito Industrial, no bairro conhecido por Mauazinho II, os moradores contam que conseguiam, em tempos passados, água através de uma ligação no Mauazinho I, que era um bairro mais antigo e já tinha água encanada<sup>11</sup>. Antes da empresa francesa levar água ao bairro, havia uma ligação feita com encanação paga pelos moradores que puxava a água por uma bomba. Durante quatro anos algumas casas foram beneficiadas por esse sistema. Outras famílias compravam a água pagando cerca de dois reais o tambor.

As demandas pelos serviços de água aumentavam em toda essa região. Os conflitos em torno da água, na mesma proporção. Os moradores de Mauazinho II conseguiram uma reunião com a empresa Águas do Amazonas, mas ao invés de investimentos na montagem do sistema de abastecimento, conforme rezava o contrato de Concessão, a empresa propôs uma espécie de parceria, uma vez que os moradores deveriam arcar com parte das despesas para estender às suas casas a distribuição de água potável. Cada domicílio arcaria com R\$ 137,00 pagos à vista. Quando o sistema estivesse implantado, a cobrança seria por taxa no valor de R\$ 11,00 reais por 12m<sup>3</sup> de água, ao mês. Ultrapassada esta quantidade, haveria uma cobrança adicional proporcional ao consumo. Na época foi realizado um levantamento pela empresa constatando-se que moravam no bairro 783 famílias, porém, no final de 2005, este número já superava a marca de 2.440 famílias devido a ocupações novas no seu entorno.

Considerando as dificuldades apresentadas pela população em aceitar a proposta devido ao baixo nível da renda média familiar no bairro, a empresa sugeriu um novo valor de pagamento de R\$ 100,00 também à vista. A população mais uma vez não aceitou e fez uma contra-proposta com valores parcelados. Finalizadas as negociações, a empresa conseguiu a adesão de 80% dos moradores nas seguintes condições: R\$15,00 de entrada e o pagamento do restante parcelado em 17 vezes de R\$ 5,00, mais a taxa mensal de R\$ 12,00 pela água, totalizando, assim, R\$ 17,00 por mês. Esta foi a proposta vencedora, e Águas do Amazonas finalmente instalou o serviço de distribuição de água no bairro.

---

<sup>11</sup> Entrevista com a presidente e a vice-presidente do Movimento Comunitário do Mauazinho II.

A taxa no bairro hoje é de R\$ 18,47 reais por mês independente do consumo. Mas o problema persiste, pois a água não chega às torneiras. É possível passar um dia inteiro, e mesmo mais de um dia, e a água não chegar aos domicílios, informam as moradoras. As ruas acompanham o relevo irregular do bairro como na maior parte da cidade de Manaus e é somente de acordo com esta contingência topográfica que os moradores que vivem nas partes mais baixas garantem a água, mesmo assim somente algumas horas do dia. Por exemplo, explica Lúcia, moradora do bairro: a “água chega de manhã e vai embora meio-dia, depois só volta umas 15:00h ou 16:00h e depois vai embora novamente”. O problema é bem maior nas casas que ficam na parte alta do bairro, com água somente de madrugada ou às 6:00 da manhã, reduzindo na medida que aumenta o consumo nas casas localizadas nas partes mais baixas. A incidência de conflitos entre os moradores é um problema constante com acusações de desperdício dirigido àqueles que moram nas áreas mais baixas. O desperdício, a falta de consciência e o mau uso da água pela população são imagens exploradas pela Águas do Amazonas para justificar a falta de água, culpabilizando, no limite, o usuário pela crise no abastecimento.

A empresa vem tendo dificuldade em todos os bairros pobres da periferia de Manaus, pois os assinantes relutam em pagar o serviço em função da falta de investimentos adequados e dos problemas de abastecimento de água. O grupo francês Suez procurou a Essor, ong que tem apoio do Ministério dos Assuntos Estrangeiros da França e que mantém projetos no Brasil através de outras ongs, para desenvolver uma experiência de adesão social nos bairros pobres de Manaus.<sup>12</sup> Deste esforço originou-se uma organização denominada Adeis (Associação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável), que foi criada a partir do modelo da Essor, objetivando estabelecer canais de comunicação e atuação com as estruturas de representação de clientes em bairros da periferia; neste sentido, a Adeis funcionava como braço político do Grupo Suez – Águas do Amazonas.

Foi escolhido o bairro Mauazinho II como área piloto para o projeto da empresa, como laboratório. A Essor classificou-o de “Projeto Piloto de Desenvolvimento Social”, o qual pensa expandir em breve para 15.000 famílias. O objetivo era prover o abastecimento de água para as comunidades condizente com a necessidade real dos moradores; para tanto, realizou um levantamento preliminar do perfil sócio-econômico do bairro. Segundo a Águas do Amazonas, a comunidade não entenderia porque utilizar o produto (água) sem desperdício ou porque ter de pagar pela água usada. Na realidade se tratava de construir um processo junto com a comunidade para que esta se decida a pagar pela água. A Adeis trataria de realizar campanhas explicativas e de convencimento junto à população da necessidade do serviço e da assinatura do serviço, buscando assim menear os conflitos e a resistência dos moradores.

---

<sup>12</sup> A análise sobre a ação da Adeis em Mauazinho foi feita com base em entrevista, visitas ao bairro e à Adeis.

O processo iniciado pela Essor, e depois assumido pela Adeis tem como principal objetivo criar um clima de parceria com a comunidade de adesão à empresa e também ser a experiência-vitrine em ação de responsabilidade social. Inclusive, segundo informaram na comunidade, o Grupo Suez e Águas do Amazonas frequentemente levam ao bairro pessoas, organizações ou empresas para mostrar que fazem um trabalho social e participativo na Amazônia, incluindo o próprio Banco Mundial com quem negociam financiamentos para seus projetos internacionais. Sabemos que a eficiência de uma empresa nessas esferas internacionais é medida pela sua capacidade de criar vitrines sociais, o que amplia sua capacidade de arrecadação de investimentos e abre portas, devidamente legitimadas por critérios criados pelos próprios financiadores, para novas investidas desta ordem.

O projeto da Águas do Amazonas foi apresentado em reunião para a comunidade, ressaltando os mecanismos participativos para sua implementação. A Essor capacitou os atores locais que foram a todas as casas explicando o processo de chegada da água. A Ong fez também a capacitação daqueles que iriam cadastrar os moradores. A partir daí, dessa agradável aparência de co-participação e responsabilidade sobre o próprio espaço experimentada pela comunidade, houve uma adesão bem significativa dos moradores. Atualmente, esses projetos são apresentados pela Essor na França e, quando aprovados, as verbas são repassadas para a Adeis, que é acompanhada e monitorada pela Essor.

Outra estratégia da Águas do Amazonas para aumentar sua lucratividade se passou da seguinte forma: a empresa terceirizava a entrega das contas, repassando à comunidade esta tarefa, que se tornava intermediária nas cobranças. Essa experiência é avaliada pela Essor e pela Adeis como bem sucedida, o que pode ser medido pelo índice de 80% de adimplência. A Adeis monitora esse processo que é apresentado como educativo, mostrando a importância de pagar as contas em dia. Algumas lideranças femininas do bairro foram convidadas para trabalhar na Adeis. A associação do bairro procedeu ao cadastro e faz atualmente as cobranças de água, recebendo por cada conta paga o valor de R\$ 0,19 centavos. Se a comunidade pagar, no mínimo, 45% das contas, o Movimento Comunitário recebe 3% em cima do valor total recebido pela distribuição dos boletos. A arrecadação aumenta de acordo com a porcentagem de pessoas que pagarem, podendo chegar a 10% se todos pagarem a conta. Essa experimentação social é apresentada pela empresa como modelo e que poderia servir de padrão na gestão para obter menor inadimplência, pois em Mauazinho II cerca de 70% mantém seus pagamentos em dia. Questionada se existe problema de abastecimento de água em Mauazinho II, a Adeis responde que existe mas seria devido a geografia, referindo-se provavelmente que há partes altas e baixas no bairro, atribuindo a isso a falta de água na casa das pessoas.

As entrevistas com os moradores de Mauazinho II mostram que esse processo tem valorizado o papel das mulheres da associação, mas elas também têm sido o anteparo da empresa Águas do Amazonas, enfrentado

as tensões e conflitos internos no bairro, pela falta de água nas torneiras, pela descontinuidade do serviço, pela irregularidade entre áreas altas e baixas, sem falar nos problemas de saneamento que também são graves.

#### ZUMBI DOS PALMARES III – ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE ZUMBI

As Mulheres do Grupo Musa atuam em especial no bairro Zumbi, onde moram, mas também fazem parte de vários Comitês e associações da sociedade civil existentes na cidade de Manaus.

As mulheres do Zumbi relatam que ao chegarem no bairro não havia água. Compravam um tambor com água por cinco reais ou pegavam na casa de uma vizinha que tinha cacimba, tendo de puxar por balde. Depois foram feitas cacimbas como estratégia de abastecimento e gestão do uso da água.

A água é motivo de investimentos no mercado eleitoral e explorada igualmente pela mídia. Nesses dois aspectos, o bairro Zumbi dos Palmares é emblemático. Assim, a água só chegou ao bairro em 1996, graças à primeira eleição do Alfredo Nascimento, depois de um abaixo-assinado levado em audiência ao Prefeito Eduardo Braga que, posteriormente, visitou o bairro e se comprometeu em asfaltar a rua e trazer água encanada para as casas. O período eleitoral beneficiou os moradores, sobretudo porque venceu o candidato que haviam apoiado, Alfredo Nascimento. Pela experiência vivida nos últimos tempos em relação ao abastecimento, os moradores consideram que há uma tendência de redução da quantidade de água disponível e de aumento de seu preço.

Em 2004, o Zumbi ficou três meses sem água. Liderados pelas mulheres do Grupo Musa, os moradores ligaram para um programa de televisão que foi até o bairro e fez uma reportagem sobre o desserviço de água no bairro. Depois que o programa foi levado ao ar, a empresa Águas do Amazonas entrou em contato para averiguar o problema que, segundo o Musa, lhe era desconhecido. Além dessa ocasião, a outra vez que a empresa esteve no bairro foi quando a mesma organizou um mutirão na escola para fazer a renegociação das contas atrasadas. Efetivamente, após esse acerto o problema foi encaminhado através de acordo entre empresa e Prefeitura para perfuração de um poço de 277 metros de profundidade, bombeando a água para uma caixa d'água que fica na avenida central do bairro.

Outra integrante do Grupo Musa, participante da ocupação do bairro Zumbi III, afirma que buscava água na Avenida Grande Circular ou na casa de algum vizinho que tivesse poço, o que era muito comum, segundo, pois naquela época não havia água encanada. Outra participante do grupo confessa que não paga as contas de água, no valor de R\$ 18,47, pois é tão pouco o que chega na torneira que não vale. Ela afirma que se tivesse que ir trabalhar ficaria sem água, pois não estaria em casa para encher o tambor quando a água chegasse. Elas contestam que o preço da conta, para quem não tem água, é muito caro e informam, com muita hesitação, que já tiveram o nome registrado em sistemas de proteção ao crédito por falta de pagamento. O preço da conta é o mesmo para todos os moradores e não varia conforme o gasto.

... acho que 90% dos moradores dos bairros tomam água de poço... a água da Zona Norte, o serviço prestado pela Água do Amazonas, do ponto de vista da qualidade da água, dá pra se beber, porque ela vem limpa, aparentemente ela vem limpa, mas ela vem contaminada porque eles colocam tanto cloro que você vê na água. É horrível! Não dá...chega espuma...você sente, se alguém for beber sente... você já viu a torneira que a água cai branca, é cheio de água sanitária, se você for beber você sente, se alguém for beber sente! Agora eu acho que 80% da população de Manaus tem ameba, porque aí o pessoal corre pros poços artesianos pra pegar água, as igrejas católicas têm, os colégios têm e dão água prá comunidade, só que lá no bairro que eu moro, o Zumbi, da área que eu moro, a Universidade tem um trabalho da Faculdade de Medicina dos alunos que estão terminando o curso, e eles fizeram uma análise dos poços e todos não foram cavados o suficiente abaixo das fossas, e todos estão contaminados de coliformes fecais. Então, hoje é mais saudável você tomar água da torneira, mesmo que o gosto seja ruim ... (Luzarina, do Zumbi dos Palmares Movimento de Mulheres de Manaus),

Há também reclamações sobre a falta de saneamento básico. Quando chove, a água escorre pela rua e alaga as casas que ficam em planos mais baixos. Existe somente uma canaleta e assim mesmo é a céu aberto.

Os moradores falam que na parte alta do bairro quase nunca chega água; algumas vezes, principalmente nos finais de semana quando as outras casas utilizam menos água, ela chega numa torneira bem baixinha, abaixo do joelho, porque se for mais alta a água não tem força para subir. A imagem profundamente calamitosa está presente na referência às filas intermináveis em Zumbi dos Palmares para buscar água nos poços.

No Zumbi as filas de água são intermináveis e infernais... em alguns locais que tem torneira o pessoal vai pegar água. Tem uma parte do bairro que é alta. Tem uma parte que sempre teve problema, é um conjunto feito pelo governo, mas sempre teve problema de água. Alguns não tem problemas, são os da turma do baixo pois tem a cidade alta e a baixa... Tinha água antes lá, tinha sistema de água com base em poço, era da Cosama, era público. Ai esses poços foram vendidos, porque a gente tá vendo só... essa empresa Água do Amazonas. A Santa Claudia também é uma empresa de poder muito forte que vende água engarrafada, a garrafinha e o garrafão... existe ainda a Iara e a Gelocrim. São águas minerais, mas não são da mesma qualidade, há diferença da qualidade da água (Luzarina, do Zumbi dos Palmares Movimento de Mulheres de Manaus).

#### SANTA INÊS – AÇÕES SOLIDÁRIAS DO GRUPO DE MULHERES

A Águas do Amazonas desconhece a situação da falta de água no bairro Santa Inês, embora ela seja muito grave. Moradores informam que a empresa nunca apareceu no bairro, mas comunicou às lideranças, quando

procurada, que Santa Inês está ligada à invasão Nova Vitória, Distrito 2, e que, por isso, está sob júdice. Porém os moradores contestaram essa informação, alegando que Santa Inês foi um loteamento feito e entregue pela Prefeitura de Manaus às famílias. O bairro existe há aproximadamente dez anos. Alguns moradores comentam que chegaram tarde e tiveram que comprar seu lote – e não teria sido barato. Anos depois, com a interferência de um político (Vereador Lupécio), a Prefeitura furou o primeiro poço, seguidos de outros, sempre por motivos políticos, afirmaram as lideranças do bairro. Passado o processo eleitoral, não há manutenção pela Prefeitura dos poços que ela mesma perfurou. Além disso, os poços têm entre 80 e 90 metros de profundidade, quando o mínimo nessa área, para uma boa qualidade da água, seria de 100 metros, afirmam. A única coisa que funciona é a auto-organização da comunidade. E ela passa por vários caminhos e estratégias de gestão da água. No caso de Santa Inês, os poços foram “privatizados” pelos moradores que vivem em torno dele, pois a Prefeitura não faz a manutenção e eles têm que se cotizar para mantê-los. Em alguns casos, acaba sendo um negócio familiar pois os usuários pagam dez reais por mês ao encarregado pela manutenção dos poços, em geral o vizinho ou vizinha que mora próximo ao poço. Em outros bairros, como também em Santa Inês, muitas mulheres se ocupavam dessa função.<sup>13</sup>

O que ameniza os problemas de água em Santa Inês e o sofrimento das pessoas, segundo lideranças da área, são iniciativas solidárias como as ações do Grupo de Mulheres conjuntamente à Irmã Nilda que intermediaram o apoio de um cidadão suíço/italiano, que ajudou os moradores a perfurar cinco poços. As mulheres organizaram o mutirão comprando a caixa d’água, o diesel e o almoço para os trabalhadores. Cada morador que aceitasse colaborar dava o nome e quando a bomba tivesse sido instalada, quem ajudou poderia fazer a ligação para sua casa. Os poços têm pouca profundidade pois seriam necessários nessa área pelo menos uma profundidade de 100 metros para dar segurança quanto à qualidade da água. Mesmo assim, os poços atendem a grande parte da comunidade. Há uma outra parte do bairro, porém, que tem problemas de abastecimentos ainda mais sérios, tendo seus moradores de procurar água com latas na cabeça ou pagar água do carro pipa, constituindo uma das áreas que deveriam estar arroladas no contrato de concessão de serviços públicos como de prioridade máxima para a ação da empresa privada.

Entre diversas falas, percebe-se o cotidiano da luta pela água e sua gestão entre as famílias do bairro, como no caso de Maria Regina, quem comprou uma caixa de 1000 litros: “quando chove é uma maravilha!”, a caixa enche sozinha. Mas na realidade diária ela busca água no poço da rua T. “Ela é poderosa, tem carrinho de ferro”, comenta em tom de bricandeira uma vizinha. A maioria tem carrinho de madeira para carregar as vasilhas, chamado Patinete. O carrinho é deixado na fila guardando a vez do dono. O poço abre duas vezes por dia, às 06 da manhã e às 16:00 da tarde. Se deixar o carrinho meio-dia, quando abre os poço às 16:00 o

---

<sup>13</sup> Em Santa Inês, Zona Leste, há um Grupo de Mulheres que também participa ativamente do Fórum de Políticas Públicas.

dono vai lá e enche as vasilhas e vai para casa encher a caixa ou tambor, ele repete a operação até encher tudo e nisso consome toda tarde. Para se ter água de manhã, é preciso deixar o carrinho às 4 da madrugada e ir para lá às 6:00 da manhã quando o poço abre.

O marido de Lindomar deixa o carrinho às 4 horas, quando acorda para ir trabalhar; às 6:00h, então, ela vai buscar o carrinho para atender as necessidades de uma família de 11 pessoas. Quem carrega a água em sua casa é ela (grávida de três meses), a irmã ou um dos sobrinhos de 14 anos, portanto, mulheres e crianças. João Henrique reclama de dores no joelho e nos braços por carregar a água. Raimunda tem reclamações parecidas, o joelho é sempre prejudicado pelo esforço de carregar as vasilhas pesadas. Outro problema é que se faltar energia elétrica, o que é comum em Manaus, sobretudo na Zona Leste, a população que depende dos poços fica sem água, pois não é possível ligar a bomba.

## **ESCÂNDALO DO GRUPO SUEZ NO AMAZONAS E A CPI DAS ÁGUAS**

### **INSTALAÇÃO DA CPI PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**

Por iniciativa do Vereador Francisco Praciano foi realizada uma Audiência Pública em 30/03/2005 para debater a situação do cumprimento ou não do Contrato de Concessão de serviços de água e esgoto feito pela Prefeitura de Manaus junto à empresa Águas do Amazonas. A audiência teve a presença do Presidente e Diretores da Águas do Amazonas, da Agência Reguladora de Serviços Concedidos do Amazonas/Arsam e de lideranças comunitárias que, na ocasião, prestaram seus depoimentos. Essa Audiência levaria, como desdobramento, à decisão de instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)<sup>14</sup> que ficou conhecida como a “CPI das Águas”. Os vereadores utilizaram como justificativa para o pedido da CPI, as declarações do presidente da Águas do Amazonas, Fernando Paraguaçu, feitas durante uma audiência pública quando afirmou que a empresa não cumprirá as metas do Contrato de Concessão. Em declaração à imprensa<sup>15</sup> aquele vereador lembra que a “empresa não está cumprindo as metas do contrato, apesar da mesma ter comprado a Cosama por R\$ 193 milhões, quando o valor contábil era de R\$ 486 milhões.

---

<sup>14</sup> Audiência Pública na Câmara Municipal de Manaus objetivando criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada no dia 30 de março de 2005.

<sup>15</sup> Jornal Diário do Amazonas, “Pedido de CPI para investigar concessionária”, Manaus, 30/03/2005.



Homologada pelos vereadores da Câmara Municipal de Manaus, a Comissão Parlamentar de Inquérito tinha como objetivo investigar o Contrato de Concessão celebrado entre Águas do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Manaus, e foi instalada no dia 11/04/05 sob a presidência do Vereador Paulo di Carli, para julgar, no prazo máximo de 30 reuniões ordinárias, a prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da cidade de Manaus. Denúncias e manifestações sobre o desabastecimento de água cresciam a cada dia, especialmente referentes às Zonas Norte e Leste onde se localiza 2/3 da população de Manaus. Nesses bairros populosos, conforme demonstrado neste trabalho, o atendimento de água potável está em boa parte a cargo das próprias famílias, em particular as mulheres, em estruturas do mercado informal.

O descumprimento do Contrato de Concessão já havia sido matéria de discussão e denúncia por parte de moradores de diversos bairros de Manaus, do Vereador Praciano e de artigos veiculados pela mídia. Para averiguar essas denúncias, a CPI deveria iniciar os trabalhos verificando quais as metas que estavam sendo cumpridas, quais as metas não cumpridas, quais as que dificilmente seriam cumpridas e que razões estariam sendo apresentadas pela empresa para que essas metas não fossem realizadas. O Protocolo da CPI afirma que o seu benefício seria, sobretudo, para a população manauara e que a CPI “deveria contribuir com sugestões para equacionar o grave problema de falta de água na cidade, bem como saber sobre os prazos, ter uma visão sobre as possíveis soluções a serem adotadas visando equacionar um dos maiores problemas atualmente existente na nossa cidade”. Embora a razão principal da CPI seja o Contrato de Concessão e as alternativas possíveis para resolver o problema de desabastecimento na cidade, outras questões importantes serão igualmente examinadas, em especial saber em que e como foi aplicado o dinheiro resultante da venda da Cosama para o Grupo Francês Suez. A CPI utilizou-se de farta documentação,<sup>16</sup> de depoimentos das autoridades públicas e de

---

<sup>16</sup> Entre eles destacamos o Plano Diretor de Água e Esgoto da Cidade de Manaus; comprobatório da Garantia Anual para manutenção e expansão dos serviços; o cronograma de investimentos efetuados pela Concessionária a partir de julho de 2000 e onde esses recursos foram aplicados (composição dos investimentos); cópia dos Planos Anuais e Quinquenais previstos no Contrato de Concessão; cópia do Manual de Prestação de Serviço e Atendimento a Clientes; histórico do faturamento mensal da empresa no período de julho / 2000 a maio / 2005; relação das multas com respectivos valores aplicados a Água do Amazonas pelo Poder Concedente ou por intermédio da Agência Reguladora (Arsam); relatório de execução de metas, discriminando o que foi alcançado, o que deverá ser efetuado para atingir as metas e caso não seja possível atingi-las, expor os motivos; cópia dos relatórios sobre serviços prestados pela agência reguladora; cópia das Auditorias realizadas pela Agência Reguladora; cópia dos Balançetes Analíticos dos exercícios 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004; cópia dos Balanços Patrimoniais dos anos de 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004; contratos de Perfurações de Poços lançados como Provisão em junho de 2000 da Conscon e da Caran; contratos de financiamento e empréstimos junto às instituições financeiras; contratos de transações com partes relacionadas: DRMA, SUEZ AMBIENTAL, ONDEO SERVIÇOS PORTO RICO, SUEZ ENVIRONMENT, VEJA ENGENHARIA LTDA.

membros da diretoria da empresa Águas do Amazonas<sup>17</sup> tendo como tema principal em discussão o Contrato de Concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário na cidade de Manaus.

### **CONTRATO DE CONCESSÃO ENTRE PREFEITURA DE MANAUS E GRUPO SUEZ**

O Contrato de Concessão foi celebrado entre o Município de Manaus e a empresa Lyonnaise des Eaux (Grupo Suez) no dia 4 de junho de 2000 tendo por objeto a Concessão para Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para o Município de Manaus, devidamente regido por leis federais, estaduais, municipais e por uma série de normas regulamentares aplicáveis e pelo Edital Nº 02/2000. O Contrato prescreve direitos e obrigações das partes envolvidas que são a Concessionária, o Poder Concedente, o Usuário do Sistema e a Agência Reguladora no qual encontramos a listagem das obrigações da contratada com o quadro principal de metas.

A empresa argumenta que não poderá cumprir as metas, em vista disso, entrou com um requerimento no dia 18/03/05 junto ao Poder Concedente solicitando uma ampla renegociação do contrato de concessão. Apóia-se na cláusula oitava do contrato que determina ser condição fundamental do regime jurídico da Concessão haver equilíbrio econômico e financeiro e que este teria sido rompido.

O fato que se verifica nesta pesquisa é que o Contrato de Concessão foi descumprido uma vez que as metas para os cinco anos não foram respeitadas. A justificativa da empresa é a de que teria sido ludibriada, criando a imagem de que o Estado lhe vendeu um produto diferente do negociado, ou na linguagem popular, que teria comprado “gato por lebre”. No breve histórico sobre a atuação da empresa Águas do Amazonas em seus cinco primeiros anos de concessão dos serviços de água e esgotamento sanitário, que encontramos no Protocolo da CPI, revela quão pouco clara foi a transação de venda. No Plano de Metas e Indicadores aprovado por ocasião da privatização da Cosama, o grupo Suez compromete-se, através de Águas do Amazonas, a cumprir a cobertura dos serviços de água e esgoto em Manaus conforme o Contrato de Concessão, cujas metas contratuais a serem alcançadas até em 2006 encontram-se no Quadro 1.

---

<sup>17</sup> Entre eles estavam: Fátima Gusmão – Presidente da Arsam (Agência Reguladora dos Serviços Concedidos) 18/04/05 e 02/08/05; César Seara – Ex-Diretor Institucional de Águas do Amazonas – 13/06/05; Frank Lima – Ex-Presidente da Cosama – 04/07/05; Américo Goraveb – Ex-Diretor da Cosama – 04/07/05; Samuel Hannan – Ex-Vice Governador do Estado – 04/07/05; Fernando Paraquacu de Sá – Presidente de Águas do Amazonas – 05/07/05 e 04/08/05; Eduardo de Almeida Vaz - Ex Diretor Administrativo e Financeiro de Águas do Amazonas – 01/08/05; Maria Nascimento Galvão Borel – Viúva Borel – 09/08/05; Rodemark Castelo Branco – Presidente da Comissão – 02/08/05.

**QUADRO 1**

## DEMONSTRATIVO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO EM MANAUS

Cobertura	2000		2001	2002	2003	2004	2006
	Meta Contratual	Execução Acumulada*	Execução Acumulada*	Execução Acumulada*	Execução Acumulada*	Execução Acumulada*	Meta Contratual*
Água	91%	72,49%	77,88%	84,20%	86,33%	86,61%	95%
Esgoto	11%	3,05%	3,36%	6,11%	7,62%	7,98%	31%

Fonte: Relatório de Atividades 2004 – SANEAMENTO – Governo do Estado do Amazonas/ARSAM

Nota: (\*) Mês base: junho; Observações: (1) O contrato não estabelece metas intermediárias para os anos de 2001 a 2006; (2) O acréscimo na cobertura de esgoto deve-se à incorporação, pela. Concessionária, dos sistemas de esgotamento sanitário de conjuntos residenciais.

As principais razões alegadas pela empresa Águas do Amazonas foram repudiadas pela CPI, pois tratam-se de justificativas sem suficiente sustentação legal e moral. Arrolamos a seguir as razões apresentadas pela empresa e contestadas pela CPI:

1. A Empresa alega que recebeu para operação um sistema de produção e distribuição praticamente colapsado (poços parados, adutoras arrebentando, estações de tratamento sem condições de produzir água com qualidade, elevada acidez da água que destruía a tubulação, etc). Justificativa que foi refutada, pois não é possível se conceber que a maior empresa mundial do setor de água, com mais de 100 milhões de clientes no mundo, não saiba avaliar o estado de uma empresa com a qual está fazendo um contrato de concessão de serviços.
2. Ao concluir o estudo sobre a tratabilidade da Água do rio Negro detectou-se a necessidade urgente de se efetuar reformas nas Estações de tratamento Eta 1, construção de unidade de flotação da Eta 2 e trocar 16 km de adutoras que estavam em péssimo estado e rompendo quase que diariamente.
3. A empresa reitera que recuperou 53 poços que estavam com problemas visando melhorar o Sistema de Produção e Distribuição e garantir qualidade da água distribuída. Porém isso é norma do contrato e não elimina a necessidade de outros investimentos.
4. A Empresa defende-se alegando que houve investimentos que não estavam previstos originalmente e tiveram que ser efetuados (reformas das estações e reabilitação dos poços que estavam parados) e outros investimentos que estavam previstos para serem realizados a longo prazo e tiveram que ser antecipados (troca das adutoras).

5. Documento da CPI que conclui sobre as alegações da empresa, afirma que ela cometeu um grave erro em concordar com um contrato que definia claramente as metas de cobertura de água e de esgotamento sanitário para 2006 que ela não teria condições de cumprir, face ao estado da empresa que estava comprando.
6. A CPI questiona também porque a empresa não procurou o Poder Concedente imediatamente para pedir uma revisão do contrato e se, de fato, não queria colocar o Estado diante de uma situação consumada. No mesmo documento a CPI questiona a ARSAM que permitiu a permanência de compromissos em aberto.

Em tempo: foi objeto de análise e intensos questionamentos a alegação da empresa de ter tido um prejuízo acumulado de aproximadamente R\$ 160 milhões até 2004, o que procurou demonstrar com seus balanços. A CPI contesta essa contabilidade mostrando que não houve investimento da empresa-mãe na Concessionária e que os juros pagos ao sistema financeiro dizem respeito à política da empresa e não podem ser contabilizados e cobrados do Estado. Os principais argumentos apresentados são:

1. O prejuízo foi de R\$ 66 milhões no ano de 2000 segundo a Concessionária que diz ter efetuado um lançamento de aproximadamente R\$ 20 milhões como despesa referente às obras em andamento provisionadas em junho de 2000;
2. Nos anos subsequentes (2001, 2002 e 2003), quando o prejuízo acumulado foi da ordem de R\$ 105 milhões de reais, a concessionária diz ter pago R\$ 59,1 milhões de juros (juros de financiamento, despesas financeiras e variação cambial);
3. É possível identificar através dos balanços outros valores elevados relativos a contratos de consultorias, transferência de tecnologias e contratos de auditorias.

Conclusão 1 do documento da CPI: “A avaliação acima demonstra claramente que o acionista da Águas do Amazonas não capitalizou a empresa nos primeiros anos de operação, ou seja, a concessionária se endividou nos bancos pagando juros elevados de custo para suportar os investimentos necessários. Entende-se que esta decisão está diretamente ligada a uma opção do acionista, ou seja, se perdeu todo esse dinheiro foi por não ter aportado dinheiro no momento certo”. Durante as diligências efetuadas por membros desta comissão em algumas estações de esgoto foi constatado que em 2000 as estações de tratamento e elevatórios não estavam funcionando adequadamente e os esgotos estão sendo jogados in natura nos igarapés.

Conclusão 2 do documento da CPI: “Aqui podemos perceber claramente as conseqüências causadas pelo redirecionamento dos investimentos originalmente previstos para a expansão do serviço que foram utilizados na reformas das unidades produtoras e na troca de adutoras. Se não existissem os investimentos no sistema de produção e distribuição quem sabe muitas famílias hoje estariam com o “precioso líquido” em suas casas e a situação de desabastecimento na cidade não teria chegado ao ponto que chegou. Essas decisões devem ser

consideradas como fatos exógenos na discussão do equilíbrio contratual, haja visto que foram produzidos pela própria empresa.

Pelos dados da própria empresa, exibidos pelo Vereador Leonel Feitosa na CPI, 205 mil pessoas “não têm água de espécie alguma”, 150 mil teriam a partir de 2005; 102 mil só conseguem ter o produto três horas por dia e mais 100 mil têm serviço precário. “Cerca de um milhão de pessoas têm água de forma regular. Logo, o outro milhão não tem”. Porém outros dados manipulados pela CPI informam que até outubro de 2004, apenas 318.811 famílias recebiam água regularmente nas torneiras. Quanto ao esgoto, a meta do contrato original é atingir 20% até 2006, mas até agora existem apenas 7,6% desse percentual.

O Vereador Paulo Di Carli enfatiza ironicamente em seu depoimento a aparente coincidência que a área de desabastecimento de Manaus seja exatamente a área em que vivem as pessoas com menos recursos para pagar a água. São as áreas onde moram famílias de trabalhadores pobres da cidade, com alto índice de desempregados, ou empregados de baixos níveis salariais, migrantes do interior ou de outros estados que respondem pela grande expansão da cidade em direção ao norte a ao leste.

Quanto ao esgotamento sanitário houve desrespeito sistemático ao contrato de Concessão consequência dos investimentos irrisórios na área de coleta e tratamento de esgotos que, segundo informações apuradas pela CPI, somam cerca de R\$ 3 milhões. As principais observações feitas pela CPI em visita às três Estações de Tratamento de Esgoto de Manaus estão abaixo destacadas:

I) Constatações da CPI em visita à Estação de Esgotos de Educandos em 09/05/05:

1. Água do Amazonas está jogando produto dos esgotos nos Igarapés;
2. Moradores (vizinhos da estação) dizem que o sistema nunca funcionou de forma adequada e que existem poucas casas interligadas na rede de esgotos;

II) Constatações da CPI em visita a Estação de Tratamento do Mauzinho (Eta Mauzinho) em 12/05/05;

1. Estrutura obsoleta sem condições de prestar um serviço adequado para a população de Manaus;
2. Obra iniciada em 1969 possui um tempo de vida útil de 30 anos e nunca foi finalizada (resta um esqueleto de construção inacabada ao lado da estação);
3. Não há um plano de investimento da concessionária para substituir a estação;
4. Necessidade de uma nova estação para aquela região, em face da precariedade da estação atual;
5. Atende uma população de 30 mil pessoas e está no limite de sua vida útil;

III) Constatações da CPI em visita às Estações Elevatórias do Bairro Educandos em 18/05/05;

1. Existe apenas o serviço de coleta, porém as elevatórias não estão funcionando; faltam bombas para o sistema operar;

2. Das seis elevatórias existentes no Sistema de Esgotamento Sanitário do Educandos apenas uma está em funcionamento;
3. Há falta de investimento nas estações, ou os investimentos estão sendo efetuados muito lentamente;
4. Na prática todo o esgoto desses bairros está indo *in natura* para o rio Negro, e por não existir tratamento o prejuízo ambiental é gigantesco.

Inúmeros indicadores foram arrolados para avaliar o desempenho da empresa e a eficiência dos Serviços da Águas do Amazonas (Quadro 2). A Concessionária compromete-se, pelo Contrato de Concessão, a prestar os serviços de água e saneamento nas condições previstas e de modo a atingir as metas de cobertura e qualidade que seguem, sem prejuízo do atendimento de demais dispositivos legais aplicáveis. Chamo atenção para alguns deles, mostrando que não são as empresas públicas que têm o *privilégio* da ineficiência e da baixa produtividade, conforme indicado como um dos critérios de valorização dos processos de privatização durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Segundo o indicador *rede de esgoto* a empresa tinha como meta o atendimento de 31% da população até 4 de julho de 2006, mas nada foi feito. Sobre o indicador cobertura do serviço de água, em 2006 deveria ter uma cobertura de água na cidade em torno de 95% , e que em 2006 a cidade deveria estar com quase 100% de cobertura de água.

Quanto ao indicador *tempo para atendimento* de defeito no sistema de água, está previsto que qualquer reclamação do usuário seria resolvido em 14 horas. O tempo para atendimento a defeito no sistema de esgoto seria de 16 horas. Mas isso não existe, como mostram as entrevistas feitas nos diferentes bairros da periferia de Manaus. Os moradores reclamam que a empresa tem reagido apenas em função de manifestações públicas ou denúncias na mídia. Outro indicador de eficiência do serviço é *continuidade de serviço de água* igual a 20. O que significa que o usuário teria no mínimo 20 horas por dia com água em casa, portanto sem descontinuidade. O indicador *pressão mínima* na rede de água, é atribuído o valor 10, o que não foi atendido.

Um outro indicador refere-se à *capacidade de água*, ou seja, volume total de reserva de água que seria na ordem de 100%. Isso significa que teria de ter um estoque de água, calculadamente de 30m<sup>3</sup> por pessoa, por unidade estocada. Quanto à *qualidade de água* a empresa prevê alcançar 99,9% de água tratada, ou seja, 100% do volume de água sem ocorrência de coliformes fecais. Mas a pesquisa hoje em muitos bairros de Manaus mostra uma qualidade da água imprópria à saúde devido ao não cumprimento do contrato.

**QUADRO 2**  
INDICADORES DE DESEMPENHO SOBRE METAS DE COBERTURA E QUALIDADE

INDICADOR	Unid.	2000	2006	2011	2016	2021	2026	2029
Cobertura do serviço de água	%	91	95	98	98	98	98	98
Cobertura do serviço de esgoto	%	11	31	51	71	90	90	90
Índice de satisfação do cliente		-	4,7	5	5	5	5	5
Tempo para atendimento a defeitos no sist. de água	h	-	14	12	12	12	12	12
Tempo para atendimento a defeitos no sist. de esgoto	h	-	16	12	12	12	12	12
Reclamações solucionadas	%	-	100	100	100	100	100	100
Continuidade do serviço de água	h	-	20	24	24	24	24	24
Pressão mínima na rede de água	mca	-	10	10	10	10	10	10
Porcentagem de tratamento dos esgotos gerados	%	-	35	50	70	80	90	90
Volume total de reservação de água	m <sup>3</sup>	76.000	100.000	115.000	128.000	142.000	154.000	165.000
Qualidade da água tratada		-	99.9	99.9	99.9	99.9	99.9	99.9
Coliformes fecais na água distribuída	NMP/ 100ml	-	0	0	0	0	0	0

Fonte: Relatório de Atividades 2004 – SANEAMENTO – Governo do Estado do Amazonas/ARSAM

## DEPOIMENTOS À CPI E DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Os depoimentos abaixo mostram como a empresa Águas do Amazonas cria um falso debate ao afirmar que não sabia o que estava comprando. Ela tinha conhecimento das deficiências do serviço de água e esgoto da cidade quando participou da concorrência, portanto não é possível apontar a Cosama como a causadora deste colapso.

### I. DEPOIMENTO DA ARSAM

Fátima Gusmão, Presidente da Arsam, em depoimento prestado à CPI em 18/04/05, informou que a Arsam alertou diversas vezes a Concessionária e o Poder Concedente sobre o não cumprimento das metas estabelecidas contratualmente. E também que as metas definidas no Anexo 1 para 2006 estariam sendo descumpridas. Mas a concessionária está inadimplente no que se refere aos Planos Anuais, Planos Quinquenais e garantias contratuais, como também não teve nenhum Plano Anual e Quinquenal aprovado, pois estavam incompletos, mas que atualmente a empresa funciona sem ter um plano aprovado. A Arsam ainda sugeriu ao Poder Concedente a aplicação de 12 multas à Concessionária.

Considera Gusmão que a Concessionária foi omissa em esperar até agora para falar desses problemas e que nenhum representante da Concessionária procurou a Arsam para falar sobre o não cumprimento de metas, mas que essa Agência tem se posicionado sobre o descumprimento das metas.

No seu segundo depoimento, Gusmão informa que a Concessionária dificilmente irá cumprir as metas de 2006, e isso já havia sido sinalizado pela Arsam em 2004. O Contrato de Concessão estabelece ainda que em 2006 a Concessionária deverá tratar 35% dos esgotos coletados. O Contrato determina que a tarifa de esgotamento sanitário é cobrada pela “utilização da rede de esgoto” conforme determina o anexo 2. Membros da comissão salientam que as estações de esgoto não estão funcionando (conforme visita em campo) e a Arsam autorizou a cobrança da tarifa de esgotamento sanitário.

Sobre o aumento das tarifas, que foi um tema polêmico e de indignação da população de Manaus, foram concedidos reajustes autorizados legalmente. Em 2001 foi solicitada uma revisão extraordinária fundamentada na diferença populacional apontada durante a elaboração dos editais que utilizaram dados de população defasados. A contagem portanto era de potencial de consumidores. O Presidente da Arsam em 2001 teve que esclarecer clara e publicamente o motivo pelo qual foi concedido o reajuste de 14,8%. Entende-se que a concessão do aumento extraordinário tinha por objetivo garantir o cumprimento das metas estabelecidas para 2006. Conclui-se assim que foi lesada a confiança pública, pois foi feito um cálculo sobre aumento demográfico, mas que não corresponde em absoluto ao atendimento dessa mesma população pois, como vimos anteriormente, há enorme parcela de moradores de Manaus sem água nos domicílios.



A sugestão para continuidade do serviço da concessionária em Manaus, conforme parecer da Arsam, é verificar a possibilidade de repactuar o contrato de concessão e/ou buscar um novo operador. O Presidente da Concessão solicitou a Arsam avaliar as possibilidades de intervenção na Concessionária, pois esse poderia ser um caminho alternativo por um período (poder público interferir na gestão da empresa). O poder público poderia fazer os investimentos necessários, encontrar formas administrativas de reaver os investimentos efetuados e a partir disso definir a melhor alternativa para a cidade de Manaus.

Em julho de 2006, caso as metas não sejam cumpridas, a Arsam iria sugerir multas e em caso de reincidências, possível encampação por quebra de contrato. Mas é estranho que a Arsam<sup>18</sup> conforme declara na CPI, não tenha acompanhado a contabilidade de Águas do Amazonas, ou seja, nunca fez auditorias contábeis e fiscais previstas no contrato.

## II. DEPOIMENTO DA COSAMA

Pelo depoimento do Ex-Presidente da Cosama, Frank Lima prestado à CPI em 04/07/05, a empresa francesa estava a par das deficiências do serviço de água e esgoto da cidade de Manaus e agiu com descaso ao não fazer investimentos para melhorar o abastecimento e o saneamento, portanto, a culpa da deficiência da prestação do serviço é da subsidiária Francesa.

O ex-presidente da Cosama manifesta que o Grupo Francês estava a par de tudo o que adquiria quando assinou o contrato de concessão em 2000, inclusive dos problemas na rede de distribuição de água e esgoto. O prospecto de venda e o Edital, elaborado pelos consultores especializados contratados na época pelo Governo do Estado, serviam apenas como informação complementar e estabelecia que a empresa privada deveria efetuar uma investigação paralela da situação efetiva do sistema que a mesma ia negociar, o que foi realizado pelo Grupo Suez. Trouxe, em 1999, uma equipe formada por 30 especialistas para fazer uma avaliação completa da Cosama com o objetivo de subsidiar a decisão da empresa quanto a viabilidade do Contrato. O Grupo Suez sabia o que realmente estava comprando pois teve a possibilidade de fazer sua avaliação com bastante tempo antes de comprar a empresa Manaus Saneamento. Idéia que foi reforçada pelo ex-vice governador do Estado do Amazonas, Samuel Hannan, em junho de 2005, afirmando que os termos do Edital foram claros e cada empresa tinha obrigação de fazer seus estudos técnicos antes da compra: “nada foi escondido pelo Governo do Estado para a empresa que comprou a Cosama”. Cabia a Águas do Amazonas, segundo ele, a solução do problema de água da cidade – o que era o objetivo da privatização, ao menos, em tese. Deveriam ter feito os investimentos mas não estão cumprindo, devem arcar com as conseqüências.

---

<sup>18</sup> A CPI ainda não tinha tido acesso à documentação do processo licitatório que foi solicitado ao Governo do Estado, segundo o seu presidente, cogitando propor uma ação de apreensão da documentação junto ao Governo do Estado.

Informou ainda o Sr. Frank Lima no depoimento prestado em 05/07/05, que não sabe o que foi feito com o dinheiro da venda da Águas do Amazonas e da venda dos ativos da Cosama pois trabalhava em outra função no Estado, embora acredite que a privatização foi um ótimo negócio para o Estado que passou a economizar aproximadamente R\$ 50 milhões por ano. Temo, entretanto, que pode ter sido criado um problema social diretamente proporcional a facilidade da solução econômica encontrada.

### III. DEPOIMENTO DA EMPRESA ÁGUAS DO AMAZONAS

Defendendo a tese de que há um desequilíbrio contratual, econômico e financeiro, o Presidente da Águas do Amazonas em depoimento na CPI, no dia 05/07/05, afirma que em quatro anos esta empresa investiu R\$ 123 milhões e grande parte deste dinheiro foi direcionado para melhoria da qualidade da água, gerando um prejuízo que seria de R\$ 160 milhões. A empresa traz à CPI uma proposta, apresentada como condição, para o abastecimento de água da cidade: a celebração de parcerias, pois o contrato de concessão está defasado e as parcerias tornariam possível prestar os serviços de água e esgotos devidos à cidade. A empresa declarou não ter dinheiro para investir no sistema e reconheceu que algumas metas do contrato não deverão ser cumpridas. Por fim, afirmou que a Águas do Amazonas encaminhou ao Poder Concedente, em 18/03/05, um Requerimento para que seja efetuada uma ampla revisão contratual.

Ao término do depoimento alguns membros da comissão sugeriram a necessidade de convocação de uma reunião de acareação entre o Presidente da Águas do Amazonas, o Presidente da Arsam e o Ex-Presidente da Cosama, haja visto a série de informações desencontradas entre os 3 depoentes.

Outro representante da Empresa Água do Amazonas, o seu ex-diretor administrativo e financeiro, de agosto de 2001 a fevereiro de 2004, Eduardo de Almeida Vaz, em agosto de 2005 declarou que assinou os balanços da empresa por esta não possuir contador habilitado para poder assinar os referidos documentos na época. Informa ainda que foram feitas despesas financeiras, a taxas de mercado, por conta dos empréstimos feitos com o objetivo de realizar os investimentos necessários, onerando a empresa com custos bancários, porque não houve aporte inicial dos acionistas e nem do Grupo Suez. Eduardo Vaz desconhece que o BNDES tenha liberado empréstimos para Águas do Amazonas, o que houve foram estudos específicos para obter esses financiamentos, porém, até o momento de haver deixado a empresa, ainda não haviam sido liberados.

O ex-diretor não soube dar detalhes sobre o recebimento das estações de esgoto. Quanto às estações de tratamento de água, afirma que a Águas do Amazonas efetuou investimentos na reforma das estações. Esta afirmação causa espécie ao Vereador Leonel Feitosa, pois a empresa Paranapanema reivindica pagamento de R\$ 90 milhões (embora o Vereador Praciano refira-se a R\$ 102 milhões) referentes aos serviços de reforma das estações.

O Presidente da Águas do Amazonas, Fernando Paraguaçu de Sá, no seu segundo depoimento à CPI, em 04/08/05, afirma já ter investido cerca de R\$ 123 milhões, que o valor do capital de giro da empresa atualmente restringe-se à sobra de caixa da empresa, não possuindo capital de giro próprio, e que busca habilitar linhas de financiamentos. Questionado sobre o motivo da concessionária não ter dado tanta atenção ao cumprimento das metas como foi dado para a qualidade da água, a resposta foi que a empresa não dispunha de recursos suficientes para investir. A Comissão entende que o acionista não aportou capital suficiente inicialmente para poder suprir a necessidade de investimento futuro, o que corresponde à incompetência dos empresários e, portanto, à sua culpabilidade.

A Concessionária sabia dos investimentos necessários a serem executados pois foram levantados quando da elaboração do Plano Diretor. Estavam previstos aproximadamente R\$ 100 milhões de investimentos e grande parte deles seria direcionado à expansão do serviço. Porém, segundo informam, os investimentos tiveram que ser redirecionados para recuperar o sistema de produção e distribuição face a alta acidez da água. A Águas do Amazonas investiu R\$ 123 milhões até 2004 direcionados para recuperar o sistema, trocar adutoras, recuperar poços e expandir o sistema para aproximadamente 66.000 famílias, beneficiando aproximadamente 250.000 pessoas. O Sistema de abastecimento da Ponta do Ismael está recuperado com os investimentos que foram efetuados.

Enquanto isso, diariamente se repetem na maior parte dos bairros de Manaus as filas de um terço da população (500.000 habitantes), segundo relatos na CPI, totalmente sem água ou com abastecimento precário inferior a quatro horas por dia. A situação é gravíssima. Manaus amanhece com as filas de pessoas com suas latas diante de torneiras públicas, de escolas, de postos de gasolina ou de particulares que tem poço em suas casas, para poder atender as necessidades mínimas como beber água, cozinhar os alimentos, se banhar e fazer a higiene da casa. Um custo social altíssimo que infelizmente não é contabilizado e nem sequer referenciado nos debates parlamentares. Esse custo econômico e social é ampliado quando considerada a imobilização de força de trabalho por horas em filas nestes, pelo menos, cinco anos de vigência da privatização, e que poderia, no conjunto de 500.000 habitantes sem água, ser avaliado pelas horas suprimidas ao trabalho produtivo. Feitos os cálculos deste custo nos levariam a um montante enorme de bens que não foram produzidos e serviços que deixaram de ser prestados e que não estão sendo orçados como perdas sociais sujeitas à ressarcimento. Significa, portanto, uma perda muito maior do que a perda contábil alegada pela empresa para o mesmo período.

#### IV. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES DE PARLAMENTARES

Destacamos algumas observações, de forma sintética, das intervenções de Vereadores da Câmara Legislativa do Município de Manaus sobre o aumento de tarifas, descumprimento de metas, falta de investimentos em serviços de água e esgoto, elevados custos financeiros alegados pela empresa, sobre a alegação de desequilíbrio

econômico e financeiro, os elevados custos financeiros pagos pela concessionária, a falta de capitalização do grupo e o escândalo da indenização das terras aonde se encontra a adutora da Ponta do Ismael.

Os aumentos extraordinários de tarifas concedidos não foram suficientes para poder cumprir as metas em 2006, haja visto que fatos imprevisíveis de conseqüências incalculáveis surgiram após a concessão dos reajustes tais como atraso nos reajustes anuais – previsto no contrato – e paralizações das obras por falta de asfalto.

A vereadora Lúcia Antony entregou ao prefeito um abaixo assinado com aproximadamente 40.000 assinaturas solicitando a quebra do Contrato de Concessão com Águas do Amazonas. A tese sustentada pela empresa, desequilíbrio econômico e financeiro, não convenceu a CPI.

Um Diretor de Águas do Amazonas disse na Câmara em uma Audiência Pública em setembro de 2005 que seriam 270 milhões de reais destinados à investimentos através de endividamento público. Isso não tem o caráter de parceria, mas seria o uso do dinheiro público para beneficiar uma empresa privada, e como este foi o único caminho apresentado pela empresa para resolver o problema da água em Manaus, no raciocínio do Vereador Praciano, se o Estado e/ou a Prefeitura dessem 270 milhões, significa que deu de graça a COSAMA, e ainda presenteou o Grupo Suez com mais 100 milhões de reais. Ainda assim, o Estado gastou aproximadamente R\$ 100 milhões nos últimos dois anos para tornar mais atrativa a venda, arrumaram a COSAMA e recuperaram estações.

É possível que aspectos conjunturais tenham influenciado o desequilíbrio contratual, entre eles: (i) crescimento desordenado da cidade orientado para áreas de baixa renda (não remunera o investimento); (ii) parte considerável da população de baixa renda não consegue pagar pelo serviço e (iii) utilização de poços com conseqüente saída do sistema. Mas isso não é, de todo, novidade para a empresa e, alguns pontos, o Edital tinha previsto. Outros são os aspectos operacionais que influenciaram no desequilíbrio contratual: (iv) não aporte de capital inicial pelo acionista para efetuar investimentos e financiamento a curto prazo com elevada despesa financeira.

Técnicos do Estado questionam os elevados custos financeiros pagos pela concessionária e a falta de capitalização do grupo nos primeiros anos de Concessão. O grupo Suez deveria colocar recursos para que a concessionária pudesse investir no cumprimento das obrigações contratuais e das despesas financeiras da concessionária, que superam em 50% o maior custo da concessionária que é energia elétrica. Uma nova proposta surge no poder municipal, embora sem grande repercussão, que é de recuperação pelo município da gestão dos serviços de água e esgotamento sanitário, mantendo a parceria e a tecnologia da empresa.

Seria interessante se a Água do Amazonas aceitasse a proposta de parceria 40% (empresa), 30% (Prefeitura) e 30% (Estado). Retomaríamos o poder de decisão da empresa com 60%. A Prefeitura e não o Estado. Nós aproveitaríamos a tecnologia e a experiência da empresa, e ainda ficaríamos como agente do processo. O parceiro podia ser público e ao mesmo tempo aproveitar o contrato que existe para recolocar o papel do Estado, diminuindo essa relação mercantilista do cidadão com a água. Mas se não aceita,

bota fora! Eu sou radical. Mas o que não pode é botar fora pagando, isso é um escândalo também! Vai pagar para ela sair? Pagou para ela entrar e paga para ela sair? (Vereador Praciano).

Um outro problema grave que contorna o escândalo da privatização da Cosama é o referente à indenização das terras onde se encontra a adutora da Ponta do Ismael, da Água do Amazonas, cujo terreno medindo 200 mil m<sup>2</sup> era de propriedade da família Borel. Em depoimento, Maria Nascimento Galvão Borel, em 9/08/2005, proprietária, e seu filho alegam que foram enganadas pelo corretor de imóveis que intermediou as transações. Diz a Sra. Borel que o corretor possuía apenas procuração para vender os lotes aos invasores e que com o documento na mão negociou e recebeu para si o valor correspondente à indenização. Seu advogado defende a anulação do processo, pois mostrou que o mesmo “dormia em berço esplêndido na justiça” e que passou a tramitar de forma acelerada em 2000, ano em que ocorreu a privatização da Cosama, sendo homologado num dia, leiloado no outro e pago no dia seguinte pela Cosama com o dinheiro recebido pela venda de Águas do Amazonas.<sup>19</sup>

### **RECUO DO ESTADO NAS RECOMENDAÇÕES DA CPI**

Inicialmente é fundamental destacar que consta no Edital N° 02/2000 de 07 de abril de 2000 que as informações contidas no prospecto de venda, e outros documentos fornecidos, têm caráter meramente complementar, cabendo aos interessados efetuar as suas próprias investigações sobre as informações fornecidas contidas no Edital e nos relatórios disponibilizados na sala de dados.

A empresa sustentou na CPI a tese de que não houve equilíbrio econômico e por isso ela não pode ser cobrada sobre as metas contratuais. Realmente, o Contrato de Concessão define na sua Cláusula 8ª que “constitui condição fundamental do regime jurídico da CONCESSÃO o equilíbrio econômico e financeiro deste CONTRATO”, ou seja, se não houver uma equação de equilíbrio o contrato de Concessão não pode ser aplicado. Evidentemente há necessidade de se identificar claramente as causas de desequilíbrio para que o Poder Concedente e a população não suportem equívocos de gestão da concessionária. Um conjunto de obrigações e deveres entre as partes envolvidas, que são a Concessionária, o Poder Concedente, o usuário do serviço e a Agência Reguladora compõe a base do contrato de concessão.

Em virtude dos fatores apresentados, a execução do Contrato de Concessão nos termos e condições pactuados originalmente, encontra-se prejudicado. E sua manutenção é inviável no quadro atual, é difícil

---

<sup>19</sup> Foi encaminhado pelo advogado à CPI cópias das procurações passadas por todos os herdeiros e com base nelas, sustentou que seu cliente comprou e pagou os direitos da família sobre a indenização. Mas os familiares dizem que não receberam o dinheiro com a indenização ou venda do terreno. O caso foi remetido para análise ao Ministério Público Estadual e à Fazenda Pública.

colocá-lo em prática uma vez que a Concessionária não cumpriu suas obrigações, os clientes não possuem renda suficiente para pagamento das faturas e o Poder Concedente não consegue promover o equilíbrio face a situação crítica de desequilíbrio contratual. Assim, tendo em vista a realidade atual da prestação dos serviços de saneamento, é possível afirmar que a presente concessão é inviável com a realidade encontrada atualmente em Manaus.

Quanto à regulação e fiscalização do contrato de concessão, tem sido observada a ocorrência de falhas pela Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM – sobre o Contrato de Concessão celebrado entre o Município de Manaus e a Águas do Amazonas.

Por fim, o problema que exige uma tomada de decisão imediata está relacionado a regularidade de abastecimento de água e a expansão deste serviço para quem ainda não tem água encanada. Isso requer que a solução para o problema de Saneamento na Cidade de Manaus seja dividida em duas etapas: em primeiro lugar, procurar resolver o problema de abastecimento de água, e num segundo momento buscar equações para atacar o problema do esgotamento sanitário do qual a cidade padece.

A CPI da Câmara dos Vereadores levanta questões cruciais, mas acaba tomando uma decisão final dentro do jogo político, corporativo e partidário. Afirma que a Concessionária não cumprirá o principal objetivo do Contrato de Concessão, que é expandir o saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário) para a cidade, acentuando que a principal causa é a falta de capacidade econômica e financeira da concessionária.

Veja-se, a seguir, as recomendações da CPI, das quais destacamos as principais:

1) Quebra de Contrato e ações emergenciais para solução dos problemas justificando o interesse de cobertura total do mercado pela empresa. Afirma “não ser mais concebível a perfuração de poços, pois são medidas paliativas de custo altíssimo, que comprometem o meio ambiente e o lençol freático”. No caso do Poder concedente assumir ou repassar os serviços concedidos a outrem, deverá observar as prerrogativas contratuais, embora os investimentos realizados e os prejuízos devam ser absorvido pela concessionária”;

2) Auditoria contábil na concessionária através de consultores independentes para constatar a real situação da empresa e apontar se realmente existe desequilíbrio financeiro, tese evocada por Águas do Amazonas;

3) Auditoria na ARSAM a fim de se constatar o porquê da ineficiência da fiscalização e controle da concessionária diante dos evidentes fatos do descumprimento contratual;

4) Criação por parte da Prefeitura Municipal de Manaus de uma Agência Reguladora Municipal independente, para fiscalizar todos os contratos de concessão existentes entre o poder público municipal e as concessionárias;

5) Reestruturar a nova concepção do sistema devido a necessidade urgente em rediscutir modelo de saneamento para cidade de Manaus com objetivo de conceber uma ação de longo prazo, de forma planejada e concisa.

A CPI chegou a conclusão final de que o contrato não foi cumprido, mas não define penalidades, o que, a nosso ver, acaba por emcampar a tese da empresa – de desequilíbrio contratual – e vitimizando a ARSAM e os usuários – que encontram formas de se abastecer de água por estratégias alternativas particulares, conforme demonstrados anteriormente neste trabalho. Efetivamente, é lamentável que a CPI deixe escapar uma análise sobre a situação real da falta de água nas Zonas Leste e Norte, o que certamente a possibilitaria ser mais enérgica na defesa do interesse público.

### **A CPI DAS ÁGUAS E O MERCADO POLÍTICO**

Um mercado simbólico da água alimenta o poder político e os processos eleitorais a cada nova eleição nos bairros pobres de Manaus. Os motivos políticos que fazem permanecer a seca do nordeste parecem se reproduzir em Manaus. A seca, que criou tantos caciques políticos, emblematicamente se refaz em círculos de reprodução de capital político pela cultura clientelista realimentada pela elite política regional. Essa análise não passa despercebida pelas lideranças dos bairros estudados.

Além disso, se o problema da água persiste mesmo após a privatização é porque não há o cumprimento do Contrato de Concessão por parte da Águas do Amazonas. O tema foi assunto na mídia de forma mais ou menos constante, inclusive em função da CPI. Durante os anos de 2003 e 2004 várias matérias veicularam as reclamações de moradores de bairros desservidos de água. Igualmente, foi bastante divulgado pela mídia a polêmica privatização da Cosama por ocasião dos processos impetrados pelo Vereador Francisco Praciano para impedi-la, ou pelo menos abrir a discussão, com caráter público, sobre a privatização da Cosama. Em 2005 foi possível vir a público questões nebulosas referentes ao Contrato entre o Estado e o Grupo Suez. Em pronunciamento veiculado por jornal de Manaus<sup>20</sup> em maio de 2005, a presidente da Arsam, Fátima Gusmão, confirma a existência de considerável parte da população sem água domiciliar, embora no contrato a empresa se comprometesse em cobrir a totalidade dos bairros da cidade com água potável e rede de distribuição até junho de 2006. A Presidente da Arsam efetua um balanço, não positivo, das ações por parte da empresa na melhoria e ampliação do abastecimento de água em Manaus. Diz a informação veiculada no Diário do Amazonas<sup>21</sup> que em um universo de 1 milhão e 200 mil pessoas que têm abastecimento, cerca de 92 mil recebem água regularmente mas apenas de seis a 12 horas por dia; 47 mil, de três a seis horas e 113 mil que ou não recebem água alguma ou a recebem por até três horas ao dia. Porém a Arsam confirma que 206 mil pessoas não possuem sistema de abastecimento em Manaus.

---

<sup>20</sup> Jornal Diário do Amazonas – Desabastecimento atinge mais de 206 mil, Manaus, 19/05/2005.

<sup>21</sup> Jornal Diário do Amazonas – Arsam ameaça com nova multa, Manaus, datado de 25/05/2005.

Para Stroiiek, diretor da Águas do Amazonas, a empresa apresenta problemas para implementar os investimentos necessários, e tem dificuldades para cumprir os prazos do contrato. A empresa acredita que só com a revisão do contrato é que terá condições de atender as metas. Por isso encaminhou um pedido de revisão do contrato à Prefeitura de Manaus – que está sendo avaliado por um grupo de trabalho formado por nove integrantes do governo –, que inclui algumas considerações da empresa, como medidas para solucionar os problemas de água na cidade. Respondendo a questionamento do vereador Francisco Praciano quanto ao contrato permitir uma “tarifa social”,<sup>22</sup> o diretor da Águas do Amazonas concorda que seja necessário a criação de tal tarifação para os moradores de baixa renda, porém através de subsídio, desonerando a empresa. Pode ser, sugere, de algum setor como: indústria, comércio ou do Estado ou ainda de clientes adimplentes. Outra situação indicada por Stroiiek é a existência de desvios de cursos d’água (by-pass) através da implantação indiscriminada, por parte de alguns moradores de um dado bairro, de tubos particulares. Segundo a Águas do Amazonas, as informações do banco de dados estavam incorretas, pois não condiziam com a real situação do saneamento em Manaus. O argumento utilizado por Stroiiek foi o de que a empresa não teve tempo suficiente para tomar ciência dos dados em campo<sup>23</sup> e por isso confessa ignorância da situação real. O avanço da CPI mostraria porém outros desdobramentos.<sup>24</sup>

Perguntado, o senador Jefferson Peres (PDT), se considerava que a CPI poderia atingir o ex-governador Amazonino Mendes e o ex-prefeito Alfredo Nascimento, ele responde que “apesar da investigação ser feita por uma Casa eminentemente política, tem que ser feita com seriedade. A composição deve obedecer a proporcionalidade... Para que não parem dúvidas sobre a lisura do processo, é bom fazer a CPI, desde que se busque a verdade. Se for uma investigação para atingir pessoas, vai se desvirtuar e perde a finalidade. Seja quem for o político envolvido, quero a verdade”.<sup>25</sup> Sua resposta de certa forma confirma que havia suspeita de corporativismo e de arranjos políticos na constituição da CPI, o que acaba por influenciar recomendações que externam a falta de rigor na defesa do patrimônio público. A sociedade gostaria de ver firmeza no Estado para cobrar, com eficiência e respeito, o contrato assinado com a empresa do Grupo Suez.

O debate, como se pode observar, se desloca, na CPI, de seu foco principal e originário que é o da ausência de políticas públicas para resolver necessidades urbanas essenciais, como é a água e o saneamento básico, para

---

<sup>22</sup> Jornal Diário do Amazonas – “Praciano não vê fundamento”.

<sup>23</sup> Sandro Stroiiek, Diretor de Planejamento da “Águas do Amazonas” em matéria do Jornal Diário do Amazonas .intitulada Falta dinheiro para fornecer a água, Manaus, em 12/06/05.

<sup>24</sup> Jornal Diário do Amazonas em matéria intitulada “CPI faz diligências para verificar falta de água em bairros, Manaus, em 12/06/05.

<sup>25</sup> Jornal Diário do Amazonas, entrevista com o Senador Jefferson Peres, Manaus, s/d.



a esfera do exercício político-partidário. O processo de privatização da Cosama também passa a não ser objeto de contestação, e as soluções indicadas encontram-se na esfera da relação institucional público-privado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É emblemático o uso da máquina pública para favorecimento empresarial ou como uma elite local converte um patrimônio público, através de alianças políticas e econômicas, em um bem que é comercializado, sem prestar contas à sociedade da aplicação do dinheiro arrecadado. A apropriação das oportunidades do aparelho do Estado geralmente depende de alianças econômicas e políticas entre os agentes que compõem a máquina administrativa. O projeto de poder das elites políticas que disputam o controle da máquina estadual teve entre os grupos mais agressivos da privatização uma aliança estratégica. Prevalece a ação articulada do Estado e de empresas em seus projetos para manter a concentração de renda e poder. A parcimônia na fiscalização dos serviços de água e de esgoto a serem prestados pela empresa denota uma política de desvalorização da coisa pública, própria de uma mentalidade aristocrática que ainda impera nos Estados da Amazônia. Relações patrimonialistas estruturais na cultura política local garantiram a incorporação de práticas clientelistas e paternalistas nos processos de modernização do Estado, o que é percebido na análise do processo de privatização ocorrido no Amazonas.

Cabe avaliar os desdobramentos internos na CPI, pois observamos que os rumos tomam um caráter mais político-partidário e, embora o debate tenha trazido informações novas, é, no mínimo, insatisfatória e curiosa a forma que a CPI finaliza seus trabalhos, justamente porque continua impune o descumprimento das metas pela empresa Suez/Águas do Amazonas. Os impactos sobre as mulheres e suas famílias, nos bairros pobres de Manaus, amplamente demonstrado neste relatório, não entraram na agenda de prioridades nem do Governo e nem da própria empresa. Resta a persistência de segmentos políticos e das organizações sociais para fazer pressão sobre o atendimento das necessidades da sociedade.

O problema de água atinge diretamente as mulheres, que cuidam da vida doméstica, carregam água na cabeça ou empurram carinhos com vasilhames por longas distâncias todos os dias do ano, o que tem trazido para elas problemas sérios de saúde. Um outro problema apontado é que a necessidade de fazer a gestão cotidiana da água impede muitas mulheres de ter uma vida regular de trabalho, posto que a disponibilidade ao trabalho remunerado é prejudicada. Falam que a empresa Suez/Águas do Amazonas deveria indenizá-las pelo tempo de trabalho perdido pois deveriam estar trabalhando em lugar de carregar água.

Na América Latina e no Brasil, as empresas Suez & Vivendi ampliam seus espaços de prestação de serviços urbanos de água e saneamento. Não apenas aqui, mas em diferentes continentes, essas duas multinacionais

francesas estão presentes, hoje conglomeradas. Juntas, controlam dois terços dos serviços de água privatizados no mundo. As outras grandes companhias são a Saur, Thames, Anglian e IWL. Na América Latina a principal empresa que atua é a Suez, que opera na Argentina, no Brasil e em quase todos os países que já privatizaram seus sistemas de água. A primeira privatização no Brasil foi também da Suez, no município de Limeira, em São Paulo. Por outro lado, a União Européia está apoiando suas empresas de água e aquelas que desejem entrar no mercado internacional com subsídios para elaboração e concorrência em projetos de privatização nos países em desenvolvimento, além de apoiarem a solicitação das Companhias de água pressionando a liberação do setor em 72 países. Os EUA estão também atentos a lograr o acesso ao mercado da água e ganhar espaço de negociação nessa área.

A empresa faz uma contabilidade falaciosa. Quando diz que perde 80 milhões de reais por ano apenas com a questão dos poços artesianos está se referindo ao que poderia ganhar, em potencial, se todos pagassem, mas não diz que a maior parte não paga porque não tem água nas torneiras. Então cria um volume de dinheiro e de perda que é puramente virtual ou dado de especulação de mercado. Não é real pois não condiz com a realidade social criada pelos serviços não-prestados. Mas os vereadores da CPI, neste caso sim, compram essa idéia, ou seja, compram gato por lebre. Ou fazem de conta que acreditam ou realmente assumem o interesse privado em uma questão de primeira ordem, o que é pior ainda.

O próprio Distrito Industrial não confia na empresa ou não quer pagar custos absurdos como os que vêm sendo praticando na cidade, do contrário não continuaria investindo em seu sistema próprio de poços artesianos. Hoje 97% das indústrias do Distrito Industrial não usam água da subsidiária da Suez. Igual raciocínio para grandes condomínios, hospitais e shoppings que, certamente, antes da Águas do Amazonas, já tinham feito seus investimentos em sistemas de água e por isso não têm porque passar de um sistema que funciona para serem abastecidos pela empresa Águas do Amazonas. A forma com que a empresa encara tal situação é própria da lógica mercadológica do sistema capitalista e que conflita com a questão de direito ao acesso à água, mas que a empresa pensa como seu mercado potencial, ou seja, todos os moradores de Manaus são potencialmente seus clientes e por isso sua não adesão é também perda contábil. Há uma percepção fundada na propriedade do mercado, ou seja, dos consumidores e de suas demandas. Nessa lógica implacável do lucro a qualquer preço – inclusive a qualquer preço social –, não cabe a discussão de direitos e garantias civis. No seu raciocínio, tudo que não entra como dinheiro para a empresa, como os segmentos sociais, institucionais e empresariais que encontraram formas próprias de abastecimento e gestão do uso da água, e isso anterior à vigência do Contrato de Concessão, é contabilizado como perda. É a teoria mercantil posta em prática.

A conclusão a que chegam os usuários de Manaus é a mesma referida em outros casos de empresas públicas privatizadas em diversos países do mundo de que é questionável a afirmação corrente sobre a eficiência dos serviços privados comparativamente aos ofertados pelo sistema público. As empresas privadas não são

necessariamente mais eficientes que as públicas. Mesmo o financiamento, e especialmente o financiamento, ele acaba vindo do próprio sistema público, desafiando a argumentação que o Banco Mundial formula ao enfatizar a insuficiência dos recursos dos Estados para bancar o atendimento nos serviços de água com melhor qualidade e maior cobertura.

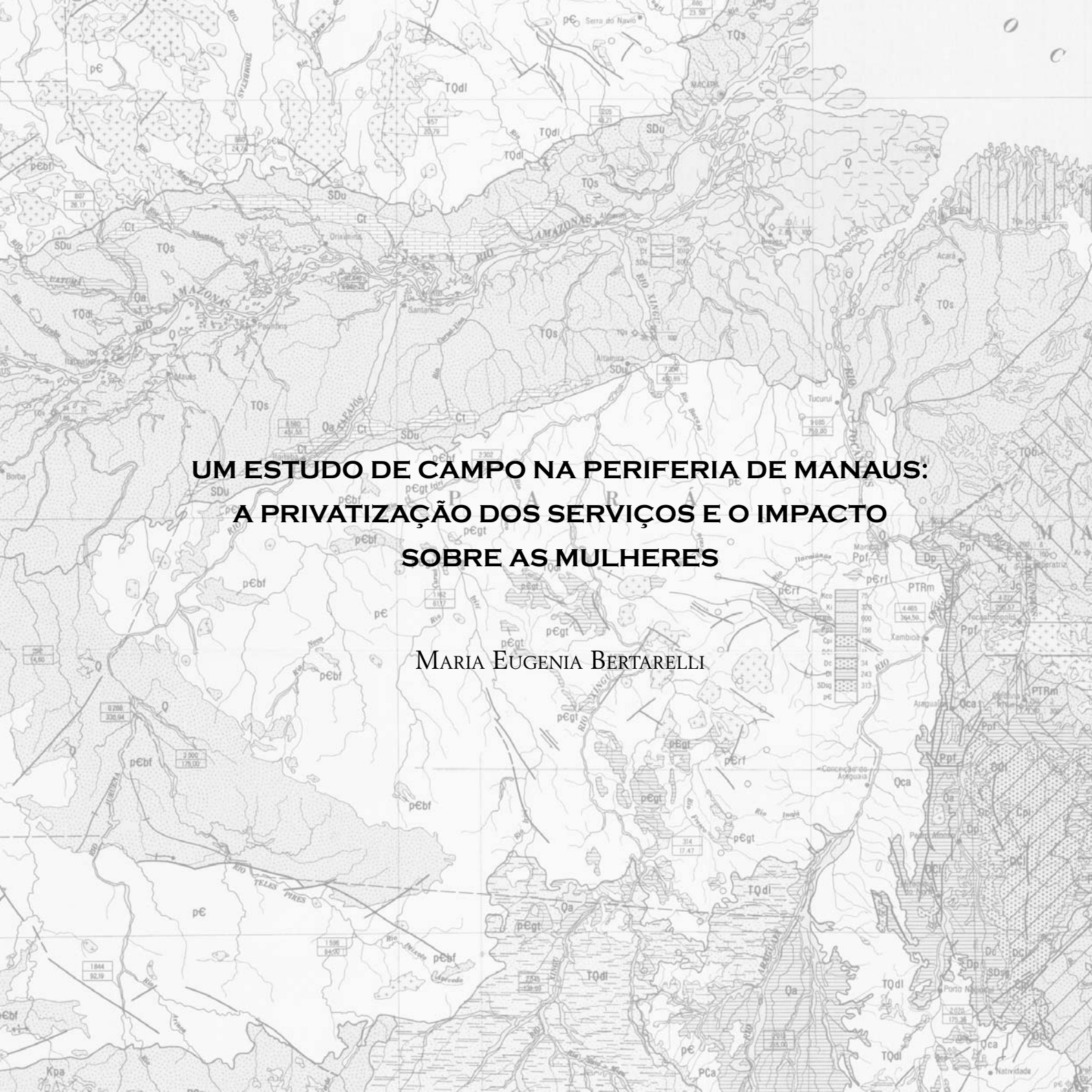
Fica evidente que a compra não foi só da Cosama, mas do mercado de quase dois milhões de habitantes, e por isso a CPI deveria investigar essa dimensão das estratégias empresariais, pois é dela que a empresa fala quando pede uma revisão do contrato e propõe uma parceria público-privada, ou seja, socialização nos custos dos investimentos para a manutenção da privatização dos lucros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANA. *A evolução da gestão dos recursos hídricos no Brasil*. Brasília, 2002.
- ARSAM. *Relatório de Atividades (Saneamento)*, Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2004.
- CUNL. *Relatório da Pesquisa sobre o Abastecimento de Água no Bairro Novo Israel*, Pesquisa realizada pelo Centro Universitário Nilton Lins, Coord. C.Econômicas, Manaus, s/d.
- BRUGGER, Fritz. *El Informe Camdessus sobre la Financiación Mundial Del Agua, Fundación Heinrich Boll – Global Issue* – Publicación Forum de l'Agua en el marco de la Conferencia Ministerial de la OMC, Cancún, 2003.
- CASTRO, Edna. *Água, Livre Comercio e Movimento Social Global pela água como Bem Público*. Projeto MEGAM. Texto de discussão. Belém, UFPA/MPEG/FINEP, 2004.
- CASTRO, Edna. Geopolítica da Água e novos dilemas à propósito da Amazônia e de seus Recursos Naturais In: ARAGON, L. & CLÜSENER-GODT, M, *Problemática do uso local e global da água da Amazônia*. Belém, UFPA/UNESCO, 2003.
- CASTRO, Edna & RODRIGUEZ, Graciela. *As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental (Rio Xingu)*. Equit – Aliança Social Continental – F. H. Böll – Rio de Janeiro, 2005.
- CHAVES, Andréa. *Privatização e Novas Estruturas de Mercado: Rede Celpa em Questão*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, Belém, 2003.
- CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, dez. 1995.

- Fortune's Global 500 citado Markus Krajewski – *GATS? O que está em jogo? BROT* – www.brot-fuer-die-welt.de – distribuído no Fórum Boell de Cancun, set. de 2003.
- FUKASAKU, K (Org.) *A privatização no Brasil: os casos de serviços de utilidade pública*. RJ, BNDES, 2000.
- Jornal Diário do Amazonas, *Arsam ameaça com nova multa*, Manaus, 25/05/2005.
- Jornal Diário do Amazonas, *Pedido de CPI para investigar concessionária*, Manaus, 30/03/2005.
- Jornal Diário do Amazonas, *Desabastecimento atinge mais de 206 mil*, Manaus, 19/05/2005.
- Jornal Diário do Amazonas, *Arsam ameaça com nova multa*, Manaus, 25/05/2005.
- Jornal Diário do Amazonas, *Vereadores ocupam os 'espaços' da investigação*, Manaus, s/d.
- Jornal Diário do Amazonas, *Praciano não vê fundamento*.
- Jornal Diário do Amazonas, *Falta dinheiro para fornecer a água*, Manaus, em 12/06/05.
- Jornal Diário do Amazonas, *CPI faz diligências para verificar falta de água em bairros*, Manaus, em 12/06/2005.
- Jornal Diário do Amazonas, *entrevista com o Senador Jefferson Peres*, Manaus, s/d.
- NAÇÕES UNIDAS. *Água para todos: água para a vida*. Edições Unesco, 2003.
- PMM. *Relatório das Audiência Pública na Câmara Municipal de Manaus*. Manaus, 2005.
- POCHMANN, Mario. *Desemprego vira emprego*. Cadernos do Terceiro Mundo, n. 227, Rio de Janeiro, 2001.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 2002.
- SHIVA, V. *la Guerres de l'eau. Privatisation, pollution et profit*. Cambridge-Paris, 2003.
- TUNDISI, J.G. *Água no século XXI: enfrentando a escassez*. São Carlos: Rima, 2003.
- UNESCO. *Compartilhar a água e definir o interesse comum*. In: *Água para todos: água para vida*. Edições Unesco, 2003.
- WORLD COMMISSION ON DAMS. *Dams and development: a new framework for decision making*. Earthscan, London and Sterling, 2003.





**UM ESTUDO DE CAMPO NA PERIFERIA DE MANAUS:  
A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E O IMPACTO  
SOBRE AS MULHERES**

MARIA EUGENIA BERTARELLI

COM INTUITO DE ELABORAR UMA PESQUISA sobre os impactos da privatização dos serviços de água e saneamento da cidade de Manaus, realizamos um trabalho de campo em algumas comunidades carentes dos subúrbios da cidade. Tivemos como propósito averiguar a situação de distribuição destes serviços, analisando as especificidades de cada comunidade. Desta forma, buscamos compreender as dificuldades enfrentadas pelas populações carentes para superar os problemas de abastecimento e saneamento, a partir de uma perspectiva crítica de gênero.

Como foi exposto no estudo precedente, a empresa francesa Suez adquiriu, no ano de 2001, a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgoto da cidade de Manaus, criando para este fim a Águas do Amazonas. Vimos como a empresa vem descumprindo o contrato de concessão deixando a população de baixa renda em precárias condições de abastecimento. Em nosso estudo de campo visitamos alguns bairros das zonas leste e norte da cidade onde pudemos perceber a difícil situação em que se encontram as populações carentes quanto a estes serviços básicos. Neste artigo buscaremos apresentar algumas impressões e comentários a partir das visitas e entrevistas realizadas nas comunidades.

Um dos bairros escolhidos para nossa investigação foi o Zumbi dos Palmares III, localizado na zona leste de Manaus. Neste bairro, a água encanada vem de um poço reformado e ampliado pela empresa Águas do Amazonas, mas que já existia anteriormente. A água deveria chegar até às casas dos moradores de forma contínua e abundante, contudo, não é precisamente isso o que ocorre.

Numa conversa-entrevista com algumas donas de casa e moradoras da região escutamos a mesma reclamação; a falta de constância no fornecimento de água. A população afirma que a água vem durante algumas horas do dia e depois desaparece, deixando o bairro sem abastecimento durante longos períodos do dia. Para se precaver os moradores precisam encher tanques, vasilhas ou caixas d'água que garantam um abastecimento mais regular. No entanto, como não se sabe em que momento a água irá aparecer nas torneiras, freqüentemente os moradores precisam destacar algum membro da família para ficar disponível em casa e encher vasilhas suficientes às necessidades da família. Sendo o cuidado doméstico um serviço historicamente atribuído às mulheres, são elas as que devem ficar disponíveis e se ocupar do abastecimento de água da casa, não podendo, desta forma, sair para trabalhar. Elas afirmam que se saírem para trabalhar e só voltarem de noite não haverá água para cozinhar, lavar, fazer a comida e dar banho nas crianças.

Notamos, entretanto, que a situação é ainda mais grave nas partes altas do bairro. Ali a água não tem força para chegar às torneiras e, muito menos, para subir até a caixa, no telhado. A fim de conseguir um pouco de água muitos moradores fazem cisternas ou torneiras quase na altura do chão. Mesmo assim, a água vem com pouca pressão e demora bastante a chegar, visto que os moradores das partes mais baixas estão com as torneiras abertas para encher seus recipientes e caixas d'água.

Relatamos a difícil situação do Zumbi dos Palmares, um bairro que tem ao menos poucas horas de água encanada ao dia. Já em visita à comunidade de Santa Inês constatamos que a Águas do Amazonas nunca apareceu por lá. O bairro não conta com serviço de água encanada ou de esgoto.

Em Santa Inês o abastecimento é feito através de pequenos poços, a maioria perfurados pela prefeitura em época de “política”, isto é, de eleição, conforme denunciam os moradores do bairro. Depois de feitos os poços e, naturalmente, passadas as eleições, eles são abandonados aos cuidados dos próprios moradores, que precisam se organizar para fazer a manutenção. Em virtude disso os poços no bairro de Santa Inês sofreram uma espécie de “privatização” por parte dos moradores que vivem em torno deles. Os vizinhos se organizam para cobrar uma taxa de manutenção e eleger um responsável em abrir o poço à comunidade duas vezes ao dia. Mais uma vez, o serviço de abastecimento de água consome várias horas e bastante energia da população local. A operação para obtenção da água consiste no seguinte: os carrinhos que transportam os vasilhames e baldes até as casas são deixados na fila, guardando o lugar do dono até o poço abrir (isto é, quando a bomba d’água é ligada pelo responsável). A partir daí, se inicia uma série de incansáveis viagens do poço à casa, até que o tambor ou caixa d’água estejam cheios. Essa operação é repetida duas vezes ao dia; de manhã muito cedo, e no meio da tarde. Mais uma vez, as mulheres são as grandes responsáveis por este tipo de ocupação, ficando com o tempo restrito para exercer alguma atividade remunerada. Se saírem para trabalhar ou cuidar de assuntos particulares, não terão água ao voltar para casa.

Em visita ao Nova Floresta, outro bairro na zona leste da cidade, pudemos constatar que a empresa continua deixando os moradores em situação difícil em relação ao fornecimento de água. O bairro enfrenta graves problemas de abastecimento depois que uma área vizinha foi invadida e a tubulação rompida pelos novos moradores para desviar água até suas casas. A empresa afirma não poder agir no local enquanto a invasão não for regulamentada. Enquanto isso, o bairro passa por sérias dificuldades. Por conta do corte de alguns canos pelos novos vizinhos a água vem com menos pressão do que costumava vir e, em virtude disso, não tem força para passar pelo hidrômetro. Diversas casas do Nova Floresta ficaram sem água e outras recorreram ao antigo sistema de cisterna para conseguir algumas “gotas”.

Por outro lado, os moradores reclamam que o preço das tarifas continua elevado. Apesar da falta d’água as contas passaram a chegar mais caras devido a um aumento implementado pela empresa.

Além dos problemas de abastecimento, muitos na comunidade afirmam não terem como pagar os altos valores acumulados das contas em atraso. Os moradores asseguram não terem condições de arcar com os preços cobrados pela empresa. Um tanto constrangidos, quase todos os entrevistados admitem estar com contas pendentes e temem ter o nome incluído em alguma lista de inadimplência que circule na cidade e comprometa as(os) cidadãs(os).



Ainda, o Nova Floresta não conta com serviço de saneamento básico e, por conta disso, os esgotos correm ao ar livre ou, quando possível, são jogados em algum igarapé próximo à casa. Desta forma, os igarapés da cidade encontram-se cada vez mais poluídos deixando saudades, entre os mais idosos, dos tempos em que podiam se refrescar em suas águas limpas.

Analisamos até aqui alguns bairros da zona leste de Manaus que apresentam situações precárias em relação ao fornecimento de água. Como vimos, cada comunidade visitada enfrenta um tipo de problema específico, porém todas têm em comum a dificuldade em obter água potável sem um alto custo de tempo e dinheiro.

Entretanto, em nenhum bairro a situação parece tão delicada como no Mauzinho II, situado na zona norte da cidade, próximo ao distrito industrial.

O bairro enfrenta graves problemas no abastecimento de água, principalmente nas casas localizadas nas partes mais altas. Porém, como foi visto até aqui, este fato não parece uma novidade. Entre todos os bairros visitados para a realização desta pesquisa a falta de água e esgotamento sanitário constituiu um problema recorrente. O que nos chama a atenção no Mauzinho II são as estratégias utilizadas pela empresa para minimizar os riscos de investimentos e maximizar seus lucros, combatendo a inadimplência. Nessa comunidade, localizada na zona Norte de Manaus, a empresa implementou o que chamou de “Projeto piloto de desenvolvimento social”. Vejamos a seguir em que consiste e quais foram os mecanismos utilizados pela empresa durante o processo de implementação do projeto.

Inicialmente a empresa francesa fez contato com a Essor, uma ONG que há alguns anos atua no Brasil, mas que ainda não possuía projeto na região norte do país. A partir de então, uma equipe ficou responsável por estudar a viabilidade de um projeto no Mauzinho II, que seria conduzindo pela Essor. O projeto tinha por objetivo abastecer de água a comunidade, levando este recurso à realidade local. De acordo com a empresa francesa, este projeto fazia-se necessário, visto que a comunidade não estava preparada para receber o recurso. Assim, a Essor contribuiria para construir o processo junto à comunidade antes da chegada da água.

O projeto consistia em construir o processo de chegada da água junto à comunidade. Os objetivos específicos seriam diminuir o índice de doenças relacionadas com a má qualidade da água, evitar o desperdício e identificar grupos e/ou lideranças que viabilizassem o processo de implementação do serviço.

Formou-se, então, um grupo, basicamente composto por mulheres, que organizava a comunidade e negociava com a empresa. A Águas do Amazonas pretendia que os usuários pagassem pelos custos de implementação da rede de distribuição dos recursos hídricos, minimizando, desta forma, seus investimentos iniciais e, conseqüentemente os riscos da empresa. Ao mesmo tempo, objetivava conquistar o maior número de clientes, buscando assim ampliar seus lucros.

A primeira proposta apresentada pela Águas do Amazonas era de que os moradores pagassem, á vista, R\$ 137,00 reais e, depois que a água chegasse, pagariam uma taxa de R\$ 11,00 por 12 mts cúbicos de água. Contudo, esta primeira proposta não foi aceita por parecer muito cara aos moradores do Mauzinho II.

Notando a resistência da comunidade, a Essor promoveu a capacitação de um grupo de voluntários (atores comunitários, como chamou a ONG) para ir a cada uma das casas do bairro explicando para a população a chegada da água e as vantagens que ela traria.

A empresa percebeu que os cadastradores da Águas do Amazonas iam às casas perguntando se os moradores desejavam ou não fazer a conexão de água e, ao receberem as respostas, simplesmente iam embora. Portanto, a Essor resolveu capacitar um grupo de cadastradores da Águas do Amazonas que percorriam o bairro explicando o benefício de fazer a conexão de água, buscando, assim, uma adesão maior aos serviços da empresa.

A empresa fez, então, uma segunda proposta sugerindo o pagamento de 100,00 reais à vista. A comunidade discutiu o assunto e resolveu buscar a empresa com a seguinte proposta: R\$ 15,00 de entrada e o pagamento do restante parcelado em 17 vezes de R\$ 5,00 mais a conta no valor fixo de 12,00 reais mensais. Esta foi a proposta vencedora. Somente depois que tudo estava acertado a Águas do Amazonas começou as obras.

Analisando o processo como um todo notamos alguns dos mecanismos utilizados pela empresa no sentido de diminuir o máximo possível seus riscos. Como? Por um lado, garantindo uma adesão significativa da população ao serviço oferecido pela empresa antes desta fazer qualquer investimento. Por outro lado, garantindo que a população arcasse com boa parte dos custos de instalação da rede hidráulica. Isto é, o risco de qualquer empresa capitalista que oferece um produto sem a garantia do retorno foi drasticamente minimizado.

Depois de instalada no bairro, a Águas do Amazonas utilizou-se de uma nova estratégia no sentido de diminuir a taxa de inadimplência e, ao mesmo tempo, criar um grupo, na própria comunidade, para fazer a mediação entre a empresa e a população local.

A Águas do Amazonas, numa iniciativa conjunta com a Adeis (ONG criada em agosto de 2002 para assumir as atividades da Essor em Manaus) propôs um contrato para ajudar o Movimento Comunitário – formado essencialmente por mulheres do bairro e criado por ocasião da negociação com a empresa Águas do Amazonas (atualmente faz um trabalho social na comunidade). O contrato previa que algumas mulheres do movimento comunitário ficariam responsáveis por entregar as contas de água no bairro e por cada conta entregue receberiam R\$ 0,12 centavos. Hoje o valor subiu para R\$ 0,19. Além do montante por conta entregue, o Movimento Comunitário recebe uma porcentagem sobre o total de contas pagas. Isto é, se a comunidade pagar no mínimo 45% das contas, o Movimento Comunitário recebe 3% em cima do valor total pago pela distribuição dos boletos. O benefício aumenta de acordo com a porcentagem de contas pagas, podendo chegar a 10% se não houver inadimplência.

Desta forma, a empresa cria mecanismos de pressionar os moradores a pagarem as contas posto que, se ficarem inadimplentes, o Movimento Comunitário recebe um percentual menor sobre o montante pago pela distribuição dos boletos. Sabemos que a cobrança interna à comunidade é bastante eficaz para pressionar os moradores e acreditamos que a Águas do Amazonas se vale deste mecanismo para enfrentar a falta de pagamento no bairro do Mauzinho.

Ao mesmo tempo, as mulheres responsáveis pela entrega das contas acabam, em muitos casos, se tornando uma espécie de intermediárias entre a empresa e a comunidade, facilitando assim, o trabalho da empresa e diminuindo a resistência da população em relação a ela.

Vimos, portanto, que o projeto implementado na comunidade do Mauzinho II parece beneficiar principalmente a Águas do Amazonas, minimizando seus custos e investimentos e aumentando seus lucros.

Assim, enquanto a empresa pensa em estratégias para lucrar cada vez mais sobre a população de Manaus, aproveitando-se da privatização de serviços essenciais à vida, grande parte dos moradores de baixa renda, que habitam a periferia da cidade, deve arcar com altas taxas que, em muitos casos não tem condições de pagar, por um precário serviço de água e esgoto.

As mulheres, principais responsáveis pelas tarefas domésticas e, conseqüentemente, as mais envolvidas nas atividades de busca, armazenamento e gerenciamento da água disponível, são certamente as mais atingidas. Vimos como, em muitos casos, elas chegam a ficar impedidas de exercer uma atividade remunerada, pois precisam se dedicar ao abastecimento de água da casa, o que contribui para diminuir sua autonomia em relação à família e à própria sociedade. Lembremos ainda os problemas diretos, causados à saúde das mulheres, advindos dos esforços por carregar pesados recipientes com água. Neste sentido, chama a atenção o que algumas entrevistadas apelidaram de “doença do ventre caído”. Esta patologia, relacionada ao esforço para transportar peso em excesso, principalmente acima da cabeça, consiste, segundo relatos, num deslocamento do útero, que seria reparado somente mediante intervenção cirúrgica. Por outro lado, temos os problemas indiretos causados à saúde, principalmente das crianças, pela escassez ou má qualidade da água consumida. Mais uma vez, a mulher é, na maioria dos casos, a responsável pelas tarefas envolvidas na cura e amparo dos doentes na família.

Resumindo, compreendemos, neste estudo sobre a cidade de Manaus, que as políticas de privatização têm contribuído para agravar as dificuldades das populações mais carentes, especialmente das mulheres, e com isso contribuir para o aumento das desigualdades de gênero no Brasil.



**MANAUS INVESTIGA O DESTINO DE RECURSOS PÚBLICOS  
UTILIZADOS NA PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA DE  
ABASTECIMENTO DE ÁGUA.**

JULIANA MITOSO BELLOTA

MANAUS, CIDADE QUE TEM O 4º MAIOR PIB DO BRASIL, instalou recentemente uma CPI para apurar o destino de R\$ 400 milhões gastos pelo Estado sem resolver o problema de abastecimento de água.

A lógica perversa que origina o quadro de abandono e sucateamento da antiga Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama), no momento em que foi privatizada, surgindo em seu lugar a empresa Águas do Amazonas (nome de fantasia da transnacional francesa Suez) é gerada nas orientações das políticas macroeconômicas emanadas das instâncias de poder que definem as regras no mundo globalizado – G8, FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

Para se ter idéia do caso, a Cosama foi sucateada a tal ponto, que era fácil dizer “tem que privatizar!”. Tanto assim que, de tão mal gerida, na base do nepotismo e da corrupção, a empresa era popularmente chamada de “Colama”. Uma ironia num território que é uma ilha rodeada de 20 % de toda água doce do mundo.

Maior ironia é pensar que algo em torno de R\$ 400 milhões já foram gastos desde o início da privatização e ainda não se resolveu o problema da distribuição de água, que continua faltando na torneira de mais de 300 mil pessoas na cidade de Manaus. As explicações sobre esses gastos não são claras, e este fato foi o que desencadeou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), pela Câmara Municipal de Manaus (CMM), em abril de 2005.

Dentre os dados apurados pela CPI, estão os que permitem afirmar que desse montante total R\$ 100 milhões foram gastos pelo Governo do Estado para preparar a venda da estatal, numa reforma que não passou de maquiagem e obra de fachada, como a realização de pinturas em equipamentos, porém nada foi feito em investimentos efetivos. Quanto a isso, existe uma ação judicial encaminhada ao Ministério Público Estadual (MPE).

Sabe-se ainda – e este é o principal motivo que levou à criação da CPI – que, dos R\$ 193 milhões pagos pela Águas do Amazonas ao Governo do Estado, somente R\$ 81 milhões entraram nos cofres públicos, os outros R\$ 112 milhões foram pagos para a Paranapanema, empresa multinacional que havia prestado um serviço, até hoje não identificado, ao Estado.

Quanto a essa dívida, sabe-se que o então governador na época da privatização, Samuel Hanan, ex-diretor da Paranapanema, aparentemente teria encontrado na oportunidade de venda da Cosama a única possibilidade de retornar esse dinheiro para pagamento do débito à empresa. O que ninguém conseguiu esclarecer é qual a obra que teria motivado esse crédito à empresa, mas supõe-se que tenha sido realizada uma obra de saneamento no bairro de Educandos, numa estação que nunca funcionou.

O repasse do dinheiro foi feito pela bolsa de valores do Rio de Janeiro, que recebeu uma notificação judicial, afirmando que, assim que a venda se efetivasse, imediatamente, o montante deveria ser repassado à Paranapanema. A proposta de venda era perfeita: deixava-se de ter o prejuízo de gerir uma empresa como a

Cosama e ainda arranjava-se uma solução para os problemas, reinvestindo o dinheiro da negociação no próprio sistema de água e de esgoto.

Ocorre que, na realidade, não sobrou dinheiro algum e a CPI suspeitava de um grande esquema de corrupção, envolvendo uma obra que nunca existiu ou, se existiu, foi inócua, porque não serviu à cidade.

Mas, os casos que decorrem da privatização da Cosama, apurados na CPI não param por aí. Do restante do dinheiro citado – os R\$ 400 milhões – R\$ 123 milhões a Águas do Amazonas afirma ter gastado em investimentos nos ativos fazendo reformas no sistema, que considera ter recebido colapsado, por conta de adutoras arrebatadas, estações de tratamento sem condições de produzir água de qualidade e da elevada acidez da água do Rio Negro que destruía a tubulação.

A CPI considera louváveis as reformas, mas não aceita o fato da empresa, hoje, afirmar ter comprado “Gato por Lebre” e questiona o por quê de a empresa ter continuado um contrato onde previa que as metas de cobertura acordadas seriam inatingíveis, em face da real situação das instalações encontradas.

Um outro caso levantado pela CPI é o ressarcimento da dívida do Estado com a família Borel. Dos R\$ 81 milhões que restaram do valor pago na compra da Cosama – R\$ 193 milhões – R\$ 45 milhões deveriam ter sido pagos a esta família, com a qual o Estado tinha dívidas por conta da venda do terreno onde foi construída a Estação de Tratamento da Ponta do Ismael.

Segundo dados da CPI, o dinheiro sumiu e a viúva até hoje não recebeu um centavo. Levando em conta que os outros R\$ 10 milhões foram pagos em dívidas trabalhistas e outros R\$3 milhões em obras de fachada nos equipamentos, vemos que pouco ou nada restou do dinheiro da venda da estatal para justificar a sua privatização.

Vale ressaltar que esse dinheiro pago ao Governo do Estado do Amazonas não saiu da Águas do Amazonas, mas foi financiado, na época, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um banco público de fomento ao desenvolvimento, o que torna mais crítica a sua destinação.

## **O GATO QUE VIROU LEBRE**

Sem exageros, essa é uma história real e, mais uma ironia desse processo, é percebida quando pensamos nos saltos de qualidade da água prometidos pela empresa, em compromissos assumidos no contrato. A grande questão levantada aqui não é tanto a qualidade da água, mas a questão ambiental. Cerca de 22% da água que abastece a cidade é retirada do subsolo, em poços de alta profundidade e não de estações de tratamento, o que causa profundos danos ambientais.

De acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM), o lençol freático de Manaus já baixou, em 12 anos, 50% do que era e, sendo o solo da Amazônia um solo instável, com alta permeabilidade e pobre de nutrientes, o problema torna-se mais grave.

Um dos resultados disso é o aumento da temperatura em 2 a 3 graus, em vinte anos. Em termos globais, com todo o efeito estufa, esse foi o mesmo valor que subiu a temperatura média no planeta nos últimos cem anos.

As conseqüências desse processo são graves danos ao micro-clima da região. A CPI concluiu, nesse sentido, que não há razões para se buscar água no subsolo numa região privilegiada em que a água de solo é abundante e afirma faltarem políticas públicas sérias de saneamento básico, já que somente a Estação de Tratamento da Ponta do Ismael teria capacidade de processar o abastecimento correspondente a duas vezes a população de Manaus, se houvesse uma Rede de distribuição e armazenagem adequada.

É de se pensar em quem comprou “Gato por Lebre”. Voltando um pouquinho no tempo, vemos que, na época de existência da Cosama, a água era escassa e ruim e os problemas, por exemplo, das escolas, eram resolvidos com escavações de poços artesianos. A Cosama foi vendida para solucionar problemas como esse e, hoje, continuam sendo cavados os mesmos poços nas escolas.

Para fazer com que as populações de baixa renda não cavem seus próprios poços e continuem pagando pelo serviço, a Águas do Amazonas criou uma Organização Não Governamental - Associação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável (ADEIS). Essa organização conta com o trabalho das mulheres da Zona Leste da cidade, que trabalham gratuitamente, na cobrança de taxas de cerca de R\$18 por moradia, com a promessa de que, se assim o fizerem, em breve terão a situação regularizada.

As mulheres pagam contas de água sem receber os serviços na sua casa, onde nunca obtiveram o benefício de ter água nas torneiras vivendo às margens do rio, no lugar onde se encontra 20% da água doce do planeta.

Este é o território onde o grupo Suez está instalado há cerca de seis anos, sem cumprir suas metas e só agora se dando conta de que comprou “gato por lebre”.

A CPI considera que a afirmativa não é aceitável. Consta em seus relatórios que o processo de licitação deu acesso irrestrito aos concorrentes em relação a todos os dados da antiga Cosama. Uma sala de dados com informações que iam de dados contábeis até lista de arquivos foi disponibilizada. O acesso à sala de dados foi restrito aos concorrentes e custou R\$ 20 mil. Àqueles que pagaram também foi dado o direito a visitas técnicas de campo e ainda, como foi frisado no contrato, direito de investigação própria acerca de outros dados, caso achassem necessário.

## MORAL DA HISTÓRIA

A licitação foi realizada sem a participação da sociedade civil e, dos concorrentes, venceu (através de um processo operacionalizado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro) a Águas do Amazonas. A empresa afirma hoje publicamente ter gastado o capital necessário para recuperar as deficiências existentes no sistema da Cosama, informações estas que assegura não conhecia na ocasião da compra.

Afirmando não dispor de mais recursos, depois de ter assinado um contrato fantasioso, pois não tinham condições de cumprir com suas metas – cobertura, em cinco anos, de 95% do sistema de abastecimento de água da cidade e de 31% do sistema de esgoto – a Águas do Amazonas, hoje, declara não ter mais interesse em continuar com o contrato, a menos que seja implementada uma Parceria Público-Privada (PPP) com injeção de novos recursos públicos.

A proposta de hoje, em termos de solução técnica, seria construir um novo captador, uma estação de tratamento, um anel com as adutoras e estabelecer uma rede secundária de distribuição. Tudo isso orçado em R\$ 300 milhões para serem divididos entre a empresa, o Estado e a Prefeitura.

Vale lembrar que o contrato assinado foi muito generoso com a empresa e exigente com o Município. Nele consta que, no caso de uma retomada da empresa pelo Município, este teria que pagar valores não amortizados de tudo que foi investido no sistema. A CPI sugere a retomada do contrato e, quanto a isso, existe um processo encaminhado à justiça no Ministério Público Estadual (MPE) procurando a anulação dessa cláusula contratual.

## A NATUREZA DA CRISE

Hoje tanto a Águas do Amazonas quanto a CPI concordam que a privatização não foi um grande negócio e presumivelmente não o seria em países do chamado Terceiro Mundo, onde há cidades com perfis semelhantes ao de Manaus. Rodeada por favelas, ocupações e loteamentos clandestinos, a cidade cresce de forma totalmente irregular e a proposta de tornar a água uma mercadoria de consumo não resulta viável por conta de uma demanda não formal de ligações clandestinas e do elevado número de lares sem recursos financeiros mínimos o que significa uma alta inadimplência. A água não pode ser uma mercadoria qualquer.

Manaus é a quarta cidade em termos de produção de riqueza no Brasil, por conta do Pólo Industrial de Manaus (PIM) e só retém para si 5% do que produz. É uma cidade baseada em conjuntos habitacionais que se abastecem de seus próprios poços artesianos e não pagam água. Esta seria uma parte da motivação da crise



do sistema de água em Manaus e da crise que ocorre em torno da privatização. Sendo assim, concluiu-se na CPI que, sendo a empresa baseada na consecução de lucros e tendo a cidade o perfil descrito, a melhor solução seria a retomada do contrato pelo poder público que precisa assegurar o abastecimento de água aos cidadãos, especialmente aos mais carentes.

Então, a pergunta necessária nesse caso é: precisamos de privatização?

O custo da implantação do sistema de distribuição eficiente, através da proposta de PPP, é de R\$ 320 milhões que, divididos entre o Governo do Estado e o Município, em conjunto com a empresa Águas do Amazonas, seria de aproximadamente R\$ 20 milhões por ano para cada uma das partes, o que resultaria em R\$ 60 milhões anuais durante cinco anos.

Para finalizar basta lembrar que um dos pontos críticos do processo, além do fato de a empresa não querer dar continuação a ele, a não ser via a formação da PPP, foi a falta de acompanhamento e fiscalização do Estado em toda a execução do contrato. Sequer foi realizada uma medição dos níveis de satisfação da população, ou seja, o Estado não só não olhou para o processo de corrupção que agora se faz visível como nem zelou pelos interesses públicos.

E a CPI só teve mesmo até agora a função de mobilizar a opinião pública, num processo educativo e de socialização de informações. Quanto a penas e multas pelo não cumprimento do contrato, as emendas na Câmara até agora foram rejeitadas.

Em outras palavras, ficamos decepcionados com a atuação dos poderes públicos e necessitados da conscientização, do controle e da ação popular.

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO

